

**PLANO MUNICIPAL
PARA A INTEGRAÇÃO
DE MIGRANTES
DE SINTRA
2018 – 2020**

Diagnóstico

ACAS | ACITMMM | SEA
AFAFC | CASA SEIS
CCPAMMM | ASSOCIAÇÃO CIAPA
ESTRELA da LUSOFONIA
OLHO VIVO | SER ALTERNATIVA
AGA KHAN FOUNDATION

ACES Sintra | ACT | DGRSP
IEFP | ISS, IP | SEF

AGUALVA – MIRA SINTRA
ALGUEIRÃO – MEM MARTINS
ALMARGEM DO BISPO,
PÊRO PINHEIRO e MONTELAVAR
CACÉM – S. MARCOS
CASAL DE CAMBRA
MASSAMÁ – MONTE ABRAÃO
QUELUZ – BELAS
RIO DE MOURO

Nota de abertura

Sintra orgulha-se de acolher cidadãs e cidadãos provenientes das mais diversas partes do mundo. É essa diversidade que nos renova e enriquece, na troca de experiências e na partilha de saberes. Por isso, desejamos que todas as cidadãs e que todos os cidadãos que vivem e trabalham em Sintra se sintam parte integrante e integrada da nossa sociedade.

Ciente que existem dificuldades e obstáculos específicos que se colocam à condição de cidadã/ão a residir num país estrangeiro, o Município de Sintra respondeu, de novo, ao apelo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., para a construção, em parceria com um conjunto alargado de parceiros – organizações da sociedade civil, serviços desconcentrados da Administração Central e juntas de freguesia do concelho - de um ***Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020*** (PMIM).

Financiados pelo Fundo Europeu Asilo, Migração e Integração (FAMI), os Planos Municipais para a Integração de Migrantes visam o aprofundamento das políticas locais, numa lógica de sustentabilidade e de governação integrada que conta com a participação de todos – entidades públicas e privadas – que em cada concelho trabalham no acolhimento e integração dos migrantes na sociedade portuguesa.

O Plano de Sintra integra o conjunto dos 19 planos, propostos por 23 municípios representativos de concelhos de norte a sul do País, em execução entre 2018 e 2020.

O PMIM de Sintra abrange 15 áreas temáticas: Serviços de acolhimento e integração, mercado de trabalho e empreendedorismo, urbanismo e habitação, educação e língua, capacitação e formação, cultura, desporto, saúde, solidariedade e resposta social, cidadania e participação cívica, *media* e sensibilização da opinião pública, racismo e discriminação, relações internacionais, religião e justiça.

Através do *Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Sintra 2018-2020*, o Município pretende renovar uma estratégia global na área da migração, participada e integradora das ações que as diferentes entidades e organismos públicos já hoje desenvolvem e outras consideradas importantes com base nas necessidades identificadas junto das (os) cidadãs (ãos) – nacionais e estrangeiros – e das entidades coletivas.

Somos um povo universalista, um país de diásporas, gente que desde sempre buscou e percorreu o mundo. Sabemos, por isso, como é importante sentirmo-nos acolhidos e acarinhados. Sintra, reconhecida e celebrada como Património da Humanidade pela enorme riqueza do seu passado, aposta igualmente no futuro. Porque o futuro dependerá, sem dúvida alguma, da forma como soubermos unir os nossos esforços para trabalhar em prol da integração das pessoas e das comunidades migrantes.

Basílio Horta
Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Nota prévia

O presente documento foi elaborado de acordo com as orientações do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. relativas à construção dos planos municipais para a integração de migrantes que prevê treze áreas de intervenção. Para todas essas áreas deverá ser elaborado o respetivo diagnóstico local, o qual deverá contemplar a comparação com o contexto nacional. O Plano para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020 integra mais duas áreas: a Justiça, já integrada no Plano anterior, e o Desporto.

Na redação do Diagnóstico do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020 (PMIM) procurou-se corresponder ao compromisso assumido com todos os participantes nas diferentes sessões de diagnóstico, reproduzindo e interpretando as perceções recolhidas.

Procurou-se, ainda, conjugar diferentes tipos de informação, quantitativa e qualitativa. A primeira permite enquadrar o concelho no plano nacional. A descrição das dinâmicas existentes em Sintra, por seu turno, deverá permitir apreender as especificidades no posicionamento do concelho face à temática das migrações. Em suma, partilhar informação mais geral *para dentro do concelho* e descrever a realidade concelhia *para fora*, para os observadores externos.

Agradecemos o grande envolvimento das organizações na mobilização dos cidadãos e na concretização dos *workshops*, aos parceiros que participaram nas sessões de diagnóstico, bem como aos parceiros que disponibilizaram informação não apenas para o momento de diagnóstico mas que têm vindo a colaborar no âmbito dos relatórios de execução do Plano anterior. Pelos mesmos motivos, agradecemos às Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Sintra com responsabilidades nas áreas de intervenção do PMIM e ainda pelo apoio na construção das medidas respetivas.

Sintra, 28 fevereiro 2018

Ficha técnica
Margarida Santos
João Cardoso
Câmara Municipal de Sintra
Divisão de Saúde e Ação Social
Departamento de Solidariedade e Inovação Social

Índice geral

Nota de abertura	1
Nota prévia	2
Índice geral	3
Índice de quadros e gráficos	4
Enquadramento	5
A experiência do Plano concelhio para a integração de imigrantes em Sintra 2015-17	6
Metodologia de construção do PMIM 2018-2020	9
Modelo de monitorização e avaliação	12
A presença de migrantes em Sintra (2014-2017)	13
Serviços de acolhimento e integração	19
Mercado de trabalho e empreendedorismo	29
Urbanismo e Habitação	36
Educação e Língua	44
Capacitação e formação	51
Cultura	58
Desporto	62
Saúde	65
Solidariedade e resposta social	70
Cidadania e participação cívica	77
<i>Média</i> e sensibilização da Opinião Pública	81
Racismo e discriminação	83
Relações internacionais	86
Religião	88
Justiça	91
Documentos consultados	95
Anexo 1 - Mapa de respostas do concelho de Sintra organizado por áreas temáticas do PMIM	96

Índice de quadros e gráficos

Quadro 1	Saldo migratório (n.º) por local de residência; anual	14
Quadro 2	Peso da população estrangeira residente em Sintra face ao total da população estrangeira residente em PT	14
Quadro 3	População estrangeira em Sintra – 2012-2016	15
Quadro 4	Dez principais nacionalidades em Portugal	15
Quadro 5	Dez principais nacionalidades no concelho de Sintra	16
Quadro 6	Peso da população de cada nacionalidade residente em Sintra no total residente em PT	16
Quadro 7	Dez principais nacionalidades no concelho de Sintra, por sexo	17
Quadro 8	Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residência (n.º) por local de residência (NUTS 2013); anual	17
Quadro 9	Atendimentos CLAIM	20
Quadro 10	Atendimentos CLAIM CMS, desagregados por localidade	20
Quadro 11	Atendimentos CLAIM CMS, por nacionalidade, por posto	21
Quadro 12	Atendimentos CLAIM CMS, por grupos de idade, por posto	21
Quadro 13	Atendimentos CLAIM CMS, por assunto	22
Quadro 14	Atendimentos CLAIM CMS no âmbito da regularização/ renovação	22
Quadro 15	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2012, 2013 e 2014	31
Quadro 16	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, 2016 e 2017	31
Quadro 17	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, 2016 e 2017, por sexo	32
Quadro 18	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, por grupo etário	32
Quadro 19	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2016, por grupo etário	32
Quadro 20	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2017, por grupo etário	32
Quadro 21	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, por habilitações literárias	33
Quadro 22	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2016, por habilitações literárias	33
Quadro 23	Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2017, por habilitações literárias	33
Quadro 24	FES – Candidaturas para apoio habitação/ 2015, por nacionalidade	39
Quadro 25	FES – Candidaturas para apoio habitação / 2015, por nacionalidade	40
Quadro 26	FES – Fundo de Emergência Social/ 2015, distribuição territorial candidaturas	40
Quadro 27	FES – Candidaturas para apoio habitação / 2016, por nacionalidade	41
Quadro 28	FES – Fundo de Emergência Social/ 2016, distribuição territorial candidaturas	41
Quadro 29	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2015, por grupo etário	53
Quadro 30	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2015, por habilitação escolar	54
Quadro 31	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2016, por grupo etário	54
Quadro 32	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2016, por habilitação escolar	54
Quadro 33	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2017 (até 30 junho), por grupo etário	55
Quadro 34	Estrangeiros envolvidos nas formações do CEFPS em 2017 (até 30 junho), por habilitação escolar	55
Quadro 35	Número de contribuintes e de beneficiários por total de residentes para estrangeiros e total de população em Portugal, em 2015 e 2016 (percentagem) (extraído REA)	71
Quadro 36	Dez municípios com maior número de recenseados estrangeiros	78
Gráfico 1	Número de pessoas com processos entrados nos anos 2015, 2016 e primeiro semestre de 2017 (adultos)	92
Gráfico 2	Número de jovens com processos entrados nos anos 2015, 2016 e primeiro semestre de 2017	93

Enquadramento

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020 (PMIM) surge na continuidade do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra (PCIIS), o qual vigorou entre 1 janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2017 e corresponde à candidatura ao Aviso 29 do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI) promovida pelo Município de Sintra e aprovada a 19 de julho de 2017 – Projeto PT/2017/FAMI/215. O novo Plano, tal como o anterior, procura ser um instrumento que responde de forma global, integrada e participada às necessidades dos migrantes, através da intervenção de um conjunto alargado de parceiros, onde se incluem os serviços desconcentrados da Administração Central nos diferentes setores, as organizações da sociedade civil e as juntas de freguesia, em sintonia com os objetivos definidos para a política nacional:

«A política nacional em matéria de imigração legal e de integração terá como principais objetivos a prevenção da exclusão social dos NPT [Nacionais de Países Terceiros] em todas as fases do seu processo migratório; a facilitação e a agilização da interação entre os NPT, a sociedade e a administração pública, fomentando o exercício da cidadania e a participação cívica; bem como a promoção da imigração legal, do combate à imigração irregular e da minimização dos impactos que a irregularidade documental acarreta aos cidadãos e à sociedade, em termos sociais, legais e de segurança» (Dimensão 3 do Programa Nacional PT para o FAMI).

O PMIM integra a Medida 1 - *Criar planos locais para as migrações enquanto ferramenta de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração de migrantes* do Eixo 1- *Políticas de integração de imigrantes* do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, que visa:

«(...) a consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos migrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural e religiosa, o reforço da mobilidade social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum».

O Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Sintra 2018-2020 é o resultado da experiência do Plano anterior, bem como dos ajustes decorrentes de novas necessidades identificadas no decurso das sessões de diagnóstico participado durante a fase da conceção. Trata-se também, no âmbito da candidatura referida, de assegurar os recursos financeiros a respostas estruturantes para o concelho na intervenção na área das migrações.

A experiência do Plano concelhio para a integração dos imigrantes em Sintra 2015-2017

Um dos ganhos do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra 2015-2017 foi a visibilidade da temática das migrações na agenda das instituições, a qual será consolidada com a continuidade do PMIM para 2018-2020.

Também a melhor perceção do esforço que as diferentes entidades investem na integração dos migrantes residentes em Sintra, resultado das ações de acompanhamento e monitorização (relatórios de execução, reuniões dos parceiros que integram a Plataforma Local de Acompanhamento e Monitorização), momentos chave para a aproximação entre as diferentes entidades, para o conhecimento dos programas e projetos em curso e de quais os limites da intervenção de cada um dos parceiros institucionais.

Assinala-se ainda a capacidade de concretização efetiva das medidas estruturantes inscritas no PCIIS, a qual se deve ao envolvimento dos decisores políticos da Câmara Municipal de Sintra. Deste modo, a presença do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no concelho era uma velha aspiração dos serviços, das associações e dos migrantes e pôde finalmente ser concretizada em 2016. Ainda nesse ano, foi possível instalar uma extensão do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Sintra na recém-criada Loja do Cidadão de Agualva-Cacém, bem como apresentar candidaturas a cofinanciamento do FAMI para as medidas de nível 2. Para a elaboração das candidaturas e para a execução dos projetos candidatados, a dinâmica e a experiência do trabalho conjunto entre diferentes parceiros foram também fundamentais.

De destacar ainda a inclusão da temática da diversidade *versus* cidadania no Plano de Formação Interno da CMS, plenamente justificada pela dimensão da população estrangeira residente no concelho, bem como pelo papel crescente que a CMS tem vindo a assumir enquanto entidade prestadora de serviços.

Por último e da maior relevância, a participação dos cidadãos estrangeiros constituiu igualmente uma das marcas das ações desenvolvidas no âmbito do PCIIS, resultado da forte capacidade de mobilização das organizações com uma intervenção de longa duração nesta temática.

Alguns indicadores de execução do PCIIS

O processo de avaliação do PCIIS não está ainda concluído. Na verdade, o cronograma para a elaboração do novo Plano sobrepôs-se a esta fase em termos de calendário e, dada a preocupação de não sobrecarregar os parceiros, os indicadores relativos a 2017 não foram ainda recolhidos. É, no entanto, possível fazer um balanço provisório da sua execução.

Assim, realizaram-se ações no âmbito de 51 medidas, sendo que para 6 não se registou qualquer atividade (duas das medidas eram da responsabilidade de um parceiro e poderão ter sido executadas, mas não foi rececionada informação):

Meta concretizada: 29

Meta ultrapassada: 8

Meta não concretizada com execução: 14

Meta não concretizadas sem execução: 6 (5 de nível 1 e 1 de nível 2)

Por outro lado e como para a realização dos relatórios de execução anuais de 2015 e 2016 se realizaram consultas aos parceiros sobre as atividades desenvolvidas na temática das migrações, foi possível efetuar o levantamento de outras atividades não inscritas nas medidas do PCIS:

. Atividades enquadráveis nas áreas temáticas do PCIS não inscritas como medidas e realizadas pelos parceiros:

2015

Cultura – 2

Cidadania e participação cívica – 12

Educação e língua – 1

Saúde – 1

2016

Cultura – 11

Racismo e discriminação – 1

A execução do Plano envolveu 30 entidades:

Organizações da sociedade civil – 15

Serviços desconcentrados da Administração Central – 4

Agrupamentos de Escolas – 3

Juntas de freguesia – 3

Unidades orgânicas CMS – 8 (excluindo a Divisão de Saúde e Ação Social (DSAS), responsável pela operacionalização do Plano)

Entidade supra – concelhias – Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial (CICDR);

Organização Internacional das Migrações (OIM); SEF; ACM

Financiamento das medidas de nível 2 - CMS; ACM/FAMI; Secretaria Geral do Ministério da administração Interna (SGMAI)/FAMI

O desenvolvimento do Plano implicou a realização das seguintes ações preparatórias e de avaliação:

Reuniões de execução - 5

Plataforma de Monitorização e Acompanhamento: 4 reuniões [incluindo a reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de 26 junho 2015 – aprovação do Plano]

Instrumentos de avaliação (até ao momento): elaborados dois relatórios anuais relativos a 2015 e a 2016; um balanço de execução intermédio (maio 2017); elaborado um questionário de avaliação; um balanço final provisório (janeiro 2018).

A participação e envolvimento dos cidadãos estrangeiros estão registadas nos relatórios anuais, por ação, mas não é possível apresentar um valor global para o número de cidadãos envolvidos, uma vez que os mesmos indivíduos participaram em diversas atividades, exceção feita às medidas financiadas pelo FAMI. Essa informação será disponibilizada nas respetivas áreas temáticas, enquanto indicadores de diagnóstico do PMIM.

Principais constrangimentos

Constatou-se que o PCIIS integrava um número demasiado elevado de medidas. Este facto levou a uma maior dispersão do esforço dos parceiros e também está na origem de uma maior dificuldade a nível do seu acompanhamento.

A ideia de construir um instrumento mais focado nas prioridades e com um menor número de medidas foi tida em consideração na candidatura do novo Plano, tendo-se previsto a inclusão de 40 medidas.

Outra dificuldade prendeu-se com a participação dos parceiros do PCIIS num número considerável de outros programas e projetos em curso no concelho de Sintra. Com efeito, por mais dinâmica que seja a intervenção em Sintra feita com base nas Organizações, nos Serviços do Estado, na CMS (e respetivas UO) e nas juntas de freguesia, a verdade é que são quase sempre os mesmos atores em palcos distintos. Este constrangimento agravou-se durante o ano de 2017 e pesará seguramente na execução do próximo Plano.

O novo Plano – Principais aspetos

Os avanços (e os eventuais recuos) do novo Plano para a integração dos Migrantes de Sintra 2018-2020 face ao Plano anterior serão assinalados no quadro de cada uma das áreas temáticas.

O novo Plano surge, como se debaterá mais adiante com maior detalhe, num contexto de crescimento do número de migrantes a residir no concelho de Sintra. Neste quadro, os Serviços de Acolhimento e Integração existentes no concelho têm vindo a assumir um papel fundamental que se procurará consolidar no próximo triénio.

Por outro lado e apesar da ausência de cofinanciamento comunitário, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra e dois dos Agrupamentos de Escolas do concelho (Agrupamento de Escolas Monte da Lua e Agrupamento de Escolas Leal da Câmara) têm vindo a desenvolver ações de Português para Falantes de Outras Línguas com os seus próprios recursos, uma das necessidades prioritárias identificadas no decurso das sessões de diagnóstico.

Também a área da Educação conta com um assinalável reforço, mercê do trabalho que está em curso com a candidatura do Município ao POR Lisboa com o Projeto *Planos inovadores de combate ao insucesso escolar no concelho de Sintra*, em que algumas ações se dirigem aos alunos estrangeiros e/ou em que estes são abrangidos.

Refira-se ainda a integração do Desporto enquanto uma nova área de intervenção. Com efeito, sendo a integração dos jovens estrangeiros e dos descendentes de migrantes uma das problemáticas mais salientes no concelho, não seria possível ignorar o seu potencial.

Outra das novidades resulta da iniciativa da CMS em candidatar a cofinanciamento o *Observatório das Migrações de Sintra*, medida de carácter transversal integrada no novo Plano, que visa tornar mais fina a monitorização de algumas das problemáticas da realidade migratória mais salientes em Sintra e contribuir para o desenho mais focado das políticas municipais.

Por último, há a assinalar que o novo Plano contempla ainda 50 medidas. O que se justifica, sobretudo, pelas candidaturas a cofinanciamento comunitário efetuadas em 2016 e em 2017 pelas organizações e pela Câmara Municipal de Sintra, individualmente e em parceria.

Metodologia de construção do PMIM

O processo de construção do novo Plano não foi inovador comparativamente ao registado para o Plano anterior. Aliás, não foi possível cumprir sequencialmente todas as etapas propostas na candidatura, sendo que não se concretizou a reunião de lançamento do novo Plano com todas as entidades parceiras envolvidas e a envolver. Por outro lado, as sessões de construção das medidas e de discussão da proposta em sede da Plataforma de Acompanhamento (que integra o Núcleo Executivo do CLAS, onde têm assento os serviços desconcentrados da Administração Central e o Colégio Imigrantes, onde participam as associações de imigrantes e as organizações com intervenção na temática) que deveriam corresponder a momentos distintos, acabaram por ser aglutinados. Tal deveu-se ao período excecional vivido na Câmara Municipal relacionado com a realização das eleições autárquicas e conseqüente renovação de mandatos e de atribuição de responsabilidades aos eleitos, o que atrasou o cronograma inicialmente previsto.

Ações de diagnóstico (síntese)

- Pedido de indicadores às entidades parceiras – serviços desconcentrados da Administração Central – e unidades orgânicas da CMS com intervenção nas áreas do Plano (setembro);
- Articulação com entidades no âmbito do pedido de indicadores (outubro);
- Atualização do Mapa de Respostas existentes no Concelho de Sintra (setembro e outubro);
- Reunião com Equipa do CLAIM da Loja do Cidadão de Agualva-Cacém (CMS) (21 novembro);
- Reunião com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham com cidadãos imigrantes para definição da metodologia das Sessões de Diagnóstico com os cidadãos (24 novembro, instalações da ACITMMM). Participaram 6 associações: A Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins (ACITMMM), Casa Seis, Associação CIAPA, Estrela da Lusofonia, Olho Vivo e Associação Islâmica de Sintra, e 6 líderes/ técnicos;
- Reunião do *Focus group* das associações (4 dezembro, instalações da ACITMMM). Participaram 6 associações: ACITMMM, Casa Seis, CIAPA, Estrela da Lusofonia, Olho Vivo e Associação Islâmica de Sintra, e 10 líderes/ técnicos;
- Sessão de Diagnóstico com os Cidadãos – Agualva (13 dezembro, instalações da União das Freguesias de Agualva Mira Sintra). Participaram 14 cidadãos [5M/9H], dos quais 9 NPT [4M/5H]. A sessão foi organizada pela Associação Estrela da Lusofonia, Casa Seis e Olho Vivo que, para além de assegurarem a divulgação e a mobilização dos participantes, contribuíram com técnicos que, em conjunto com a equipa da DSAS, dinamizaram a sessão. A União das freguesias de Agualva Mira Sintra apoiou com a cedência da sala;
- Sessão de Diagnóstico com os Cidadãos – Tapada das Mercês (14 dezembro, instalações da ACITMMM). Participaram 24 cidadãos, todos NPT [17M/7H]. A sessão foi organizada pela Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins. A dinamização foi assegurada pela ACITMMM e pela Associação CIAPA, em conjunto com a equipa da DSAS, nas instalações da ACITMMM;
- Sessão de Diagnóstico com os Cidadãos – Queluz (18 dezembro, instalações da União das Freguesias de Queluz Belas). Participaram 48 cidadãos [27M/21H], dos quais 37 NPT [21M/16H]. A sessão foi organizada pela Olho Vivo que assegurou também a dinamização da sessão em conjunto com a equipa da DSAS. A União das Freguesias de Queluz Belas apoiou com a cedência da sala;
- Reunião do *Focus group* com os serviços desconcentrados da administração central (9 janeiro, instalações da DFOR). Participou o IEFP/Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra (CEFPS) e o ACES Sintra. Participaram 3 técnicas superiores;

- Reunião do *Focus group* com as técnicas superiores das Juntas de Freguesia de Sintra (11 janeiro, instalações da União das Freguesias de Cacém São Marcos). Participaram 4 técnicas superiores das freguesias de Algueirão Mem Martins, União das Freguesias de Agualva Mira Sintra, União das Freguesias de Queluz Belas e União das Freguesias de Cacém São Marcos;
- A técnica superior da União das Freguesias de Massamá Monte Abraão colocou as questões para discussão no seio do Núcleo Executivo da Comissão Social de Freguesia (10 janeiro, instalações da JF). Participaram 8 técnicos;
- O Projeto *Viv@Cidade E6G* correspondeu ao desafio da DSAS e dinamizou 3 sessões de discussão com os participantes do Projeto, jovens e familiares, nos dias 9 (manhã e tarde) e 11 de janeiro. Participaram 27 pessoas (8 EE e 19 jovens; 13M/14H), das quais 8 NPT [2M/6H];
- O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara respondeu às questões de diagnóstico via correio eletrónico.

Nas ações enumeradas, participaram, no total, 16 entidades (contabilizando também as envolvidas na disponibilização de indicadores), 34 líderes/técnicos e 113 cidadãos, dos quais 78 NPT. Os dois técnicos superiores da DSAS/CMS participaram em todas as ações mencionadas e não estão contabilizados nos *líderes/ técnicos*, os quais se reportam apenas a entidades exteriores e a outras unidades orgânicas e equipas da CMS.

As questões colocadas foram as mesmas em todos os momentos de diagnóstico enumerados. São as seguintes:

1 – Nos últimos dois anos sentiu alterações na situação dos imigrantes no concelho de Sintra?

- *O que melhorou*
- *O que piorou*

(sempre que mencionado expressamente dessa forma, anotaram-se as questões que se considerava não terem sofrido alterações, isto é, o que se manteve)

2 – Quais as principais preocupações / necessidades na vida dos imigrantes?

3 – Tendo em atenção as principais preocupações /necessidades na vida dos imigrantes que ações poderia ser importante desenvolver?

Processo de construção e validação das medidas

- Reunião com a Divisão de Desporto da CMS (20 dezembro).
- Pedido aos parceiros para reverem e validarem as medidas inscritas no Plano anterior (via correio eletrónico) – 8 janeiro.
- Pedido aos agrupamentos de escolas com ações de português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e projetos financiados pelo FAMI em curso (via correio eletrónico) – 12 janeiro.
- Pedido às JF com ações regulares nas temáticas do Plano – 11 janeiro.

- Reunião Plataforma de Acompanhamento e monitorização – 1 fevereiro. Nessa reunião foi disponibilizada uma versão sumária das principais questões levantadas nas sessões de diagnóstico. Participaram 12 parceiros: AFAC – Associação de Filhos e Amigos de Farim (AF AFC), ACITMMM, Casa Seis, Centro Social Paroquial de Algueirão Mem Martins Mercês, Associação Estrela da Lusofonia, Associação CIAPA, Fundação Aga Khan, Associação 24 de setembro, Associação Olho Vivo, ISS, I.P./Centro Distrital de Lisboa/Sintra e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Envio de contributos por parte dos parceiros – entre 5 e 8 fevereiro (via correio eletrónico).
- Reunião alargada de parceiros e entidades – 9 fevereiro. Participaram 23 parceiros: AFAC – Associação de Filhos e Amigos de Farim, ACITMMM, Casa Seis, Associação Estrela da Lusofonia, Associação CIAPA, Fundação Aga Khan, Associação 24 de setembro, Associação Olho Vivo, Comunidade Cristã do Algueirão, Junta de Freguesia de Rio de Mouro, UF Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, UF Queluz Belas, CMS/ Departamento de Educação, Juventude e Desporto, Guarda Nacional Republicana, AE Agualva Mira Sintra, AE Ferreira de Castro, AE Leal da Câmara, AFAPS, Centro Social Baptista, Infantário do Povo de Massamá e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Consulta pública – 12 a 26 fevereiro.
- Consulta presencial com os cidadãos NPT no âmbito consulta pública – Associação Olho Vivo – 24 de fevereiro. Participaram 19 cidadãos, dos quais 17 NPT (10H e 7M).
- Emissão de parecer favorável à proposta a enviar ao ACM, I.P. no Plenário do CLAS – 27 fevereiro.

Modelo de monitorização e avaliação

A função de acompanhamento e monitorização será assegurada pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS). O Núcleo Executivo do CLAS em articulação com o *Colégio das Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos na área dos Imigrantes* (CIP Imigrantes) analisará a informação (relatórios, informações adicionais, entre outros documentos) a submeter à apreciação e à aprovação dos parceiros. Os relatórios de execução serão anuais.

A presença de Migrantes em Sintra (2014-2017)

O primeiro aspeto a reter no contexto das dinâmicas relativas à presença de migrantes em Sintra será o seguinte: Nos últimos dois anos (pelo menos), o número de pessoas migrantes no concelho aumentou. Esta não é uma conclusão sancionada pelos dados oficiais, que são os dados estatísticos disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTATS) e que dizem respeito apenas aos indivíduos em situação regular, mas sim pela informação recolhida a partir das fontes locais. Entre estas, os atendimentos CLAIM, os relatos de não existência de vagas nas escolas (crianças e jovens que chegam após o início do ano letivo) e a manutenção da população escolar nos últimos dois anos letivos, torna-a inquestionável. A esta informação de carácter objetivo, junta-se as perceções sobre as ruas das povoações do concelho. Os estrangeiros voltaram a fazer-se ouvir com muita frequência, em especial os cidadãos brasileiros, que parecem ter regressado após os anos mais agudos da crise económica que o país atravessou.

Para a comparação com as dinâmicas registadas para o todo nacional, recorrer-se-á ao *Relatório Estatístico Anual 2017*, da autoria de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, publicado pelo Observatório das Migrações/ Alto Comissariado para as Migrações, I.P., abreviado no corpo do texto para *REA 2017*.

Saldo migratório

«(...) Portugal contrasta com a maioria dos países europeus por assumir um saldo migratório negativo desde 2011 (ainda que desde 2013 em recuperação...). Globalmente em 2016, registou 38.273 emigrantes permanentes e 29.925 imigrantes permanentes. (...) A partir de 2014 começam a observar-se melhorias face ao início da década. Em 2016 (...), verificou-se um aumento nas entradas de pessoas e uma diminuição nas saídas de pessoas de Portugal, gerando ainda assim um saldo migratório negativo (-8.348) (...). O saldo migratório de 2016 é, no entanto, menos negativo do que o apurado em 2015 (-10.481)» (REA, 2017, pp 35 e 36).

No concelho de Sintra, a passagem para valores negativos dá-se apenas em 2012. Entre 2014 e 2016, Sintra manteve-se entre os 11 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa que obtiveram sempre um saldo migratório positivo. No entanto, esse crescimento não foi constante, tendo atingido o valor mais elevado em 2015 (+692) indivíduos e voltando a descer em 2016 (+428 indivíduos), ainda que superando o valor atingido em 2014 (+355).

Quadro 1 - **Saldo migratório (n.º) por local de residência; anual**

Local de residência (NUTS 2013)	2016	2015	2014
Portugal	- 8 348	- 10 481	- 30 056
Continente	- 7 216	- 8 340	- 27 335
Área Metropolitana Lisboa	7 198	2 441	27
Alcochete	218	142	193
Almada	- 15	- 116	- 333
Amadora	1 195	434	266
Barreiro	- 138	- 64	- 112
Cascais	439	762	675
Lisboa	1 199	- 3 890	- 6 208
Loures	1 249	883	973
Mafra	554	566	763
Moita	- 146	- 24	- 64
Montijo	509	492	626
Odivelas	975	1 016	1 209
Oeiras	777	253	224
Palmela	121	203	283
Seixal	319	753	901
Sesimbra	236	169	215
Setúbal	- 612	- 205	- 380
Sintra	428	692	355
Vila Franca de Xira	- 110	375	441

Fonte: INE – Indicadores demográficos (atualização dados: 31 maio 2017)

De acordo com os dados oficiais, desde 2010, que a presença da população estrangeira residente em PT tem vindo a retroceder – de 445.262 (2010) para 388.731 em 2015 (REA, 2017, pp. 51 a 54). Apenas em 2016, volta a crescer – para 397.731 – mas ficando ainda abaixo do limiar dos 400.000 mil indivíduos. A população estrangeira concentra-se nos distritos de Lisboa – 43,5%; Faro (16%) e Setúbal (9,1%). No concelho de Sintra residia, em 2015, 8,03% do total da população estrangeira residente em PT. Em 2016, esse valor desce para 7,5% (REA, pp.51-54).

Em Sintra, em 2016, ainda não é visível essa retoma nos dados oficiais disponibilizados pelo SEF e que dizem respeito, naturalmente, aos indivíduos em situação regular, apesar de, como se tratará mais adiante, ser notório o crescimento da presença da população estrangeira entre 2016 e 2017:

Quadro 2 - **Peso da população estrangeira residente em Sintra face ao total da população estrangeira residente PT**

	2012	2013	2014	2015	2016
População estrangeira Sintra	34 350	33 478	32 707	31 245	29 688
%	8,23	8,34	8,27	8,03	7,46
População estrangeira total	417 042	401 320	395 195	388 731	397 731

Fonte: SEFSTAT e REA 2017 (pp.52-53)

Apesar da descida da população estrangeira residente que as fontes oficiais registam, Sintra permanece o segundo concelho de país com maior número de estrangeiros, em 2016, seguido de Cascais, Amadora, Loures, Loulé, Odivelas, Albufeira, Almada e Porto. Lisboa ocupa a primeira posição, com 55 212 estrangeiros residentes (Cf. REA, p.53).

Quadro 3 - **População estrangeira em Sintra 2012-2016**

SEF	2012	2013	2014	2015	2016
	34 350	33 478	32 707	31 245	29 688
%	9,0	8,8	8,58	8,16	7,73
População total	379 963	379 756	380 934	382 521	383 946

Fonte: SEFSTAT e INE

Quadro 4 - **Dez principais nacionalidades em PT**

Nacionalidade	2015		2016		Variação %
	Número	%	Número	%	
Brasil	82 590	21,2	81 251	20,4	-1,6
Cabo Verde	38 674	9,9	36 578	9,2	-5,4
Ucrânia	35 779	9,2	34 490	8,7	-3,6
Roménia	30 523	7,9	30 429	7,7	-0,3
China	21 376	5,5	22 503	5,7	+5,3
Reino Unido	17 233	4,4	19 384	4,9	+12,5
Angola	18 247	4,7	16 994	4,3	-6,9
Guiné-Bissau	17 091	4,4	15 653	3,9	-8,4
França	8 441	2,2	11 293	2,8	+33,8
Espanha	10 019	2,6	11 133	2,8	+11,1

Fonte: REA 2017

Comparativamente a PT, no concelho de Sintra invertem-se as duas primeiras posições, sendo a nacionalidade cabo-verdiana a mais representada. Segue-se a nacionalidade guineense de Bissau que, a partir de 2013, suplanta a nacionalidade angolana no terceiro lugar. A nacionalidade angolana, que nos Censos de 2001 era a mais representada no seio da população estrangeira a residir em Sintra, ocupa agora a quarta posição. Coincidente com o que se verifica para o todo nacional, são os estrangeiros chineses que continuam a aumentar a sua presença em Sintra. Aqui também, e contrário à tendência nacional, está o aumento dos cidadãos romenos.

Quadro 5 - Dez principais nacionalidades no concelho de Sintra

Nacionalidade	2014		2015		2016		Variação
	Número	%	Número	%	Número	%	
Cabo Verde	8 127	24,84	7 873	25,19	7 366	24,81	↓
Brasil	6 053	18,51	5 658	18,10	5 351	18,02	↓
Guiné-Bissau	4 713	14,41	4 470	14,3	4 020	13,5	↓
Angola	4 132	12,63	3 715	11,88	3 293	11,09	↓
Roménia	1 971	6,03	1 997	6,39	2 073	6,9	↑
Ucrânia	1 766	5,39	1 664	5,32	1 600	5,4	↓
São Tomé e P.	1 348	4,12	1 238	3,96	1 169	3,9	↓
China	760	2,32	801	2,56	891	3	↑
Moldávia	518	1,58	444	1,42	409	1,37	↓
Guiné	329	1	319	1,02	264	0,9	↓

Fonte: SEFSTAT. Cálculos próprios

Por outro lado, apesar da nacionalidade brasileira ser a segunda mais numerosa em Sintra, o concelho não é o mais atrativo para estes cidadãos. Residem em Sintra 6,58% dos cidadãos brasileiros residentes em PT. Em contrapartida, concentram-se aqui 25,68% dos guineenses de Bissau residentes em PT, 20,13% dos cidadãos de Cabo Verde, 19,37% de Angola, 19,34% da Guiné e 13% de São Tomé e Príncipe.

Quadro 6 - Peso da população de cada nacionalidade residente em Sintra no total da população de cada nacionalidade residente em PT

Nacionalidade	2014	2015	2016
Cabo Verde	19,86	20,30	20,13
Brasil	6,91	6,85	6,58
Guiné-Bissau	26,21	26,15	25,68
Angola	20,96	20,35	19,37
Roménia	6,25	6,54	6,81
Ucrânia	4,66	4,65	4,63
São Tomé e P.	13,26	13,16	13,03
China	3,55	3,75	3,95
Moldávia	6,12	6,39	6,67
Guiné	20,56	20,90	19,34

Fonte: SEFSTAT. Cálculos próprios

Quadro 7 - **Dez principais nacionalidades no concelho de Sintra, por sexo**

Nacionalidades	2014		2015		2016	
	H (nº)	M (nº)	H (nº)	M (nº)	H (nº)	M (nº)
Cabo Verde	3 649	4 478	3 510	4 363	3 244	4 122
Brasil	2 386	3 667	2 195	3 463	2 051	3 300
✓Guiné-Bissau	2 418	2 295	2 270	2 200	2 055	1 965
Angola	1 952	2 180	1 746	1 969	1 572	1 721
✓Roménia	1 060	911	1 069	928	1 098	975
Ucrânia	841	925	796	868	755	845
São Tomé e P.	580	768	520	718	484	685
China	379	381	399	402	442	449
Moldávia	236	282	69	105	184	225
✓Guiné	223	106	216	103	184	80

Fonte: SEFSTAT

A maior proporção de homens nestas nacionalidades (✓) está de acordo com a tendência verificada para o país (cf. REA, 2017, pp.55 a 58).

Quadro 8 - **Relação de masculinidade* dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residência (n.º) por local de residência (NUTS-2013); anual**

Local residência	2014	2015	2016
Portugal	103,5	108,0	104,5
Continente	103,6	108,2	104,7
Área M. Lisboa	105,8	110,6	104,1
Alcochete	161,9	106,1	131,8
Almada	93,8	84,9	99,5
Amadora	97,2	94,7	100,8
Barreiro	92,6	62,4	87,4
Cascais	111,8	106,6	102,9
Lisboa	118,0	127,7	108,6
Loures	92,1	103,8	103,6
Maфра	108,4	92,2	109,6
Moita	98,6	69,7	98,6
Montijo	109,9	133,3	103,7
Odivelas	111,0	114,4	109,2
Oeiras	78,3	98,0	93,8
Palmela	95,4	90,4	137,3
Seixal	80,9	90,3	101,3
Sesimbra	87,5	98,1	107,0
Setúbal	79,4	109,2	114,6
Sintra	90,0	91,3	84,9
Vila Franca de Xira	90,9	93,8	111,8

Fonte: INE (16 setembro 2017)

*Relação de masculinidade: Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres).

Em 2016, Sintra encontrava-se entre os municípios do distrito de Lisboa onde se observava maior feminização da população estrangeira residente.

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

«These are the questions that cluster around the theme of this book. They may be summarized more generally:

how and why can political entities that celebrate the rights of individuals and small groups so often seem cruelly selective in applying those rights?

Indifference to the plight of individuals and groups often coexists with democratic and egalitarian ideals».

Michael Herzfeld, *The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of western bureaucracy*, 1992

Tal como sucedeu durante a fase de diagnóstico em 2015, volvidos dois anos, as questões da regularização da permanência em Portugal continuam a ocupar um lugar central nas reflexões das entidades e dos cidadãos. Foram mencionadas em todos os momentos de diagnóstico e podem encontrar-se em resposta a cada uma das três questões colocadas.

A condição de migrante, de residir e trabalhar num país estrangeiro, traz consigo constrangimentos que pesam na vida dos indivíduos e das famílias. Em primeiro lugar, a necessidade da regularização da permanência/ renovação que, por sua vez, condiciona o acesso aos direitos e deveres de cidadania. Este processo é muito dispendioso, rigoroso a nível dos prazos e dos procedimentos e está dependente do acesso a uma atividade laboral remunerada com enquadramento legal. São muito frequentes as famílias que procuram os serviços e programas de apoio municipais e os das associações e instituições que intervêm em Sintra em que cada membro do agregado possui um estatuto diferente – alguns já adquiriram a nacionalidade portuguesa, uns possuem Autorização de Residência e outros encontram-se ainda em situação irregular.

Antes de desenvolver esse tópico, importa, porém, dar conta dos avanços na área dos serviços de acolhimento e integração face a 2015.

Em 2016, registaram-se progressos muito significativos no âmbito desta área a nível local. Com efeito, a partir do mês de abril, na Loja do Cidadão de Aqualva Cacém foi instalado um Posto Desconcentrado de Atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em resultado do processo de negociação com essa entidade conduzido pela Câmara Municipal de Sintra e ainda foi possível alargar o atendimento CLAIM, no âmbito do protocolo da CMS com o ACM, I.P., também para essa nova infraestrutura.

São os resultados anuais dos atendimentos realizados pelo CLAIM gerido pela CMS e pelos CLAIM geridos pela Associação Olho Vivo que nos autorizam a apontar para a tendência do aumento da população migrante no concelho (pelo menos) nos últimos dois anos.

Quadro 9 - **Atendimentos CLAIM**

Entidade	2016	2017
Olho Vivo	4 707	7 341
CMS	3 301	7 589

Fonte: CMS e Olho Vivo

O número de atendimentos realizados nos CLAIM da Associação Olho Vivo continuou a crescer, apesar da criação de mais um local de atendimento CLAIM no concelho, tendo realizado comparativamente a 2016 mais 2 634 atendimentos. Se somarmos os atendimentos dos dois anos realizados no CLAIM da Loja do Cidadão de Aqualva Cacém – 3 135 em 2016 e 7 420 em 2017-, resposta que não existia, bem como a diferença entre o número total de atendimentos da Olho Vivo entre os anos de 2015 e de 2016, que é de mais 511 atendimentos, teremos então como resultado que se realizaram mais 13 700 atendimentos CLAIM no concelho de Sintra nos últimos dois anos.

Relativamente à dispersão pelo território do concelho, apenas dispomos dos dados dos CLAIM da CMS. Com base nesses dados é possível verificar que a maior parte dos atendimentos são realizados a pessoas que afirmam residir no Cacém (pese embora este dado se deva ler com precaução, uma vez que é frequente os recém chegados não distinguirem os aglomerados urbanos de Aqualva e do Cacém e nem sempre ser possível aferir a localidade de residência a partir dos documentos apresentados), seguido de Algueirão Mem Martins, Rio de Mouro, Aqualva e Queluz.

Quadro 10 - **Atendimentos CLAIM CMS, desagregados por localidade**

Localidade	2016	2017
Algueirão Mem Martins	321	794
Almargem do Bispo	3	10
Aqualva	160	729
Belas	45	75
Casal Cambra	8	20
Colares	9	7
Cacém	1 716	3 182
Massamá	74	171
Mira Sintra	36	128
Montelavar	0	0
Monte Abraão	21	91
Pêro Pinheiro	5	12
Queluz	209	481
Rio de Mouro	292	762
São João das Lampas	12	33
São Pedro de Penaferrim	17	30
Santa Maria e São Miguel	20	23

São Marcos	85	269
São Martinho	5	15
Terrugem	2	8
Outros concelhos	301	831

Fonte: CMS

Quadro 11 - **Atendimentos CLAIM CMS, por nacionalidade (%), por posto**

Nacionalidade	2016		2017	
	LCAC	Portela Sintra	LCAC	Portela Sintra
Angola	13,58	24,69	14,99	39,53
Brasil	14,55	8,4	17,76	13,37
Cabo Verde	29,23	10,24	27,83	12,31
Guiné-Bissau	16,23	22,28	16,44	12,79
Portugal	10,43	6,62	7,91	5,23
STP	4,56	2,4	4,38	0,58
Ucrânia	2,68	10,24	2,35	5,81
Roménia	1,51	6,62	0,74	2,33
Guiné Conacri	0,82	0,6	0,3	--
Índia	0,72	--	0,93	0,58
Moldova	0,69	3,61	0,78	0,58
China	0,62	--	0,46	--
Bangladesh	0,41	--	0,56	--
Venezuela	0,21	0,6	0,35	2,33
Nacionalidades	48	16	65	17

Fonte: Plataforma CLAIM

Os atendimentos realizados nos CLAIM em 2016 e 2017 são protagonizados sobretudo por indivíduos do sexo feminino – 54,37% e 55,14% respetivamente na LCAC e 57,83% e 58,14% respetivamente, na Portela de Sintra.

Quadro 12 - **Atendimentos por grupos de idade**

Grupos de idade	2016		2017	
	LCAC %	Portela Sintra %	LCAC %	Portela Sintra %
<18 anos	6,21	13,85	7,8	8,14
18-25 anos	20,41	12,65	18,49	11,05
26-35 anos	26,17	27,71	27,44	36,05
36-45 anos	24,6	22,89	22,58	18,6
46-55 anos	13,83	12,07	14,15	14,53
56-65 anos	6,21	7,22	6,28	5,23
>65 anos	2,2	3,61	3	6,4

Fonte: Plataforma CLAIM

Em 2016, no CLAIM da LCAC as pessoas atendidas situavam-se maioritariamente na faixa etária entre os 26 e os 35 anos, com 26,35%, seguido do grupo 36-45 anos, 24,6%.

Em 2017, o cenário mantém-se com 27,44% para o primeiro grupo, seguida do grupo 36-45 anos, com 22,58% e do grupo 18-25 anos com expressivos 18,49%. A mesma tendência é observável para os atendimentos realizados na Portela de Sintra. Neste último local, os atendimentos a pessoas maiores de 65 anos assumem um maior peso face ao total.

A observação dos atendimentos realizados por assunto converge igualmente para a afirmação do aumento da população estrangeira residente no concelho. Com efeito, não só as questões da regularização constituem o assunto que obriga a um maior número de deslocações aos serviços, como de 2016 para 2017, os atendimentos relacionados com os artigos 88.º, sobretudo, e 89.º mais que duplicaram a nível do CLAIM da LCAC.

Quadro 13 - **Atendimentos por assunto**

Assunto	2016	2017	
	LCAC %	LCAC %	Portela Sintra %
Regularização	72,69	73,94	69,19
Nacionalidade	9,95	6,8	13,95
Reagrupamento familiar	4,46	3,5	2,33
Saúde	0,41	0,56	2,91
Trabalho	0,17	0,24	1,74
Educação	0,21	0,19	1,74
Segurança Social	0,31	0,54	--
Apoio Social	0,27	0,05	--
Outros	11,49	14,08	6,98
Retorno voluntário	--	0,07	--
Migração para a EU	0,03	0,01	--

Quadro 14 - **Atendimentos no âmbito da Regularização/renovação**

Enquadramento	2016	2017	
	LCAC %	LCAC %	Portela Sintra %
Renovação de AR temporária	18,77	12,91	15,7
Artigo 88.º e 89.º	7,17	16,22	5,23
Artigo 122.º	2,85	4,15	6,98
Cartão de residência de familiar EU	5,87	6,44	6,98
Outros	6,07	9,12	1,74
Renovação de AR permanente	0,1	0,17	0,58
Prorrogação de vistos	5,8	6,02	9,88

Fonte: Plataforma CLAIM

Os artigos 88.º e 89.º da Lei da Imigração consagram um regime excecional de regularização da permanência em PT, com dispensa de visto de residência. Na verdade, a única forma de um cidadão de um país terceiro poder fixar-se no país, com o objetivo de residir e trabalhar, seria obter um visto de residência no seu país de origem, junto dos serviços diplomáticos portugueses. Na prática são raros os indivíduos que conseguem desenvolver todo esse processo.

Através dessa exceção prevista na Lei é exigido que aqueles que *manifestem interesse* em regularizar-se por essa via tenham entrado legalmente no país e que provem ter uma atividade laboral subordinada (art.88º) ou por conta própria (art.º. 89º). Esta possibilidade visa diminuir as situações de permanência irregular e de exploração laboral. Constitui com frequência o início do percurso de regularização em PT (não obstante as situações, que também não são raras, de indivíduos que tendo já um percurso no país, não conseguiram obter a autorização de residência por outras vias).

Para além do aumento das *manifestações de interesse*, a equipa da CMS que realiza os atendimentos no CLAIM da LCAC deu conta do aumento do número de indivíduos que procuram os serviços e que residem em PT para efeitos de estudo. Esta observação enquadra-se na tendência assinalada no REA 2017, para o aumento dos vistos concedidos a estudantes, +43% em 2016 relativamente a 2015 (p.42).

Resultados das sessões de diagnóstico

A abertura do Posto de Atendimento do SEF na LCAC foi mencionada na reunião com as associações e nos *workshops* com os cidadãos na Agualva e em Queluz, em resposta à pergunta **«o que melhorou?»**: *«O SEF no Cacém melhorou muito a vida das pessoas»* (*workshop* Agualva), apesar de ter sido igualmente mencionada a limitação das competências do novo Serviço à renovação de autorizações de residência e à prorrogação de vistos (trata-se de um Posto e não de uma Delegação).

Também as recentes alterações às Leis da Nacionalidade (cf. Cidadania e participação cívica) e da Imigração¹, designadamente, a introdução da figura do contrato promessa no âmbito do art.º 88.º foram destacadas na reunião com as associações: *«Estas mudanças foram muito importantes e podem trazer mais esperança às pessoas. Há outra sensação de liberdade: as pessoas podem dizer que estão cá»* (Flora Silva, Associação Olho Vivo). Por outro lado, também se destacou como as pessoas estão mais proactivas na procura de informação e de apoio que permita o acesso aos direitos e deveres e que o trabalho articulado entre associações e autarquias está a produzir bons efeitos nesse domínio:

«Para mim houve uma melhoria significativa no apoio das juntas de freguesia, do associativismo e da câmara. As pessoas estão mais capacitadas e é importante apropriarem-se dos seus deveres e tomarem conta das suas vidas (...) O investimento das diferentes entidades tem resultado bem» (Maria José Eusébio, União Freguesias Agualva Mira Sintra, *Focus group* técnicas superiores JF).

¹ Quinta alteração à Lei da Imigração – Lei n.º 102/2017, de 28 agosto.

«Mais pessoas e associações envolvidas na passagem da informação. Também mais acesso à internet, maior acesso à informação. Mas pode melhorar mais» (Workshop Queluz)

«Preocupação e reflexão das várias estruturas públicas sobre a situação dos Migrantes; delineamento de planos municipais que dignifiquem a comunidade Migrante». (Focus group técnicas superiores JF).

No entanto, os cidadãos sublinharam: «melhorou o apoio logístico, mas há entraves à legalização. Temos que encontrar formas mais viáveis para não enganar o próximo». (Workshop Aigualva).

Na realidade e apesar dos progressos identificados, não só o processo de regularização mas também a própria renovação da Autorização de Residência continuam a ter um peso incomensurável na vida das pessoas migrantes: Pelos tempos de espera, pela desarticulação entre normativos dos diferentes setores, pelos procedimentos nem sempre uniformes, pela quantidade de documentação que é necessário reunir, pela dificuldade de obter a documentação dos países de origem. Assim, quando se questiona **o que piorou**, podemos ouvir essas referências repetirem-se:

- «A Loja do Cidadão e o posto do SEF [melhorou]. Mas não têm os mesmos procedimentos de Cascais. As pessoas têm entendimentos diferentes face aos procedimentos... muda de inspetor para inspetor. Mas a proximidade ajudou» (workshop Aigualva);

- «O Art.º 88 e a promessa de contrato de trabalho foi uma boa alteração. Mas quando a pessoa será chamada para iniciar o processo, a convocatória para apresentar os originais, está no segredo dos deuses.» (workshop Aigualva);

- «A marcação da renovação piorou. São seis ou sete meses. Antes eram dois meses, 90 dias» (workshop Aigualva);

- «Muito atraso, mais do que era habitual, na saída dos documentos. E enquanto não têm esses documentos, perdem muitas coisas... e isso piorou» (workshop Aigualva);

- As crianças que não têm Autorização de Residência, mesmo as que nascem em Portugal, não podem pedir abono. Há uma discriminação entre os filhos dos imigrantes que nascem em Portugal e os filhos dos portugueses. E isso deve-se aos atrasos do SEF» (workshop Aigualva);

- Acompanhante de uma pessoa doente trabalha há 2 anos e ainda não conseguiu o Art.º 88. Ainda não responderam (workshop Tapada das Mercês);

- Regularização muito lenta atualmente. Há alguns anos atrás era muito melhor. Os procedimentos são muito lentos (workshop Tapada das Mercês);

- «Mesmo estando em Portugal há muito tempo, 10, 15, 20 anos. Muitas vezes, quando vamos renovar, se falta qualquer coisa, mesmo que sejam questões que se esclareciam com um telefonema (descontos Segurança Social) são remarcados para fevereiro [esta sessão realizou-se em dezembro]» (workshop Queluz);

- «Na renovação da Autorização de Residência, as pessoas podem inscrever-se no IIEFP. Numa primeira vez, não. Se estiver preso e deixar caducar os documentos, é tratado como se fosse uma primeira vez. Isto levanta problemas» (focus group serviços);

- «As pessoas, no caso da renovação podem inscrever-se. Têm noventa dias para requerer subsídio. Cada dia que passa é menos um dia que recebe subsídio. Também as entidades não

facilitam a vida aos trabalhadores para renovarem a Autorização de Residência. É extremamente injusto. (focus group serviços);

- Assim como é extremamente injusto qualquer pessoa para se inscrever no Centro de Emprego tem de estar em território nacional. A Lei do RSI prevê que ausência de até 30 dias não implica cessação da prestação. Para o IEFP, a partir do momento que se ausenta, a inscrição é cancelada. Só não é no caso para tratamento com atestado» (focus group serviços);

- «O Art.º 88 – Estão a pedir para o pedido ser feito online, mas há muita gente que não sabe mexer em computadores. A Associação leva muito tempo a fazer essas marcações com as pessoas» (focus group associações);

- «A demora nos processos leva à suspensão do RSI, do subsídio de desemprego, do abono de família,...é escandaloso. As pessoas já vivem mal e quando vão renovar os documentos ficam sem o papel que comprova que estão a tratar dos documentos... perdem todos os direitos. As longas demoras agravaram-se e estão para durar. As pessoas saem do SEF e não entram» (focus group associações);

- «A Segurança Social piorou. Decidiu recusar a inscrição de trabalhadores que não tenham Autorização de Residência ou visto válido. Foi um período muito longo e que criou dificuldades a muitas pessoas. As coisas agora estão um pouco melhores mas isso depende do técnico que assume o processo. No entanto, são processos que estão a demorar muito tempo. E quando demora, o próprio patrão não faz o contrato promessa porque tem medo. Os contratos verdadeiros não podem sair enquanto o trabalhador não tiver o nº de segurança social porque, legalmente, o patrão não pode pagar sem esse número. Há casos em que as pessoas estão à espera há muitos meses... as inscrições no Areeiro, para pedir informações, demoram meses.» (focus group associações);

- «Agravaram-se as questões do Art.º 15². Dois anos à espera de resposta. Não há indeferimento. Não há justificação. Há pessoas que podiam regularizar-se por outra forma – Art.º 88. Não só com cônjuges, mas também filhos». (focus group associações).

As demoras nas marcações e nas respostas por parte do SEF têm também um grande impacto a nível das renovações das AR, traduzindo-se numa «suspensão de direitos. É uma situação escandalosa que nunca mais muda» (Flora Silva, *focus group associações*), sem paralelo na sociedade portuguesa. Na verdade, nenhum cidadão de nacionalidade portuguesa fica em risco de perder o seu emprego ou ver suspenso o direito ao abono de família, ou de ter de pagar o valor real das consultas no SNS, ou tem de pagar coimas se ficar com o seu cartão de cidadão caducado.

Muitas das dificuldades identificadas pelos cidadãos, pelos serviços e pelas associações poderiam ser minoradas pela maior eficácia do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

*«As longas demoras agravaram-se nos últimos anos. Saem pessoas dos serviços e não são substituídos (Flora Silva, *focus group associações*)».*

² Cartão de Residência de familiar do cidadão da União nacional de Estado terceiro: artigo 15.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto. Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril.

Com efeito, se atendermos às crescentes exigências motivadas pela instabilidade gerada pelas ameaças globais a que o SEF tem de responder para além das responsabilidades na concessão e renovação das autorizações de residência, a falta de quadros não é seguramente um pormenor que possa ser ultrapassado com “boa vontade”. Trata-se de um problema que limita seriamente a capacidade de resposta do Serviço e que, nessa medida, condiciona a vida de um grande número de pessoas.

Esse assunto é, por isso, também o mais mencionado pelos cidadãos quando se trata de identificar as **principais preocupações/ necessidades** na vida dos migrantes:

Tapada das Mercês

- «A legalização é o problema maior. Há um monte de documentos que eles pedem que nem sempre estão ao alcance dos imigrantes... fica difícil... nem sempre temos os meios financeiros para pagar os documentos. São muito caros».

«São sempre precisos muitos documentos da nossa terra para ter os documentos daqui. Pagamos 150,00€. Dos outros países, paga-se 18 ou 30,00€. Os ucranianos pagam mais porquê? A Roménia por um papel de 5 anos paga 30,00€»

- «Você vai no SEF e pedem uma coisa. Quando volta lá com os papéis que pediram, a Lei já mudou, os papéis já são outros e aqueles já não servem. Gastou-se dinheiro para nada ... não podem tudo de uma vez».

- «Antes era mais fácil marcar para o SEF. Mesmo que tivesse de lá ir tirar uma senha para marcar. Agora temos de telefonar e nunca atendem. Estive 4 dias a tentar, muito tempo e nunca atendem».

- «É um problema a renovação da Autorização de Residência no SEF. O documento acaba e quando se liga para renovar, demora muitos meses. E não posso ir ao Centro de Saúde porque o documento não é válido. Não posso trabalhar porque o documento não está válido. Estou cá há um ano».

Queluz

- «Tenho os documentos há 8 meses no SEF e nunca mais dizem nada».

- «O meu processo está no SEF há dois anos. Dizem que está no despacho mas nunca está resolvido».

- «Já desconto há 3 anos sem Autorização de Residência. Paguei o cartão e até agora, nada. Dizem que tenho que ficar à espera, porque o meu processo não está autorizado, Tenho contrato de trabalho legal».

Aigualva

- Atendimento no SEF: cada inspetor dá uma orientação diferente; obriga pessoas a ir consecutivamente ao SEF – falta sempre um papel, dentro da mesma delegação. As pessoas cansam-se, desistem...

Técnicas JF

- «Dificuldade nos processos de regularização».

Associações

«*Legalização – é uma doença muito difícil. As coisas estão a piorar no SEF. São muitos meses [de espera] e atrasa a vida de muita gente*».

- «Regularização. Ponto de partida para acesso à saúde, etc. Imigrante sem AR é ninguém».

O que foi sugerido, neste âmbito, na resposta à pergunta **tendo em atenção essas necessidades,**

que ações poderiam ser desenvolvidas?

Técnicas JF

- Sessões de informação de acesso aos direitos e também de exercício de poder parental

Associações

- Necessidade de criar um interlocutor no SEF (perguntam se as Associações têm procuração). Atendimento diferenciado; maior responsabilidade das Associações junto da comunidade;

- Alguns constrangimentos da regularização passam por acelerar os tempos. Exigir um SEF mais célere e eficaz;

- Também é preciso algumas alterações na Lei; pessoas sem visto de entrada – solução ;

- Também solução para enquadrar artigo 15º. Só se o português viver em Portugal. Mesmo com casa comprada. Perde direito de pedir ou renovar. Desconto para a Segurança Social; cria vazio – o que sucede a familiares de cidadãos portugueses;

- Também Segurança Social e entidades patronais para que não criem bloqueios – informação, para ver se conseguimos que menos pessoas fiquem prejudicadas;

- Muitos SEF's [mais postos];

- Articulação Segurança Social e SEF, para que não se perca o abono;

Participantes do Projeto Viv@Cidade

- Construção de mais serviços de apoio para a regularização de documentação.

Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

- «*Criação de Gabinetes de Apoio ao Imigrante nas Juntas de Freguesias, possibilitando um melhor acesso à população. (...) Divulgação de informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres*».

Serviços

- Manual de acolhimento;

- Colocar o folheto [Medida 1] no site do ACES.

Agualva

- «*Criar uma Ouvidoria que ouvisse os mediadores sobre os problemas e levá-los junto do SEF, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação,... Um gabinete que recebe questões de vários níveis e que as encaminhasse*»

- «*O Governo português fez muito pelos imigrantes. O CNAI ajuda em muitas coisas. Eu também comecei por aí.*»

Tapada das Mercês

- Estar disponível no site do SEF uma forma das pessoas terem acesso e perceber o que está a atrasar o processo. Uma plataforma em várias línguas que consiga explicar o que se está a passar. Uma forma de superar os problemas de linguagem.

Queluz

- «*Mudança de mentalidade dos políticos portugueses: a lei diz uma coisa e a prática é outra*».

As políticas de imigração têm beneficiado de um relativo consenso ao longo das últimas décadas por parte dos sucessivos governos e parlamentos portugueses. Esta estabilidade tem-se traduzido na continuidade das medidas e programas que visam favorecer a integração dos migrantes, estabilidade essa que será, aliás, difícil de encontrar noutros setores, e que tem vindo a merecer o reconhecimento de PT junto dos outros países europeus.

No entanto, é necessária maior ênfase na harmonização entre os normativos dos diferentes setores e os procedimentos do SEF para que o princípio da igualdade de acesso aos direitos³ e deveres de cidadania entre cidadãos nacionais e cidadãos estrangeiros residentes não se perca nas diferentes secretarias.

³ Artigo 83.º da Lei da Imigração - Direitos do titular de autorização de residência: «1- Sem prejuízo de aplicação de disposições especiais e de outros direitos previstos na lei ou em convenção internacional de que Portugal seja Parte, o titular de autorização de residência tem direito, sem necessidade de autorização especial relativa à sua condição de estrangeiro, designadamente: a) À educação e ensino; b) Ao exercício de uma atividade profissional subordinada, c) Ao exercício de uma atividade profissional independente; À orientação, à formação, ao aperfeiçoamento e reciclagem profissionais; e) Ao acesso à Saúde; f) Ao Acesso ao direito e aos tribunais. 2- É garantida a aplicação das disposições que assegurem a igualdade de tratamento dos cidadãos estrangeiros, nomeadamente em matéria de segurança social, de benefícios fiscais, de filiação sindical, de reconhecimento de diplomas, certificados e outros títulos profissionais ou de acesso de bens e serviços à disposição do público, bem como de disposições que lhes concedam direitos especiais.»

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

«Uma senhora que vende milho nas ruas da Tapada das Mercês. Não tem licença de venda porque não existe uma licença para a venda de milho. Existe para a venda de pipocas, castanhas, faturas,... mas para milho não. Quando aparece a polícia, ela tem que fugir do ponto em que vende, não consegue levar os utensílios e a polícia confisca o que encontra. Para voltar à atividade, a senhora vai ter que investir, novamente, em materiais. Ela não se importa de pagar uma licença, mas não há nenhuma específica para esta atividade». (workshop Tapada Mercês)

Desenvolvimentos durante a vigência do PCIIS

A Medida 13 da responsabilidade da Rede de Empregabilidade de Sintra (cf. Identificação das entidades - organizações, IEF, CMS e juntas de freguesia e empresas - que integram a parceria no documento do PMIM) envolveu 93 pessoas de origem estrangeira em 2015, nas ações de formação profissional e integração em emprego. Em 2016, foram 63 os NPT envolvidos (46 M/17H), destes 35 foram integrados em formação e 13 no mercado de trabalho.

A Fábrica do Empreendedor de Agualva Cacém, criada através do Protocolo estabelecido com a SEA – Agência de Empreendedores Sociais, CRL, entrou em funcionamento em agosto de 2015, tendo atendido nesse semestre 42 cidadãos NPT (33 para a área do Emprego e formação e 12 para a área do empreendedorismo). Em 2016, foram 45 os cidadãos NPT que procuraram os serviços da FE pela primeira vez.

No âmbito do Aviso 13 do FAMI, o Município de Sintra em parceria com a SEA – Agência de Empreendedores Sociais desenvolveu a Ação de Capacitação *Como criar o próprio negócio?*, entre outubro e dezembro de 2017. O Projeto teve também como objetivo aproximar os cidadãos NPT desta estrutura de apoio.

Ainda no domínio do empreendedorismo, a Fundação Aga Khan desenvolveu, entre setembro de 2017 e janeiro de 2018, o Projeto *Transistórias* em colaboração com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Trata-se de «uma ação de co-design, que se baseia na construção de relações, incorporando a sustentabilidade económica, para a abertura de possibilidades e futuros de produtores, produtos e produções culturais na área metropolitana de Lisboa, nomeadamente Sintra. Estas oficinas são destinadas a artesãos com domínio em qualquer técnica artesanal e artística, que procurem desenvolver produtos para a comercialização», Projeto em que procurou envolver pessoas de origem migrante e que não estava inscrito no PCIIS.

Financiada pelo Fundo Europeu, está em curso, até 2020 com possibilidade de prorrogação até 2022, a estratégia de *Desenvolvimento Local de Base Comunitária DLBC/GAL Sintra Urban*, cuja candidatura integra o objetivo 3. - *Apoiar o empreendedorismo e negócios dos migrantes* do PI 9.6 – Eixo1: Criação e requalificação do tecido económico. O consórcio de parceiros integra alguns parceiros responsáveis pela execução de medidas do PMIM: FAK; Olho Vivo; CIAPA; IEFP e CMS.

O contexto nacional

O facto da migração para PT ter sido marcadamente laboral, apesar da tendência para alguma diluição nos perfis emergentes, como o dos estudantes e o das pessoas que fazem reagrupamento familiar, traduz-se na maior taxa de atividade dos cidadãos estrangeiros face aos cidadãos nacionais.

«Os indicadores do EUROSTAT relativamente ao mercado de trabalho mostram, para a média da UE28, que a taxa de atividade dos cidadãos estrangeiros é, na generalidade dos países, superior à taxa dos nacionais. Enquanto para os cidadãos autóctones a taxa é de 57,1%, no caso de cidadãos estrangeiros extracomunitários a taxa sobe para 61%. Para os cidadãos estrangeiros com nacionalidade de outro país da UE28, a taxa é ainda mais elevada, atingindo os 71%. (...) Relativamente aos diferentes países, **se a ordenação for efetuada pela taxa de atividade dos cidadãos estrangeiros extracomunitários, Portugal surge na primeira posição (com 76%)**» (REA, 2017, p.121) (sublinhados nossos).

O mesmo relatório mostra que os trabalhadores estrangeiros em PT continuam a estar sobre representados nos grupos profissionais da base do mercado de trabalho português e a auferir remunerações mais baixas, mesmo se se atender aos mesmos grupos profissionais e a habilitações equivalentes (pp. 123-135), isto é, despistando a hipótese dos trabalhadores estrangeiros estarem maioritariamente inseridos em atividades para as quais possuem excesso de habilitações (REA, 2017, pp. 123-135).

De acordo com os indicadores do EUROSTAT também a taxa de desemprego é superior à dos nacionais no conjunto dos países da UE28, que é de 8,1%. A dos estrangeiros comunitários é de 9,1% e a dos extracomunitários é de 17,9%. Neste contexto, PT ocupa a oitava posição, com 18,6%. Com as taxas mais elevadas, destacavam-se a Suécia (30,8%), a Grécia (30,1%), a Espanha (29,1%) e a Bélgica (27,2%) (REA, 2017,p.151).

«Desde finais da década passada que os trabalhadores estrangeiros sofreram alguns dos maiores impactos da crise económica e financeira do país – e.g. a diminuição das oportunidades de trabalho, o aumento global do desemprego no contexto nacional, o aumento da distância das suas remunerações face aos trabalhadores portugueses. Os anos de referência do relatório estatístico anterior (2013 e 2014), mostravam ligeiras melhorias e recuperação, tendência que se viria a confirmar (...) para os anos de referência deste relatório (2015 e 2016), nomeadamente ao

nível dos decréscimos acentuados do desemprego registado de estrangeiros face ao início da década» (REA, 2017, p.123).

Em PT, em 2016, a taxa de desemprego passou para 11,1% para os nacionais, situando-se nos 18,8% para os estrangeiros. Em 2015, ficou nos 12,4% e 22,8%, respetivamente, o que do ponto de vista dos cidadãos estrangeiros representa um ligeiro retrocesso face a 2014, em que o valor se fixara nos 21,6%. A taxa de desemprego para os cidadãos nacionais foi, neste último ano de 13,9% (REA, p. 152).

Quanto ao desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação Profissional, os desempregados de nacionalidade estrangeira atingiam os 21 448 indivíduos, em 2016 e, em 2015, 25 165 pessoas, correspondendo a 4,7% e a 4,8% do total de inscritos, respetivamente.

O desemprego registado em Sintra⁴

O número de cidadãos estrangeiros inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra tem vindo a diminuir em termos absolutos desde 2012. A nível percentual essa redução é contínua até 2016, em que atinge 11,9%, voltando a subir ligeiramente no primeiro semestre de 2017, para 12,05%.

Se relacionarmos o número de estrangeiros inscritos no CEFPS com o número total de estrangeiros inscritos no IEFP, vimos que em 2012, os estrangeiros desempregados em Sintra correspondiam a 9,38% do total, 8,94% em 2013, 9,13% em 2014, 8,24% em 2015 e a 7,44% em 2016.

Quadro 15 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2012, 2013 e 2014**

2012			2013			2014		
Total	Estrangeiros		Total	Estrangeiros		Total	Estrangeiros	
22408	3895	17,4 %	21394	3125	14,6 %	17462	2542	14,6 %

Fonte: IEFP – CEFPS de Sintra, maio 2015 (cálculos próprios)

Quadro 16 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, 2016 e 2017**

2015			2016			2017 (até 30 junho)		
Total	Estrangeiros		Total	Estrangeiros		Total	Estrangeiros	
16 334	2 074	12,7	13 416	1 596	11,9	12 901	1 555	12,05 %

Fonte: IEFP – CEFPS de Sintra, outubro de 2017 (cálculos próprios)

⁴ Agradecemos ao Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra/ IEFP a disponibilização da informação.

As mulheres superam os homens a nível das inscrições no Centro de Emprego nos três anos em análise, o que poderá refletir a feminização da população migrante residente em Sintra (Cf. A presença de migrantes em Sintra).

Quadro 17 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, 2016 e 2017, por sexo**

Total	2015		2016			2017 (até 30 junho)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2074	1007	1067	1596	715	881	1555	635	920

Fonte: IEFPP – CEFP de Sintra, outubro de 2017

O grupo etário mais representado, nos três anos, é o dos 35-54 anos onde se enquadram quase 50% do total de inscritos, seguindo-se o dos 25-34 anos. O grupo dos 55 e mais anos é o responsável pela ligeira subida na percentagem de estrangeiros inscritos no CEFP, entre 2016 e o primeiro semestre de 2017, uma vez que diminui de 215 para 174 entre 2015 e 2016, voltando a subir para 193, em 2017.

Quadro 18 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, por grupo etário**

Total	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos
2074	273	559	1027	215

Fonte: IEFPP – CEFP de Sintra, outubro de 2017

Quadro 19 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2016, por grupo etário**

Total	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos
1596	162	453	807	174

Fonte: IEFPP – CEFP de Sintra, outubro de 2017

Quadro 20 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2017 (até 30 junho), por grupo etário**

Total	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos
1555	155	433	774	193

Fonte: IEFPP – CEFP de Sintra, outubro de 2017

A nível das habilitações literárias observa-se que, entre os estrangeiros inscritos no CEFP, dominam aqueles que possuem habilitações a nível do ensino secundário, qualquer que seja o ano considerado, seguido do 3.º Ciclo do ensino básico. Esta distribuição está de acordo, *grosso modo*, com a verificada para o todo nacional. Relativamente a 2016, há a registar que a preponderância do ensino secundário é ligeiramente superior no todo nacional, com 41,8% do total de estrangeiros inscritos no IEFPP, em Sintra é de 39,9%, bem como a percentagem de inscritos com habilitações inferiores ao 1.º ciclo de escolaridade que para PT é de 11,1% e para Sintra de 9,46% e com habilitações superiores – em PT é de 5,2% e em Sintra de 2,94%. Em

contrapartida em Sintra verificam-se percentagens superiores para o primeiro, segundo e terceiro ciclos. Em PT, respetivamente de 9,2%, 12,3% e 20,5%.

Quadro 21 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2015, por habilitações literárias**

Total	<1.º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2.º ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário	Superior
2074	144 – 6,94%	238 – 11,47%	345 – 16,63	469 – 22,61%	827- 39,9%	51 – 2,45%

Fonte: IEFP – CEFP de Sintra, outubro de 2017 (cálculos próprios)

Quadro 22 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2016, por habilitações literárias**

Total	<1.º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2.º ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário	Superior
1596	151- 9,46%	178 – 11,15	243 – 15,22	340- 21,3%	637- 39,9%	47 – 2,94%

Fonte: IEFP – CEFP de Sintra, outubro de 2017 (cálculos próprios)

Quadro 23 - **Desemprego registado de estrangeiros – Sintra, 2017 (até 30 junho), por habilitações literárias**

Total	<1.º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2.º ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário	Superior
1555	153 – 9,83%	200 – 12,86	250- 16,07	325 – 21,86%	583 – 37,49%	44 – 2,82%

Fonte: IEFP – CEFP de Sintra, outubro de 2017 (cálculos próprios)

Resultados das sessões de diagnóstico

O emprego foi uma das áreas onde os cidadãos reconheceram alguma **melhoria**:

- *A questão do emprego está a melhorar (workshop Aqualva)*
- *[Há] Mais oportunidades de trabalho (workshop Tapada das Mercês)*
- *A taxa de desemprego na imigração baixou. Mesmo assim é mais elevada relativamente aos nativos (workshop Queluz)*
- *Melhorou o emprego, apesar de muitos recibos verdes (workshop Queluz)*

O que se manteve:

- *Também a inscrição no Centro de Emprego permanece uma pescadinha de rabo na boca (JF)*

O que piorou:

- *«Na perspetiva deles, piorou a precariedade ao nível do vínculo de trabalho. [Como afirmam] Imigrante tem que ter um vínculo de trabalho precário» (JF)*
- *A questão da idade no emprego – a partir de certa idade não consegue (workshop Tapada das Mercês)*
- *Oportunidades de trabalho (Participantes Projeto Viv@Cidade E6G)*
- *«O emprego é muito mau. Respondi a muitos anúncios mas os empregadores não respondem. Eu tenho habilitações superiores». (workshop Tapada das Mercês)*
- *Insegurança dos contratadores – os empregadores não arriscam. Se for através de conhecidos é melhor (workshop Tapada das Mercês)*

- O SEF e os empregadores: *Uma faca de dois gumes. «É uma coisa com 20 anos. Há pessoas que estão cá há mais de 20/30 anos e não se conseguem regularizar»* (workshop Queluz)

A questão do emprego enquanto uma das **principais preocupações/ necessidades** na vida das pessoas migrantes foi abordada em cinco momentos do diagnóstico participado:

- «*Precisamos de empregos*» (workshop Tapada das Mercês)

- «*Uma das principais [necessidades] é o emprego e as poucas perspetivas que existem. São coisas que nos pedem muito*» (JF)

- «*Não há trabalho feito com empresas e comerciantes para contratar pessoas sem documentos. É preciso sensibilizar para isso. Há riscos mas também há formas das pessoas não serem penalizadas*» (workshop Queluz)

- «*O Centro de Emprego discrimina os imigrantes. Não aceita pessoas ilegais para se inscrever*» (workshop Queluz)

- «*As empresas invocam sempre a falta de experiência para não contratar. Isso é para correr logo com as pessoas que vão à procura de trabalho*» (workshop Queluz)

- «*Os empregadores preferem contratar pessoas em part-time, o que dificulta a legalização.*» (Associações)

- «*Precariedade no emprego*» (Associações)

- «*Quando os jovens acabam os cursos profissionais, não têm emprego*» (Associações)

- «*A precariedade no trabalho também é um problema. Há pessoas com contratos semanais e que não sabem se, para a semana, têm trabalho. Isto acontece mais no serviço doméstico onde quem paga os descontos do patrão são os trabalhadores. Isto também é válido para a construção civil. A ACT não está a ser uma grande resposta. Não estão a informar corretamente as pessoas sobre os seus direitos. Pode ter que ver com pessoas concretas e com a passagem da informação para as empresas. As próprias empresas não sabem como fazer com o contrato promessa, por exemplo. O próprio SEF não está envolvido nesta questão para não estimular esta prática. ACT e SEF não estão envolvidos.*» (Associações)

- «*Apresentar uma reclamação na Segurança Social não resulta, pois dizem que o problema é sempre do trabalhador. No entanto, é a própria Segurança Social que está a ser lesada, enganada.*» (Associações)

- «*Muitos patrões nem fazem os descontos devidos à Segurança Social. Muitos trabalhos são de uma ou duas semanas e acabam. Poucos são os que trabalham numa empresa por mais de 1 ano. E isso é o principal entrave à legalização.*» (Associações)

- «*É preciso chamar a atenção aos empresários e isso é o papel da Segurança Social. Os descontos são mal feitos e de má-fé e, no final, as pessoas acabam por não ter rendimentos suficientes para entregar no SEF*» (Associações)

- Desemprego não é um problema só do Centro de Emprego – algo que destrói vidas e relações com impacto nos filhos – devia haver articulação com a Saúde. A psiquiatria é importante, mas não é só isso. (Serviços)

Que ações poderiam ser desenvolvidas?

- «*Mais oportunidades de empreendedorismo*» (workshop Agualva)
- «*Separação dos departamentos de procura de emprego para portugueses e para imigrantes*» - [Quem os recebe no Centro de Emprego nem sempre os percebe e acaba por falar com eles como falam com um desempregado português. Despacham-nos e não ouvem as preocupações/dificuldades. A linguagem é a mesma, quer o imigrante perceba ou não]. (workshop Tapada das Mercês)
- Informar as empresas de que há um artigo na lei que permite trabalhar sem ter a documentação tratada (workshop Queluz)
- «*A política de contratação dos empregadores. Esclarecer os empregadores para contratar sem papéis*» (workshop Queluz)
- «*Mais fiscalização para as empresas*» (workshop Queluz)
- «*Dar mais vistos para que as pessoas possam trabalhar. Sem documentos não podem trabalhar*» (workshop Queluz)
- «*Emprego jovem – haver uma estrutura que trabalhasse com os jovens e com as empresas para que pudessem trabalhar com eles e ser-lhes dada uma oportunidade.*» (Associações)
- «*As pessoas têm de trabalhar. Mas se nós não lhes damos as condições necessárias, elas não vão conseguir*» (Serviços)
- «*Trabalhar a relação com o SEF*» (Serviços)
- «*Trabalhar as entidades, os patrões, para as necessidades de renovação dos documentos, do tempo que é necessário para a pessoa o fazer*» (Serviços)

A questão colocada no início deste capítulo não é, pelo menos à primeira vista, um grande desafio. As maçarocas de milho assadas nem sequer são uma prática exógena. Elas estavam presentes nos quotidianos das povoações por todo o país durante e nos tempos que se sucediam às *desfolhadas*.

URBANISMO E HABITAÇÃO

Desenvolvimentos durante a vigência do PCIS

Está em execução, até 2020, o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) / Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas/ PAICD*, cofinanciado pelo FEDER (PI 9.8), através do qual se prossegue uma estratégia de promoção do desenvolvimento urbano funcional, cultural, social e económico assente na competitividade e inovação, inclusão e coesão social, governação estratégica e sustentabilidade e resiliência. Tem como principal objetivo um desenvolvimento urbano inclusivo promotor da continuidade harmoniosa dos espaços e minimizador da estigmatização. Apesar de mais focado nos bairros sociais, este plano incide sobre o quadrante sudeste do Concelho, com intervenções de natureza física (habitações sociais municipais, espaço público envolvente e equipamentos de utilização coletiva) a serem complementadas por intervenções de natureza social. Esta intervenção envolve alguns parceiros responsáveis pela execução de medidas a nível do PMIM.

Neste contexto, desenvolveram-se processos participativos de envolvimento dos residentes nos bairros municipais e das entidades com intervenção local para refletir sobre as possibilidades de melhoria dos espaços comuns e no espaço urbano e consequente implementação de projetos elaborados com base nos contributos da população. Realizaram-se até ao momento 51 ações que envolveram 1 579 pessoas. Para além da reabilitação das habitações municipais e do espaço público envolvente, os equipamentos coletivos a reabilitar/criar são os seguintes: lavandaria/apoio à jardinagem do CECD, 2 espaços de apoio aos cidadãos imigrantes e comunidade em geral, Centro de Competências e Atividades Ocupacionais da Casa Seis, Incubadora de Associações, Armazém de apoio a famílias em situação de emergência social, Espaço de respostas sociais de apoio à família e comunidade, Espaço de formação e atividades da comunidade, Centro de Emergência Social para crianças - SOLAMI⁵.

Durante o *workshop* de diagnóstico realizado em Queluz, em que estiveram presentes residentes nos bairros municipais do Pendão e das Campinas, as questões relacionadas com o espaço público foram abordadas com frequência no âmbito das três questões colocadas.

Todos os indicadores provenientes de fontes internacionais e nacionais analisadas pelas autoras do REA 2017, dão conta da situação de desvantagem dos estrangeiros por comparação às

⁵ Agradecemos à nossa colega, Dra. Maria João Sequeira (Departamento de Solidariedade e Inovação Social), a disponibilização da informação.

populações nativas em todos os países da Europa, considerando o regime de alojamento ou, ainda com maior diferença, as condições de habitação. De acordo com os dados mais recentes do EUROSTAT:

«(...) em 2015, no conjunto dos países da União Europeia, 17% dos nacionais e 26% dos estrangeiros (com idades entre os 20 e os 64 anos) viviam em alojamentos sobrelotados (...) para o caso português, a mesma fonte mostra distâncias maiores entre os nacionais e os estrangeiros (...) a população de nacionalidade portuguesa que vivia em alojamentos sobrelotados representava 10% e a população de nacionalidade estrangeira significava 27% do seu universo de residentes no país». (REA, 2017, p.193).

Sublinhe-se que esta diferença era ainda mais acentuada num conjunto de outros cinco países: Lituânia, Eslovénia, Áustria, Grécia, Itália e Reino Unido (p.193).

Relativamente aos regimes de ocupação de alojamento, a mesma fonte indica como média para o conjunto dos países da União Europeia que 70,5% dos nacionais e 32,0% dos estrangeiros residem em habitação própria. Em Portugal, os valores situavam-se, respetivamente, nos 75,3% e 31,7%, muito próximos da média europeia (p.194).

De acordo com os dados dos Censos 2011, analisados no REA 2017, entre os cidadãos estrangeiros, a maior percentagem de proprietários era a dos nacionais da UE27, com 52,9%, seguidos dos nacionais dos PALOP, com 35,2% e dos nacionais dos países da Europa de Leste com 28,3%. Entre os nacionais dos PALOP destacava-se os cidadãos angolanos com 42,8% de proprietários, seguindo-se os cidadãos cabo-verdianos, com 32,5%, e os cidadãos provenientes da Guiné Bissau com 30,9%. No quadro dos cidadãos europeus extracomunitários, os cidadãos da Ucrânia destacavam-se com 27,5% de proprietários. Os cidadãos do Brasil apresentavam um valor mais baixo, de 24,8% (p.197).

Como já ficou expresso no Diagnóstico do Plano anterior, nos dados dos Censos 2011, o concelho de Sintra ocupava uma posição especial no quadro dos municípios da Grande Lisboa a nível da propriedade da habitação por parte dos cidadãos estrangeiros (p.40):

«Quadro 9 – População estrangeira residente em alojamentos clássicos, segundo o regime de ocupação, a lotação, e principais regiões e municípios de destino, 2011 (MIIP – extrato do quadro 9.5)»

Região NUTIII/ Municípios	Total de estrangeiros	Proprietários (%)	Arrendatários (%)	Alojamentos sobrelotados (%)
Grande Lisboa	159 514	29,6	63,2	44,3
Sintra	34 994	41,4	51,9	48,9
Lisboa	34 492	21,0	69,8	37,1
Amadora	18 883	27,7	66,5	54,5
Cascais	18 661	31,8	61,5	34,8
Loures	17 639	24,1	67,1	50,6
Odivelas	12 925	25,3	69,7	48,2
Oeiras	10 187	28,0	64,9	41,4
V.F. Xira	7 753	35,2	59,0	42,8
Mafra	3 956	28,4	62,1	31,8

Fonte: INE Censos 2011 (cálculos das autoras MIIP)»

O acesso à Habitação é um problema estrutural que marca a realidade portuguesa, desde há largas décadas, tendo-se tornado mais agudo e visível sobretudo a partir da década de 60 do século passado, com os intensos movimentos migratórios internos. Constituiu um dos principais desafios do novo estado democrático após o 25 de abril que para além dos bairros precários à volta dos grandes centros urbanos teve ainda de procurar responder aos recém-chegados das ex-colónias. O Programa Especial de Realojamento (1993) que envolveu os municípios constituiu, até agora, a medida mais estruturante neste domínio. Entretanto, a 17 de Fevereiro de 2017, «com a aprovação de todos os grupos parlamentares, foi recomendado pelo parlamento ao Governo que "proceda ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social, em matéria de habitação, a nível nacional, à avaliação da execução do PER e à criação de um novo programa nacional de realojamento que garanta o efetivo acesso ao direito à habitação"» (LUSA, 15 abril de 2017). No âmbito do levantamento referido, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) solicitou já informação aos municípios. O Município de Sintra respondeu a essa solicitação. O 1.º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação é a medida que será brevemente implementada pela Secretaria de Estado da Habitação para dar resposta ao Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional. É um dos oito programas que integra a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), a qual foi já submetida a consulta pública (Público, 20 fevereiro 2018).

Os pedidos de apoio para fazer face aos encargos com a habitação são os mais numerosos no âmbito do programa municipal *Fundo de Emergência Social* (comparar quadros 24 e 25 com o quadro 26). Reproduz-se a informação tal como consta nos relatórios anuais do PCIS 2015 e 2016. Em 2016, as candidaturas dos cidadãos estrangeiros corresponderam a 17,4% do total de pedidos.

Quadro 24 - FES – Candidaturas para apoio aos encargos com a habitação / 2015, por naturalidade

NATURALIDADE	AMORTIZAÇÃO	RENDA	TOTAL
Alemanha			
África do Sul			
Angola	23	72	95
Bangladesh			
Brasil	7	26	33
Cabo Verde	50	129	179
Congo			
Cuba			
França			
Guiné	20	95	115
Inglaterra			
Marrocos			
Moçambique	5	10	15
Moldávia			
Portugal	136	388	524
Roménia		11	12
Rússia			1
S Tomé	13	39	52
Senegal			
Suazilândia			
Ucrânia		5	7
Zaire			
TOTAL	262	788	1050

Quadro 25 - **FES - Candidaturas para apoio aos encargos com a habitação/ 2015, por nacionalidade**

NACIONALIDADE*	AMORTIZAÇÃO	RENDA	TOTAL
Alemanha			
Angola	6	31	37
Brasil	4	10	14
Cabo Verde	18	71	89
Cuba			
Guiné		33	34
Inglaterra			
Marrocos			
Moçambique			
Moldávia			
Portugal	189	480	669
Roménia		9	9
S Tomé	4	15	19
Senegal			
Suazilândia			
Ucrânia			4
TOTAL	223	661	884

* A nacionalidade apenas começou a ser registada na base de dados a partir de 30 de março de 2015.

Quadro 26 - **FES – Distribuição territorial das candidaturas/ 2015**

FREGUESIA	N.º DE PEDIDOS
Aigualva e Mira Sintra	171
Algueirão - Mem Martins	321
Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	129
Cacém e S. Marcos	197
Casal de Cambra	52
Colares	15
Massamá Monte e Abraão	211
Queluz e Belas	183
Rio de Mouro	123
São João Das Lampas e Terrugem	26
Sintra	89
TOTAL	1517

Quadro 27 - **FES - Candidaturas para apoio aos encargos com a habitação/2016, por nacionalidade**

Pais de Nacionalidade	Amortização	Renda	Total
Angola	13	28	41
Brasil	3	28	31
Bulgária		1	1
Cabo Verde	16	78	94
Espanha		1	1
Gana		1	1
Guiné	2	56	58
Guiné Conacri		1	1
Marroquina		1	1
Moçambique	1	1	2
Portugal	323	897	1220
Roménia		6	6
Rússia		1	1
São Tomé E Príncipe	4	11	15
Senegal		1	1
Ucrânia	1	2	3
Total	363	1114	1477

Quadro 28 - **FES - Distribuição territorial das candidaturas/ 2016**

Freguesia	N.º de candidaturas
Aigualva e Mira Sintra	203
Algueirão-Mem Martins	357
Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	114
Cacém e S. Marcos	192
Casal de Cambra	61
Colares	21
Massamá e Monte Abraão	141
Queluz e Belas	257
Rio de Mouro	179
S. João das Lampas e Terrugem	49
Sintra	93
Total	1667

A habitação foi um dos três temas que se destacou na avaliação dos aspetos que haviam piorado nos últimos dois anos por parte dos cidadãos e das entidades. Foi igualmente referida nos sete momentos de diagnóstico enquanto uma das principais preocupações / necessidades dos

migrantes. Um dos aspetos mais sublinhados prende-se com o aumento do custo dos arrendamentos, inflacionado pelas perções de retoma económica do país.

A incapacidade de fazer face aos custos com a habitação obriga a uma mobilidade forçada, entre despejos e novos contratos de arrendamento, que tem grandes impactos na vida das famílias. Desde logo, a nível da inserção escolar e muito possivelmente a nível do sucesso escolar das crianças e jovens descendentes de migrantes, enquanto inseridos nos grupos com mais baixos rendimentos e dificuldades económicas da população do concelho.

Resultados das sessões de diagnóstico

Piorou

- S. Marcos também é caro – muitos utentes procuram casa em locais mais baratos – dizem que vão para o Algueirão. Em Queluz, registam-se situações provenientes da Amadora (JF)

- Famílias a pagar 450,00€ em S. Marcos e depois não conseguem e pedem apoio (JF)

- Mesmo em Agualva, o mais baixo é cerca de 370,00€, porque há muita procura (JF)

- «*Em Queluz, relativamente a Belas, há uma maior rotatividade de pessoas. Não se fixam*» [Em Algueirão – Mem Martins as pessoas tendem a fixar-se] (JF)

- «*Noto algumas [pessoas e famílias] a virem da Amadora, porque é ali mesmo ao lado*» [para viver em Queluz] (JF)

- Habitação – cada vez mais difícil. 500€ e mais em Queluz por 2 ou 3 assoalhadas - pequena dimensão. Falta de casas de rendas acessíveis. (JF)

- Falta habitação social (*workshop* Queluz)

- «*As rendas eram baixas e agora estão mais altas*» (*workshop* Tapada das Mercês)

- «*As pessoas morrem de stress. Eu sei por aquilo que estou a passar. Há pessoas que nos pedem para ir dormir na Mesquita. Há pessoas que são despejadas e vão ter connosco para pedir ajuda. Isso acontece muitas vezes. Agradeço à Olho Vivo, à CMS, pela ajuda e esforço que têm feito para ajudar estas pessoas.*» (Associações)

- «*O laia tocou num ponto muito importante, que é a habitação. Problema nacional e do concelho. Arrendamento muito difícil. O mercado de arrendamento normal está feito ao nível dos bancos e não há políticas de incentivo ao arrendamento acessível. Há muitas famílias a viverem no mesmo fogo; há muitos despejos... os solicitadores não são sensíveis. São uns abutres. O tribunal decreta uma determinada ordem de abandono e os agentes de execução apresentam-se logo, sem dar tempo para que estas pessoas contestem. Há casos de pessoas que alugaram casas sem saber que estavam com processos em tribunal e deparam-se com os editais de penhora, com poucos dias para abandonarem as coisas. A Olho Vivo tem também um serviço que ajuda as pessoas a alugar casas e que intervém em tribunal para dar mais tempo às pessoas. Os ordenados não chegam para os alugueres e, quem aluga, também está a agir de má-fé.*» (Associações)

Manteve-se:

- «Os profissionais [de saúde] com quem falei, sentem que não há grandes diferenças e que a população imigrante continua a ter grandes carências na língua, habitação,... mesmo vivendo em Portugal há muito tempo» (Serviços)

Preocupações/ necessidades

- Precariedade habitacional, financeira, social da pessoa migrante (JF)
- Depois, é ter habitação, é transversal (as dificuldades quartos... cartas IEF) ou também constantemente a mudar de casa (Serviços)

- «Está muita casa fechada da Câmara. Pode dar à gente.» (workshop Queluz)

- «Há 3 anos deram-me uma casa em Casal de Cambra. Em termos de ajuda, o que pedimos à Câmara para a casa... não temos ajuda. Rompeu-se um cano e não fazem nada. (Queluz)

- «As rendas eram baixas e agora estão mais altas» (workshop Tapada das Mercês)

- Procura de Habitação (Projeto Viv@Cidade E6G)

- Sobrelotação: concurso para habitação da CMS – só sabe da entrega de duas ou três casas. Há famílias que vivem muito precariamente. Bebés a dormirem sabe Deus onde. A autarquia não inaugurou nenhum espaço para cidadão imigrante. E estão regularizados e fazem os seus descontos. (workshop Aqualva)

O que pode ser feito?

- Mais apoio ao arrendamento ou habitação social (workshop Queluz)

- «Estou muito agradecido por esse encontro. São precisos mais. Há muita gente a passar mal, a sofrer. A proximidade é muito importante. Dentro desta comunidade existem famílias que estão a sofrer com questões de saúde, habitação. É preciso fazer chegar estas informações aos superiores. Eles têm que saber». (Aqualva)

EDUCAÇÃO E LÍNGUA

No Plano anterior, as medidas da área da intervenção da Educação resumiram-se a alguns dos programas municipais existentes, designadamente ao Programa de Apoio à Qualidade nas Escolas (PAQUE), no que dizia respeito ao reforço dos projetos dos Agrupamentos de Escolas nas áreas da Educação Intercultural e Cidadania, e ao Programa de Ação Social Escolar, no quadro das responsabilidades da Câmara Municipal de Sintra, isto é, relativamente ao ensino pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico. Este último foi incluído no PCIIS e no PMIM em resposta às inúmeras referências aos custos com a educação surgidas durante a fase de diagnóstico e no âmbito do qual está previsto o apoio aos alunos em situação irregular e que se mantém em vigor: *«Relativamente aos alunos em situação irregular, também se mantém o legalmente estipulado para os alunos indocumentados, a quem é atribuído escalão A até que a sua situação se encontre regularizada ao nível do posicionamento dos respetivos agregados familiares em escalão da segurança social.»* (DED/DPLE – validação das medidas a inscrever no PMIM).

Com efeito, a opção enunciada justificou-se por não se considerar eficaz o desenvolvimento de ações avulsas e desgarradas das necessidades identificadas pelas Escolas. Na verdade, é nas escolas que primeiro se sente os impactos dos agravamentos das condições de vida das populações, ou o seu inverso, e dos movimentos migratórios de saída e de entrada.

Já o Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018-2020 vai poder contar com o trabalho e reflexão que o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Sintra tem vindo a desenvolver desde então, em conjunto com os agrupamentos de escolas, e procurando envolver as entidades da comunidade:

«A Câmara Municipal de Sintra apresentou, no âmbito do Programa de Ação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, uma candidatura ao Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020, com o Projeto “Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar no Concelho de Sintra”, que tem como principais objetivos a redução da taxa de alunos dos Ensinos Básico e Secundário com níveis negativos, bem como a diminuição da taxa de retenção e desistência dos alunos mesmos níveis de ensino.

A referida candidatura propõe um conjunto de 79 ações com vista à promoção do desenvolvimento de planos inovadores de combate ao insucesso escolar, estando as mesmas “divididas” por sete atividades, nomeadamente:

- *Duas atividades de suporte técnico e metodológico ao desenvolvimento das ações propostas (“Gestão do Projeto” e “Observatório do Sucesso”);*

- *Duas atividades de abrangência transversal que envolverão todos os agrupamentos de escolas/escola secundária (“Alteração das práticas educativas” e “Capacitação Pessoal Não Docente”); e*
- *Três atividades a desenvolver em unidades educativas específicas, de acordo com as necessidades identificadas (“Desenvolvimento competências Pessoais e Sociais”, “Inclusão” e “Envolvimento e Capacitação Parental”).*

Considerando a especificidade do Plano para a integração de migrantes de Sintra (2018-2020), foram selecionadas as atividades que, de alguma forma, vão de encontro aos objetivos pretendidos com o mesmo». (DED/DEJU – validação das medidas a inscrever no PMIM).

Os projetos nos diferentes eixos estão em fase de conceção, prevendo-se a sua implementação a partir do próximo ano letivo.

Por outro lado e tendo em atenção os alunos evacuados ao abrigo dos protocolos de saúde cuja informação sobre as situações respetivas tem chegado muito tardiamente à CMS, já quando existem dívidas a nível dos refeitórios escolares, procurar-se-á desenvolver um procedimento que permita a sua sinalização atempada.

Por último, importa salientar que o primeiro ano de implementação do PCIIS coincidiu com o início da 6.ª Geração do Programa Escolhas, no âmbito do qual estão em curso nove projetos correspondendo aos territórios da Tapada das Mercês, de Casal de São José, da Serra das Minas, de Fitares/ Rinchoa, de Mira Sintra, da Agualva-Cacém, do Monte Abraão, do Pendão/Pêgo Longo e de Casal de Cambra. A intervenção da 6.ª Geração do Programa Escolhas termina a 31 de dezembro de 2018 (cf. Mapa respostas).

Entre março de 2016 e dezembro de 2016, os projetos Escolhas da 6.ª Geração envolveram 1931 crianças e jovens, num total de 2667 participantes. Durante o ano de 2017, os nove Projetos envolveram um total de 3 072 participantes, dos quais 2 240 crianças e jovens e 525 familiares. Os descendentes de imigrantes estão largamente sobre representados em todos os projetos, sendo que os participantes de nacionalidade estrangeira são muito numerosos sobretudo nos territórios da Tapada das Mercês, Serra das Minas (31,16%), Agualva-Cacém (48%), Mira Sintra (27,65%), Monte Abraão (33,8%) e Casal de Cambra.

De acordo com o REA 2017, «no ano letivo de 2015/2016 encontravam-se matriculados 36 618 alunos de nacionalidade estrangeira, verificando-se um decréscimo de 1321 alunos (-3,5%) face ao ano letivo de 2014/2015». Ainda nesse ano letivo, o 3.º ciclo era o que reunia o maior número de alunos estrangeiros (11 101 alunos), seguido do ensino secundário (com 9 760 alunos) (p.85). Os alunos provenientes dos PALOP eram os mais numerosos com 32,6%, seguidos dos oriundos da América do Sul com 27,3% dos países da União Europeia, com 17,6%, da Europa

de Leste, com 11,9%, e da Ásia com 6,7% (p.87). Os alunos estrangeiros concentravam-se na região de Lisboa, com 57,%, seguindo-se a região do Algarve com 13,1% (p.87).

Não se dispõe de dados sobre os alunos estrangeiros matriculados nas escolas do concelho de Sintra para os anos em análise, mas o ligeiro aumento da população escolar entre os anos letivos de 2015/2016 – 46.698 alunos (dos quais 43.229 matriculados no ensino regular) - e 2016/2017 - 47.389 (dos quais 43.509 matriculados no ensino regular) deixa adivinhar o contributo dos alunos descendentes de migrantes.

Durante os momentos de diagnóstico participado houve referências a dificuldades de colocação de crianças e jovens estrangeiros que chegaram após o início do presente ano letivo, como foi o caso do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara que reporta: *«Nos últimos meses tem-se verificado um aumento do número de matrículas de crianças e jovens oriundas do Brasil e do Continente Africano»*.

No quadro do acesso aos direitos, o acesso à Educação será sem dúvida aquele que tem conseguido ser garantido com maior eficácia pelo Estado português. Nenhuma criança ou jovem até aos 18 anos deixa de ser integrado nas escolas, mesmo que permaneça em situação irregular.

No entanto, mais uma vez as especificidades da condição de migrante ou de descendente de migrante colocam vários constrangimentos. Desde logo, quando a chegada ao país se dá apenas após o primeiro ciclo será mais provável que os alunos tenham mais dificuldade em cumprir a escolaridade obrigatória dentro dos 12 anos previstos. Esses alunos terão de superar a barreira da língua e de lidar com novos currículos, para além de terem de se adaptar a uma nova escola, a um novo país e muitas vezes também, a uma nova realidade familiar - a de se juntar aos progenitores que não desempenharam anteriormente o papel de educadores (menores que ficaram nos países de origem a cargo dos avós, de tios, etc.).

Entretanto, a equipa de CLAIM da LCAC assinalou uma outra questão: a das crianças que acompanham os pais no seu percurso migratório por diferentes países da Europa, algumas nascendo já nesses países e que não são inscritas nos consulados portugueses. Trata-se, sobretudo, dos descendentes dos novos portugueses⁶.

As dificuldades das escolas no reconhecimento das habilitações de cidadãos estrangeiros foram também abordadas durante as sessões de diagnóstico. Recolheram-se igualmente referências relativas às vias alternativas ao ensino regular, sendo as expressões de desagrado sublinhadas

⁶ Agradecemos à nossa colega, Carla Rodrigues (CLAIM/DSAS), o equacionar da questão.

por parte dos jovens, ao passo que as entidades identificam a sua necessidade. As dificuldades dos estudantes internacionais também foram abordadas.

Resultados das sessões de diagnóstico

Os temas relacionados com a Educação, pese embora a larga distância das problemáticas da Regularização e da Habitação, surgiram no âmbito da reflexão sobre as três questões colocadas.

O que melhorou

- Mais e melhores planos escolares de acompanhamento específicos para população imigrante (participantes Projeto Viv@Cidade E6G).
- *«Os Projetos Escolhas são bons para o acompanhamento e integração das pessoas. Ensinam-lhes o caminho e eles têm que o percorrer. É um Programa perfeitamente adequado»* (Serviços)
- Maior resposta a nível da disciplina PLNM (participantes Projeto Viv@Cidade E6G).
- Formação académica em Portugal – licenciatura e mestrado (Workshop Queluz)
- *A oferta de educação ao nível de adultos e imigrantes melhorou»* (workshop Agualva)
- Candidaturas aos Projetos Escolhas – o apoio da CMS. Respostas essencialmente aos filhos dos imigrantes (Associações)
- *«(...) consideram os Projetos Escolhas como uma mais-valia – são a única resposta para lá das creches e dos ATL.»* (Associações)

O que piorou

- *«Neste ano letivo, tivemos uma redução de oferta dos horários escolares. Crianças que chegaram entre setembro e dezembro não puderam ser integradas na escola. As mães não podiam ir trabalhar porque não tinham onde deixar os filhos. E também não havia gente suficiente para abrir outra turma. Tivemos conhecimento de 28 crianças nesta situação. As crianças estavam sem resposta. As pessoas que chegam entre setembro e dezembro ficam numa situação complicada porque as inscrições são feitas em maio»* (workshop Agualva)
- *«Tenho uma sobrinha com 5 anos. Fui inscrever na escola e disseram que depois informavam. Não disseram nada. Passaram meses. Fui lá, e só em dezembro é que podiam dizer alguma coisa. O pior é a forma de falar com as pessoas, a falta de informação. E a criança nasceu cá.»* (workshop Agualva)
- *«O acesso à escola, à educação. Para os jovens mais velhos e com baixa escolaridade não é fácil encontrar cursos de 4º e 6º ano. São muito poucos.»* (workshop Agualva)
- *«Piorou, ou manteve-se, a questão das vagas na escola para as crianças do 1º ciclo. Temos conhecimento de crianças que só agora entraram para a escola (passados 3 meses). Neste caso, a criança tem 7 anos e é da Guiné-Bissau»* (Associações)

O que se manteve

- A abertura da escola para a articulação com os parceiros – aspetos a melhorar (Queluz – Belas) (JF)
- *«Depois há questões que continuam: os percursos de desvio (jovens). Aí sim, apesar de se ter feito bastante, ainda haverá trabalho a fazer – mediação escolar».* (JF)

Principais necessidades/preocupações

- Integração escolar a nível do acompanhamento do programa escolar estipulado para cada disciplina (diferente método de ensino) (participantes Projeto Viv@Cidade E6G).
- Adaptação à Língua (participantes Projeto Viv@Cidade E6G).
- Integração em equipamentos de infância – transversal. Em S. Marcos, encontram respostas em Oeiras. (JF)
- As escolas de Queluz – Belas não têm assistente Social; Aqualva e Gama Barros não têm (JF)
- Não há muitas ofertas alternativas ao ensino regular. As escolas não se candidatam a TEIP. A Segurança Social assumiu o PIEF. (JF)
- *«A integração em equipamentos de infância... não se consegue. Mas isso é transversal»* (JF)
- Educação – os jovens de 2ª e 3ª geração, muitas vezes são encaminhados para cursos técnico-profissionais, mesmo contra a sua vontade e para áreas de que não gostam (*Workshop* Queluz)
- *«Os cursos profissionais são para danificar os jovens. Eu estive num e quando saí a faculdade não aceitou as notas que eu tinha. Os meus amigos... ninguém foi para a universidade. Qual é o futuro dos jovens?»* (*Workshop* Queluz)
- *«Quando os jovens têm mais de 18 anos e não têm documentos, não conseguem inscrever-se na escola»* (*Workshop* Queluz)
- *«Tive um problema de adaptação ao ensino português. Cheguei tarde e havia muita matéria que não dei no meu país. Não estava acostumado a fazer apresentações no 12º ano. Mandaram-me para um curso técnico-profissional e eu não aceitei. Mandaram-me fazer o Português Língua não Materna. Não existe seriedade nos cursos técnico-profissionais e os alunos abandonam»* (*Workshop* Queluz)
- *«Os jovens na linha de Sintra estão a abandonar a escola muito cedo e a fazer as porcarias que não devem. Devia haver mais ajudas para esses miúdos. Às vezes não têm uma mãe ou um pai para lhes estender a mão. Deviam arranjar programas»* (*Workshop* Queluz)
- *«Muitos professores não estão preparados para levar com os jovens de hoje em dia. Não têm paciência».* (*Workshop* Queluz)
- Dificuldade das escolas – mesmo que haja legislação é difícil fazer análise do percurso académico dos alunos estrangeiros. Devia haver um serviço específico para fazer as equivalências escolares. (*workshop* Aqualva)

- Certificados de equivalência com preços diferentes. As escolas não estão bem informadas (*workshop* Aqualva)
- Dificuldade e muita burocracia para conseguir a equivalência do certificado de habilitações. Não explicaram bem. Foi à Embaixada e deram-lhe o papel que a escola pediu. Voltou à escola (Ferreira Dias) e não aceitaram o papel que levou. Fez tudo outra vez em abril e até agora não tem qualquer resposta. Não sabe mais o que fazer (*workshop* Tapada Mercês)
- «A demora na obtenção de “certificados de equivalência” para a integração das crianças/jovens nos sistemas de ensino. A aquisição de manuais escolares e o pagamento de refeições» (Agrupamento de Escolas Leal da Câmara)
- «Temos acompanhado alguns estudantes angolanos em Portugal que têm tido dificuldades em trabalhar. Precisam de trabalhar para pagar as propinas para que, com esse comprovativo, seja emitido o visto de estudante. Temos tido o apoio do ACM mas o SEF deve desbloquear as AR para que os estudantes possam trabalhar.» (Associações)
- «O SASE – as crianças que estão na escola e não estão regularizadas não têm acesso ao SASE nem aos livros» (Associações).

O que poderia ser feito

- «Devia investir-se mais junto dos miúdos em idade escolar e adolescentes. Ao nível da mediação escolar, faltam algumas coisas. A minha comunidade escolar está muito aberta. Fizemos o projeto Justiça Amiga das Crianças com a Matias Aires e com a Ferreira Dias» (JF)
- «Ofertas alternativas ao ensino regular (JF)
- «As nossas escolas não se candidatam ao TEIP » (JF)
- «Em Queluz e Belas, as nossas escolas não têm Serviço Social» (JF)
- «A António Sérgio e a Gama Barros também não têm» (JF)
- «A Escola Mestre Domingos Saraiva tem uma psicóloga» (JF)
- «A equivalência escolar. Temos pessoas subaproveitadas» (Serviços)
- Dificuldade escolas – mesmo que haja legislação é difícil fazer análise do percurso académico dos alunos estrangeiros. Devia haver um serviço específico para fazer as equivalências escolares (*workshop* Aqualva)
- Currículo escolar do primeiro ciclo – «a disciplina de estudo do meio discrimina quando se trata a questão da nacionalidade. Não se vê de igual forma todos os alunos. Deve ser alterado» (*Workshop* Queluz)
- Educação – Maior apoio aos alunos mais velhos que chegam agora a Portugal e não percebem a língua de modo a que possam acompanhar as matérias. Maior atenção por parte dos professores. (*Workshop* Queluz)
- «Precisamos de estudar. Não conseguimos fazer nada sem isso. Ainda somos jovens. Precisamos de fazer coisas para o futuro. Eu tenho sonhos. Quero fazer muitas coisas. Não quero trabalhar para sempre no café» (jovem síria) (*workshop* Tapada das Mercês)
- A educação dos jovens está muito ligada àquilo que sentem e que veem. Pelo ACM foi feita uma iniciativa para alunos do 5º, 6º e 7º ano, para mostrar a importância do imigrante na sociedade.

Eu mesma estive lá, falei do meu testemunho para esses alunos e o resultado foi muito bom. (...) Isso vai torná-los adultos melhores» (workshop Aqualva)

- «SASE – a partir da Divisão de Educação da CMS, identificar as situações das crianças irregulares sem ter que passar, necessariamente, pela secretaria da escola, devido às diferentes posições que são tomadas e informações que são transmitidas.» (Associações)

- Estudantes do Ensino Superior que não têm Autorização de Residência permanente, não têm direito às bolsas (Associações).

Assinale-se, por último, que dois Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sintra – D. Maria II (Cacém) e Ferreira de Castro (Mem Martins) – estão a desenvolver projetos cofinanciados pelo FAMI: Projeto *Encontro* [Projeto PT/2017/FAMI/246] e *Crescer em Liberdade, aprender na Diversidade* [Projeto PT/2017/FAMI/256].

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Durante a vigência do PCIIS, o Programa Português para Todos (PPT), que compreende o *Português para falantes de outras línguas* e os *cursos de português técnico* não foi alvo de cofinanciamento europeu (REA 2017, p.116).

Essa circunstância teve como consequência a redução acentuada da oferta de PFOL no concelho de Sintra, sendo que em 2015, se realizou apenas um ação, da responsabilidade do Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra (CEFPS)/ IEFP, que decorreu entre julho e setembro, abrangendo 26 formandos.

Apesar das dificuldades, no ano letivo 2016/2017, os Agrupamentos de Escolas Monte da Lua e Leal da Câmara disponibilizaram oferta PFOL, dois cursos cada, que envolveram 52 e 56 indivíduos respetivamente. Os mesmos agrupamentos conseguiram aumentar e manter a oferta no presente ano letivo: O AGML iniciou 3 grupos (dois A1+A2 e um B1+B2), envolvendo 62 alunos e o AELC assegurou duas turmas (uma A1+A2 e uma B1+B2).

Ainda em 2017, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra/ IEFP, no âmbito da Rede de Empregabilidade de Sintra, organizou uma ação que teve início a 23 de outubro e que vai decorrer até 28 de fevereiro, abrangendo 30 formandos (instalações da ACITMMM, Tapada das Mercês). As pré-inscrições para a frequência desta ação ultrapassaram o número máximo de vagas disponíveis.

Para além de contar com a procura por parte dos cidadãos imigrantes e dos cidadãos refugiados, será necessário também dar resposta a novas realidades. A Equipa da CMS que assegura o atendimento na Loja do Cidadão de Agualva Cacém (CLAIM e GAE) tem vindo a registar situações de portugueses ex-emigrados na Venezuela que estão a regressar a Portugal e que, quer eles quer os seus familiares (alguns de origem venezuelana), procuram aprender a Língua⁷.

A identificação da necessidade de aprendizagem da língua portuguesa como uma prioridade no concelho conduziu ao reforço da oferta por parte do CEFPS/ IEFP para o período 2018-2020.

Face ao descrito, não surpreende que a aprendizagem da língua tenha sido um dos aspetos mais referidos, a par com as questões relacionadas com o SEF e com a habitação, enquanto um aspeto que piorou nos últimos dois anos, bem com dos mais assinalados a nível das preocupações dos migrantes.

⁷ Agradecemos ao nosso colega, Dr. Paulo Raposo (GAE/DSAS) a partilha da informação.

PFOL - Resultados das sessões de diagnóstico

O que melhorou

- «Os panfletos traduzidos sobre a amamentação. São desenvolvidos pelo Hospital Fernando da Fonseca» (Amadora-Sintra) (Serviços)
- «A linha de tradução telefónica funciona» (Serviços)
- «Os cursos de língua não materna, que é importante para a integração, mas tem que haver mais oferta. Principalmente em termos de horários.» (Aigualva)
- «Os cursos de formação de português para estrangeiros foram uma melhoria. A oferta de educação ao nível de adultos e imigrantes melhorou» (Aigualva)

O que piorou

- No Portugal 2020 esqueceram-se dos cursos de português, aquilo que existe não dá para todos (Serviços)
- Muito difícil arranjar sítio para aprender português (*workshop* Tapada Mercês)
- A senhora tem um filho na escola. Assina papéis sem saber o que diz. Estava à procura há mais de 2 anos (Tapada Mercês)
- Alfabetização também. Principalmente na Tapada. Muitas inscrições (Tapada Mercês)
- Preencher fichas serviços (Tapada Mercês)
- As pessoas portuguesas conseguem perceber, exceto Finanças, Segurança Social e Banco (só com tradução) (Tapada Mercês)
- «A questão da língua é um problema muito sério. É uma barreira difícil. Muitas vezes, as pessoas não saem e não vão tratar dos seus problemas porque não vão perceber e não vão ser percebidos» (Aigualva)
- «A oferta do Português língua não materna. Os refugiados têm direito ao ano zero e os imigrantes não. Porquê? Há uma décalage de direitos. Para uma necessidade igual, há uma resposta diferente» (Aigualva)

Manteve-se

- «A língua, sem dúvida. Há uma senhora da Guiné-Bissau há 6 ou 7 anos cá e não aprende português» (Serviços)
- «Os profissionais [de saúde] com quem falei, sentem que não há grandes diferenças e que a população imigrante continua a ter grandes carências na língua, habitação,... mesmo vivendo em Portugal há muito tempo» (Serviços)

Preocupações/ necessidades

- A barreira da comunicação – língua; muita dificuldade. Cabo Verde, senhora idosa (JF)
- Barreira linguística e cultural (JF)
- «Não conseguia um sítio para continuar a aprender português. Para aprender tinha de ir para outro sítio mas tinha de pagar. Agora, felizmente, estou aqui (ACITMMM). É outra oportunidade». (Tapada Mercês)
- «Só tenho um pedido – estudar Língua Portuguesa» (Queluz)
- «Dificuldade para aprender a língua. Para conseguir um trabalho é difícil. Os portugueses falam muito rápido e os patrões não querem quem não fala bem português» (Tapada Mercês)

O que poderia ser feito?

- Desenvolvimento de cursos de aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros (JF)
- «*Outra ideia era a da pessoa se fazer acompanhar por um tradutor da própria comunidade, mas isso levanta vários problemas. Os tradutores deviam ser sempre oficiais e não familiares ou crianças*» (Serviços)
- O português – sempre (Serviços)
- Cursos de alfabetização (*workshop* Tapada das Mercês)
- Seria importante haver mais cursos de português (*workshop* Tapada das Mercês)
- Mais aulas de português (*workshop* Tapada das Mercês)
- Aperfeiçoamento da língua portuguesa. Um curso de 150 horas não chega. É preciso um curso de nível B (Tapada Mercês)
- Alfabetizar pessoas que vêm do estrangeiro e que não sabem ler e escrever (Aigualva)
- Aumentar cursos de português mesmo que seja com menos pessoas (14-15) (Aigualva)
- Português para imigrantes; cursos não certificados; competências básicas, etc. (Associações)
- Falar bem português é melhor (Associações)
- «*Língua portuguesa – são necessárias mais atividades, mesmo que não sejam certificadas, em regime pós-laboral, de modo a que as pessoas possam frequentar e familiarizarem-se mais com a língua. Há quem já saiba ler e escrever e não tem necessidade de ter uma formação tão básica.*» (Associações)

Formação – envolvimento de cidadãos estrangeiros⁸

As ações de formação do CEFPS/IEFP envolveram 1091 cidadãos estrangeiros em 2015, 547 em 2016 e 286 até 30 de junho de 2017.

Quadro 29 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra – estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2015, por grupo etário

UT-Grupo Etário-Ordem Grandeza	UT-Grupo Etário-9G	Abrangidos
15	15 - 19 Anos	36
20	20 - 24 Anos	195
25	25 - 34 Anos	249
35	35 - 44 Anos	281
45	45 - 49 Anos	138
50	50 - 54 Anos	93
55	55 anos e mais	99
	Total	1091

⁸ Agradecemos ao Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra/ IEFP a disponibilização da informação.

Quadro 30 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra – estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2015, por habilitação escolar

Habilitação Escolar	Abrangidos
NÃO SABE LER/ESCREVER	16
LER-ESCREVER S/GRAU ENSINO	53
4 ANOS	121
6 ANOS	158
9 ANOS	345
11 ANOS	70
12 ANOS	307
LICENCIATURA ou +	21
Total	1091

Quadro 31 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra, estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2016, por grupo etário

UT-Grupo Etario-9G	Abrangidos
15 - 19 Anos	45
20 - 24 Anos	160
25 - 34 Anos	143
35 - 44 Anos	83
45 - 49 Anos	45
50 - 54 Anos	39
55 anos e mais	32
Total	547

Quadro 32 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2016, por habilitação escolar

Habilitação Escolar	Abrangidos
LER-ESCREVER S/GRAU ENSINO	84
4 ANOS	27
6 ANOS	68
9 ANOS	239
11 ANOS	35
12 ANOS	87
LICENCIATURA ou +	7
Total	547

Quadro 33 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra - estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2017 (até 30 junho), por grupo etário

UT-Grupo Etario-9G	Abrangidos
15 - 19 Anos	25
20 - 24 Anos	97
25 - 34 Anos	73
35 - 44 Anos	40
45 - 49 Anos	18
50 - 54 Anos	16
55 anos e mais	17
Total	286

Quadro 34 - Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra estrangeiros envolvidos nas ações de formação – 2017 (até 30 junho), por habilitação escolar

Habilitação Escolar	Abrangidos
LER-ESCREVER S/GRAU ENSINO	35
4 ANOS	11
6 ANOS	38
9 ANOS	134
11 ANOS	17
12 ANOS	43
LICENCIATURA ou +	8
Total	286

Resultados das sessões de diagnóstico

- «A formação é a chave destes problemas todos – integração, racismo,...» (Aguilva)
- «Formação para formar os imigrantes para o trabalho e para a integração. Formação para as pessoas que entram no país para poderem integrar no mercado de trabalho. Formação sobre o modo de trabalhar. O africano sabe trabalhar mas tem que saber como fazer as coisas. Educar as pessoas... saber estar, saber falar... para que os patrões também possam crescer» (Queluz)
- Quando os jovens acabam os cursos profissionais não têm emprego» (Associações)
- Mais cursos do IEPF e parcerias com os empregadores (Queluz)
- Estágios depois da formação (Associações)
- «Mais respostas para os jovens com parques de oficinas, carpintaria,... para ocupar os jovens» (Queluz)
- «É necessária uma formação mais prática, mais específica, que pudesse qualificar estas pessoas [imigrantes] para o trabalho. Coisas muito objetivas para quem tem menos estudos» (JF)

Formação para os agentes da sociedade de acolhimento

A sensibilização da Opinião Pública para os valores da Diversidade tem sido decisiva no acolhimento e no esforço de integração dos imigrantes em Portugal. A capacitação dos agentes da administração pública constitui um instrumento indispensável ao cumprimento dos objetivos expressos na dimensão 3 do Plano Nacional no âmbito da Imigração Legal: «(...) a prevenção da exclusão social dos NPT; a facilitação e a agilização da interação entre os NPT, a sociedade e a administração pública, fomentando o exercício da cidadania e a participação cívica» (p.2). O reconhecimento da necessidade de capacitar os interlocutores do Estado junto dos cidadãos para a interação em contextos de diversidade tem por isso expressão a nível do Plano Nacional, constituindo um dos objetivos estratégicos prioritários e uma das prioridades financeiras do FAMI «(...) desenvolver medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais, promovendo a melhoria contínua das respostas implementadas, a formação dos técnicos e a validação e disseminação de novos recursos/instrumentos de apoio e de boas práticas (...)» (p.13) e do Plano Estratégico para as Migrações, designadamente a nível da Medida 11. Nesta linha e atendendo à dimensão da população migrante no concelho de Sintra e ao papel cada vez mais determinante da Câmara Municipal de Sintra enquanto entidade prestadora de serviços, esta necessidade foi igualmente integrada no Plano concelhio para a integração dos imigrantes em Sintra (2015-2017), no âmbito da Medida 24.

Durante o período de vigência do PCIIS, através do cofinanciamento do FAMI (Aviso 21), foi possível realizar duas ações de formação para os agentes da CMS, uma para profissionais do atendimento e outra para técnicos superiores, das unidades orgânicas cuja missão implica a interação com as populações, com base no referencial de formação *Cidadania e Diversidade cultural nas práticas profissionais*. Participaram 30 funcionários. O objetivo é disponibilizar ferramentas aos agentes da CMS para a interlocução com todos os munícipes, independentemente, da sua origem cultural, social religiosa ou do seu género.

Esta componente foi também considerada na candidatura ao novo PMIM e foi reforçada com duas ações de sensibilização para os crioulos de Cabo Verde e da Guiné Bissau, pretendendo-se, aqui, uma aproximação às literaturas desses países e a desconstrução da ideia que estes idiomas constituem formas menos perfeitas da língua portuguesa. Estas ações serão desenvolvidas em 2019.

Por outro lado, durante as sessões de diagnóstico, registou-se o interesse por parte dos agentes das entidades do Estado em receber formação nos contextos culturais específicos. Considerando

a pertinência deste tipo de formação, ele não deixa porém de comportar alguns riscos, nomeadamente, o da de cristalização das diferentes culturas dos migrantes. Esta consequência esteve, aliás, na base do movimento crítico que surgiu no seio da própria antropologia nos anos noventa, que se decidiu *a escrever contra a cultura*⁹. Estas dificuldades, no entanto, poderiam eventualmente ser superadas se pudessem ser observados três pressupostos:

- Dar conteúdos concretos ao conceito de cultura;
- A da permanente comparação com as práticas culturais dos portugueses;
- A assunção de que as práticas culturais e linguísticas concorrem para a construção de visões do mundo que os indivíduos não conseguem “despir” de um dia para o outro.

Resultados das sessões de diagnóstico

- Formação sobre a diversidade cultural para técnicos *«Era importante para os técnicos também conhecerem um pouco desta base das culturas. Na Guiné-Bissau, há diferenças de uns para os outros. Alguns (técnicos) já conhecem alguns rituais, algumas práticas e vamos sabendo como lidar com as questões. Depois a intervenção pode ser mais nefasta para a família do que benéfica. A nível das crianças, por exemplo. (JF)*

- *«Os nossos administrativos, no atendimento ao público, precisam de muita formação nesta área» (JF)*

- *«Mais formação para o pessoal médico, em várias áreas da imigração e diversidade cultural».* (horário preferencial para as formações – 13h30 às 15h. No entanto, a adesão às formações não é muita, atendendo às dificuldades de agenda e ao volume de trabalho. Uma formação para o corpo clínico tem que ser lançada com, pelo menos, 4 meses de antecedência, para serem requeridas todas as autorizações necessárias à participação) (Serviços).

⁹ Lila Abu-Lughod, 1991, *Writing against culture*, in Richard G. Fox (ed.) – *Recapturing anthropology: working in the present*. SAR Press.

CULTURA

- «Os imigrantes têm alguma dificuldade em entrar na cultura portuguesa» - por exemplo, este senhor é português, será que está a acompanhar a cultura portuguesa? Poucos são os imigrantes [e os novos portugueses] que compram jornais portugueses para lerem.

É necessário que as pessoas se mobilizem mais em eventos culturais e desportivos. As pessoas têm que se misturar. A única barreira que estamos a sentir... muitos são portugueses só no documento» (Aqualva)

As manifestações culturais, como se reportou já no Diagnóstico do Plano anterior (2015: p.71), têm sido usadas pelas associações e pelas entidades enquanto estratégia de promoção da interculturalidade e da interação entre as diferentes populações em presença. Nesta linha, foram desenvolvidas as atividades inscritas no Plano anterior e, em 2016 e 2017, realizaram-se outras que não foram inicialmente previstas e que mobilizaram a criatividade e os recursos das associações e das entidades do território.

É o caso do *Ao Encontro de Culturas*, iniciativa que decorreu, em 2016, na Escola Secundária Ferreira Dias, em Aqualva, promovida pela União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra e a Associação Olho Vivo. Pretendeu assinalar a grande diversidade cultural da freguesia, território de acolhimento de migrantes de muitas origens, promover o diálogo intercultural e, através de uma estratégia assente na participação das populações, contribuir para a sua integração. A iniciativa integrou uma mostra de artesanato, um *show cooking* onde foram preparados pratos de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, China e Portugal (na mostra gastronómica estiveram ainda apresentados pratos da Guiné-Bissau e da Venezuela), apresentações de palco (música, canto e dança), desporto, *workshops* de línguas (árabe, crioulo da Guiné Bissau e mandarim), *workshop* de construção de instrumentos musicais, *workshop* de reflexão sobre as questões da diversidade e exposição de fotografia, bem como um roteiro histórico-cultural de Aqualva. A iniciativa teve uma segunda edição, em 2017, no espaço público mais central de Aqualva – o Largo da República.

As associações e os Projetos Escolhas de Sintra associaram-se às últimas edições da *Família do Lado*, uma iniciativa do ACM, I.P. que decorre a nível do país. A participação das organizações do concelho foi sempre apoiada a nível dos recursos pela CMS (apoio alimentar e divulgação).

O período de vigência do PCIIS foi também marcado pela emergência de associações focadas na dinamização cultural: 24 de setembro e Ribeira das Jardas Anima (RJ Anima). A RJ Anima, uma associação que reúne cidadãos nacionais e cidadãos de origem imigrante, tem centrado a sua intervenção na cidade de Aqualva Cacém, com atividades de descoberta e valorização do

património histórico e cultural local, como as *caminhadas com stória – Bém conché bó cidade*; Piquenique *Stórias d’Sodãde*, tertúlias, entre outras atividades que visam envolver todos os residentes e contribuir para a construção da pertença ao território. A Associação realizou ainda duas edições do *Encontro Internacional de Narração Oral da Lusofonia – Aqu’Alva Stória*, com a mobilização da União das Freguesias de Aqualva Mira Sintra e da União das Freguesias de Cacém São Marcos, com o apoio da Câmara Municipal de Sintra (Departamento de Cultura).

Entretanto, registam-se alguns movimentos inovadores a nível do território do concelho, bastante encorajadores. O tema das migrações tem vindo também a ser trabalhado por organizações cuja cultura é a vocação primeira. Referimo-nos aos grupos de teatro, que têm tradição e uma presença muito forte no concelho de Sintra. Assim, para além do *Periferias – Festival Internacional de Artes Performativas*, uma iniciativa da companhia de teatro Chão de Oliva que integra projetos de artistas dos países de língua portuguesa e cuja 7.ª edição já está a decorrer este ano, a Musgo Produção Cultural apresentou o espetáculo *Desparaíso*, em várias localidades do concelho de Sintra, em Lisboa, Porto e Seixal que previa também a realização de oficinas pedagógicas a organizar em articulação com as associações locais:

«DESPARAÍSO» é uma comédia para dois actores sobre a diáspora africana lusófona nos subúrbios de Lisboa. O texto do espectáculo, que entrança ficção e realidade, resulta de um fórum dramatúrgico que implica biograficamente o elenco (luso-africano).

A MUSGO Produção Cultural é uma estrutura artística de criação e produção de espectáculos radicada em Sintra, concelho do País onde se concentra, segundo os censos de 2011, a maior comunidade de cidadãos imigrantes africanos lusófonos do País. Este espectáculo assume particular pertinência no percurso do colectivo, corroborando e ampliando objectivos artísticos no que concerne à sua implicação social com a comunidade com a qual (Adriano Reis, intérprete, é cabo-verdiano e munícipe sintrense) vem trabalhando.

Apesar de irresistivelmente político, o espectáculo não tem uma "agenda" ética de activismo social; antes explora, hiperboliza, situações tragicómicas de um imigrante africano, caracterizando, lateralmente, idiosincrasias dos habitantes dos subúrbios de Lisboa.

“DESPARAÍSO” é a história de D’Jon, um africano lusófono que, migrante da sua pátria em busca do Dourado europeu, “aterra” num dos mais pobres e perigosos subúrbios de Lisboa, onde, afinal, perdido de amores... se sente em casa. Como é que este amor floresceu é o que veremos. O espectáculo compõe-se de pequenos quadros de situação nos quais acompanhamos as aventuras e desventuras do herói – D’Jon-, desde a partida de África até ao seu “estabelecimento”.

Em cada uma das cidades de apresentação pretenderá atrair públicos diversos, com especial incidência, no caso das apresentações em Portugal, de elementos da comunidade africana, afrodescendente residente e portugueses residentes nas cidades e suas periferias suburbanas. Depois de todos os espectáculos, abrir-se-á, nos lugares de apresentação, um espaço de conversa entre os criadores e a assistência.

Numa lógica de aproximação aos públicos dos temas convocados pelo espectáculo, realizamos, em cada cidade, dirigida às comunidades locais (em associações juvenis, sócio-culturais ou nos próprios teatros), a oficina “Mais Diversidade, Melhor Humanidade”. Esta oficina, realizada desejavelmente antes do espectáculo, propõe uma abordagem metodológica via educação não formal, e é facilitada por Adriano Reis (intérprete). A partir de “DESPARAÍSO” pretende-se, com o grupo de participantes, inscrever, debater, aprofundar e antagonizar conceitos como Diversidade Cultural vs Xenofobia; Não-Ódio vs Estereótipo e Preconceito; Sentimento de Pertença e Identidade vs Desenraizamento. “Mais Diversidade, Melhor Humanidade” surge, neste contexto, como elemento catalisador: reforça a ligação aos serviços educativos

dos locais de acolhimento (ampliando o debate em torno do espectáculo) e, por outro lado, atrai públicos (participantes da oficina e seu círculo de influência) às salas de apresentação.

Em 2018, itinerará pela Guiné Bissau e Angola.

Conta, para já, com o apoio financeiro da Câmara Municipal de Sintra.

Estreia no dia 24 de Março de 2017, no Auditório Municipal António Silva, no Cacém» (extrato do texto de divulgação da Musgo).

A Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra conseguiu mobilizar espectadores, entre os residentes no Casal de São José e da Serra das Minas, onde desenvolve projetos Escolhas.

Na verdade, as intervenções artísticas têm o poder de refletir sobre a realidade e de partilhar os conteúdos que produzem, conseguindo, assim, um impacto incomparável junto dos diferentes públicos. Identificamos este movimento de apropriação das realidades do presente por parte de organizações de vocação cultural como muito encorajadores porque acreditamos que, tal como as intervenções a realizar noutros domínios, as intervenções na área da cultura devem ser feitas por profissionais.

Resultados das sessões de diagnóstico

O que melhorou

- Já visitei muitos sítios: Pena, Fátima, Cristo Rei e Martim Moniz; Sítios históricos para conhecer a cultura portuguesa, estive em Óbidos no Festival do Chocolate (testemunho de imigrante oriundo do Paquistão, Tapada das Mercês)
- «A divulgação da cultura melhorou. Há muitos mais eventos (Nós, no Cacém, temos muito poucos)» (Aqualva)
- «Ficou muito melhor a integração. Aumentou a relação entre a comunidade portuguesa e a estrangeira». (Associações)
- «O ambiente está mais vivo. As relações com a população imigrante estão mais próximas no Concelho de Sintra» (Associações)
- «Não notei alterações para pior. Nós eramos estranhos, mas agora somos cidadãos imigrantes.» (Aqualva)
- Não tem razão de queixa nenhuma dos imigrantes de origem africana. As pessoas pediam para deixar a chave para os seus familiares. Não tem qualquer razão de queixa. Não tenho razão de queixa sobre a imigração (testemunho de portuguesa proprietária de um café, Queluz)
- «Mais ações a nível comunitário, com vista à integração de imigrantes e reconhecimento de novas culturas» (Participantes do Projeto Viv@Cidade E6G)

Preocupações/ Necessidades

- «Dificuldade em compreender os hábitos culturais» (Agrupamento de Escolas Leal da Câmara)
- «A única barreira que existe atualmente é a integração social. O problema da aproximação da cultura, da dança,...» (Aqualva)
- «Falta de comunicação entre a comunidade. Às vezes o africano tem medo de falar com os brancos porque se sente inferior. Nós não somos diferentes. A comunicação é muito importante» (Aqualva)

- Os portugueses também têm dificuldade em aproximar. A dificuldade vem depois da descolonização. Temos de viver como os portugueses. Quem vai substituir? – Os imigrantes são precisos para trabalhar. (Aigualva)
- Dia Municipal do Imigrante – só Olho Vivo na festa do parque (Queluz)

O que poderia ser feito

- *«É necessário que as pessoas se mobilizem mais em eventos culturais e desportivos. As pessoas têm que se misturar. A única barreira que estamos a sentir... muitos são portugueses só no documento»* (Aigualva)
- *«Para tratar do problema da integração social é preciso criar a proximidade entre os imigrantes e os portugueses. Seguir o método da Casa Seis. É muito importante para quebrar essas barreiras.»* (Aigualva)
- *«A Casa Seis até na Direção integra africanos. Vão conseguir controlar o bairro. O problema essencial é a falta de integração e não só por parte dos portugueses. É de todos. Eu posso ser português no cartão, mas será que vou comprar jornais?»* (Aigualva)
- *«Em muitas coisas, [o Concelho de] Sintra está à frente dos concelhos de Lisboa e Amadora. Eu moro na Amadora e trabalho em Sintra e sei notar as diferenças»* (Aigualva – comentário em sequência)
- *«A Olho Vivo organizou um festival intercultural e convidou-me como poeta. E eu dei a minha contribuição. Se não houver integração haverá sempre barreiras entre os imigrantes e os portugueses... e os próprios imigrantes.»* (Aigualva)
- Intercâmbios entre diferentes populações também para levantar a moral dos refugiados (diferentes atividades) *«Eles fecham-se em casa»* (Tapada das Mercês)
- *«Facilitar a integração. A integração existe mas a maneira das pessoas se integrarem é difícil»* (Tapada das Mercês)
- Há festivais diferentes, específicos para imigrantes e para portugueses. *«Devem ser misturados.»* (Queluz)

DESPORTO

Sport has the power to change the world. It has the power to unite in a way that little else does. It speaks to youth in a language they understand. Sport can create hope where once there was only despair. It is more powerful than governments in breaking down racial barriers. It laughs in the face of all types of discrimination. Nelson Mandela

Sendo a integração social das crianças e jovens descendentes de migrantes um dos aspetos que suscita, desde sempre, a preocupação das entidades dos diferentes setores com intervenção no concelho de Sintra, considerar o Desporto como uma das áreas a trabalhar no âmbito de um Plano para a integração de migrantes surge como uma conclusão bastante óbvia.

Seguindo a ideia expressa no discurso citado, como é que o Desporto, nas suas diversas modalidades, consegue pulverizar as formas de discriminação raciais e sociais e, nesse sentido, constituir um dos mais poderosos instrumentos de desenvolvimento social local?

Do ponto de vista do coletivo, as palavras-chave serão participação e interação social. Do ponto de vista individual, pertença e compromisso.

Em 2011, um grupo de parlamentares da Sérvia solicitou ser recebido pelos representantes da Câmara Municipal de Sintra. O seu interesse era perceber como funcionava o Poder Local. Durante a apresentação, após explicar os aspetos mais formais do funcionamento dos órgãos do Município e das respetivas responsabilidades, o eleito português referiu que a capacidade de intervenção da CMS era também ampliada graças ao trabalho em parceria com as organizações da sociedade civil nos diferentes domínios de intervenção. Esta afirmação suscitou o maior interesse por parte dos eleitos sérvios e a pergunta surgiu (mais ou menos nestes termos) – *E como é que surgem essas organizações? Como fazem para ter essas organizações no território?*

Um ano mais tarde, durante uma formação com as equipas técnicas do ACM, surgiu a informação: um dos aspetos que mais suscita a admiração das delegações estrangeiras que se deslocam a Portugal para estudar as políticas de imigração é o número das associações de imigrantes existentes no país e o seu dinamismo.

Parece, pois, inevitável desconstruir a ideia que “se participa pouco” em Portugal. E, muito provavelmente, será também necessário equacionar a questão de outra forma: os indivíduos participam de acordo com aquilo que são *os seus interesses*.

As associações desportivas nascem da ação de grupos de indivíduos que têm interesse em desenvolver uma dada modalidade. De acordo com a informação disponibilizada pela respetiva Unidade Orgânica, «no Município de Sintra encontram-se presentemente inscritas na Divisão de

Desporto 109 associações (associações desportivas e clubes/grupos motards), as quais proporcionam a prática de diversas atividades a largos milhares de jovens/adultos».

A já longa intervenção do Programa Escolhas em Sintra e a reflexão partilhada pelas equipas técnicas dos diferentes projetos permite identificar alguns traços comuns nas crianças e nos jovens que procuram envolver: fraca adesão a rotinas de trabalho e ausência de estabelecimento de regras por parte dos adultos referência, fraca resistência à frustração, dificuldade em definir objetivos e em persistir na sua concretização, falta de confiança nas suas capacidades e competências, fragilidade do laço social e compensação pela pertença a grupos de pares que muitas vezes estão na origem de escolhas prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Quando um jovem se interessa por uma determinada modalidade e se dirige a uma das associações desportivas existentes no concelho, começa a treinar e recebe uma camisola do clube com o seu nome. Aprende as regras dessa modalidade e como se deve comportar com os seus colegas de equipa, com os treinadores e, em campo, com os diferentes intervenientes no jogo. Aos fins de semana, desloca-se com a equipa a outras localidades para disputar os jogos. Percebe a eficácia do treino quando a sua equipa vence os jogos e a sua importância quando os perde. Os jovens que integram a equipa passam a fazer parte da sua vida. Os treinadores também. Treina três a quatro vezes por semana. Os pais dos colegas de equipa e os dirigentes levam-no a casa.

Entretanto, o jovem vai desenvolvendo as suas competências e o seu entusiasmo cresce. E contagia os seus amigos e os seus familiares. Os familiares vão assistir aos jogos e ouvem os familiares dos colegas de equipa a encorajar o seu filho. E voltam. E todos “puxam” em conjunto pela equipa.

Durante a época desportiva é necessário assinalar alguns momentos, o seu termo, por exemplo. Então os dirigentes da associação pedem a colaboração dos pais para a organização da festa. Os pais comparecem e trabalham em conjunto. Uma boa festa tem comida. Uns levam o caldo verde ou o arroz doce, outros a cachupa, o doce de coco. E os pais cozinham peixe para os atletas que têm de cumprir prescrições alimentares.

E tudo volta a acontecer, época desportiva após época desportiva.

O que se procurou descrever foram as dinâmicas associadas às modalidades federadas, no âmbito das quais o concelho de Sintra conta atualmente, de acordo com dados disponibilizados pela Divisão de Desporto da CMS, com um total 3 763 praticantes.

A medida da área do Desporto que integra o PMIM irá permitir monitorizar a presença de estrangeiros nos escalões de formação e identificar eventuais constrangimentos no acesso à prática desportiva federada.

SAÚDE

«As migrações internacionais têm sido referenciadas em diversos estudos como um dos maiores desafios para a saúde pública ao nível mundial (Dias *et al.*, 2011; Dias e Gama, 2014), sendo o acesso aos serviços de saúde reconhecido como condição fundamental para a saúde e bem-estar das populações imigrantes e, conseqüentemente, para uma boa integração nos países de acolhimento.» (REA, 2017, p.263).

Importa acrescentar que, numa ótica de saúde pública, o acesso aos serviços de saúde por parte dos migrantes é, em simultâneo, o garante da proteção das populações nativas.

«Em Portugal, embora se verifique uma evolução positiva nos vários indicadores de saúde, as diferenças observadas e que persistem no estado de saúde dos diferentes grupos populacionais estão essencialmente relacionadas com as condições socioeconómicas da população e não com a origem migratória ou nacionalidade (Dias *et al.*, 2011; Dias e Gama, 2014) [e] os estrangeiros residentes em Portugal, por comparação aos portugueses, mostram maiores taxas de risco de pobreza e maiores taxas de privação material, indicadores que influenciam diretamente na prevalência de riscos de saúde» (REA, 2017, p.263).

«Mais recentemente, o estudo desenvolvido pelo Instituto de Medicina Tropical, coordenado por Sónia Dias (2017), veio concluir que os imigrantes que chegam a Portugal reportam um melhor estado de saúde do que os nacionais residentes no país, contrariando deste modo o mito e algumas falsas perceções de que os imigrantes que chegam são uma ameaça à saúde das populações de acolhimento e uma fonte de pressão ou encargo para os serviços de saúde. Com efeito, segundo dados do último Inquérito Nacional de Saúde reportados e analisados neste estudo, 65% dos imigrantes que vivem em Portugal reportam um bom estado de saúde, caindo esta percentagem para 43% no caso dos portugueses (Dias, 2017). O mesmo estudo concluiu ainda que o estado de saúde dos imigrantes varia com o tempo de residência em Portugal, ou seja, o estado de saúde dos imigrantes tende a piorar à medida que aumenta o tempo de residência no país» (REA, 2017, p. 263).

A migração predominantemente laboral implica um fator de seleção dos indivíduos à partida – migram os mais novos e que estão em condições de trabalhar – ao passo que a população portuguesa cobre todos os grupos etários, pelo que os resultados não surpreendem. Trata-se do «chamado efeito do migrante saudável» (REA,p.264).

Durante os anos de 2015 e 2016, realizaram-se 8 ações para profissionais do atendimento sobre a inscrição de utentes nos centros de saúde do concelho de Sintra dinamizadas pelo ACES Sintra. Em 2015, realizaram-se ainda, várias sessões de esclarecimento sobre diversas problemáticas da Saúde organizadas pela Associação Olho Vivo e dinamizadas pelo ACES de Sintra.

Em 2016 e 2017, as associações Olho Vivo e Luso Cabo-verdiana de Sintra organizaram numerosos rastreios em parceria com a AJPAS. Em 2017, a AJPAS celebrou um protocolo com o

Município e realizou rastreios também nos espaços de gestão do município, como a Loja do Cidadão de Aqualva- Cacém.

As ações relativas à prevenção da MGF e práticas culturais nefastas estão contempladas no Plano Municipal para a Igualdade, Cidadania e Promoção da Dignidade Humana, registe-se no entanto que, em 2015, o ACES Sintra realizou 3 ações de formação / sensibilização para os profissionais de saúde sobre a problemática.

De acordo com informação do ACES Sintra, em março de 2015, estavam inscritos nos centros de Saúde do concelho 34 240 cidadãos (cf. Diagnóstico do PCIIS, p.73). Não se dispõe de dados para o momento presente nem para o todo nacional. Como se reporta no REA, a própria «Entidade Reguladora de Saúde realçou recentemente a “falta de dados sobre a acessibilidade e utilização dos serviços de saúde por parte de imigrantes, o que limita o conhecimento sobre os múltiplos determinantes de utilização dos serviços de saúde” por partes destes cidadãos (p.264).

Subsistem dificuldades no acesso à Saúde que poderiam ser resolvidas com uma maior articulação dos serviços de Saúde com o SEF. Na verdade, por exemplo, não faz qualquer sentido que uma criança ou um jovem que tem um visto para reagrupamento familiar tenha de aguardar pela cessação da validade do visto (120 dias ou +) para lhe poder ser emitida uma certidão de menor em situação irregular emitida pelo ACM, I.P. e aí, sim, poder ser atendida no Centro de Saúde. Com efeito, quando um menor viaja para PT com um visto de residência o processo já passou pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Apenas a incapacidade do SEF em dar resposta a todas as solicitações de marcação impede que a criança ou jovem obtenha a sua AR logo após a sua chegada ao país. Para mais, até aos 18 anos as consultas no SNS são gratuitas.

Resultados das sessões de diagnóstico

Melhorou

- «*A formação em Mutilação Genital Feminina e para os refugiados, com mais sensibilização dos profissionais clínicos. Como é que se abordam, do ponto de vista cultural, os aspetos de saúde e saúde mental*» (Serviços)
- Consulta transcultural na área da saúde mental: Projeto *PAIR-Me* (<http://www.cm-sintra.pt/autarquia-assina-protocolo-com-o-centro-hospitalar-psiquiatico-de-lisboa>) (Serviços)
- «*O Lugar Makan –é um espaço informal, num centro comercial em Sintra, em colaboração com o Júlio de Matos, onde se fazem encontros informais sobre a saúde mental*» (Serviços)
- «*Os panfletos traduzidos sobre a amamentação. São desenvolvidos pelo Hospital Fernando da Fonseca*» (Amadora-Sintra) (Serviços)
- «*A linha de tradução telefónica funciona*» (Serviços)

- Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/violencia-interpessoal-abordagem-diagnostico-e-intervencao-nos-servicos-de-saude.aspx>) «Esta ação é um despacho da Saúde. Sensibilizar os profissionais para estas áreas (violência na saúde). Nestes casos também há mulheres imigrantes». (Serviços)

Piorou

- Acesso à Saúde quando não estão regulares (JF)
- «Muitas vezes, não são imigrantes que nós atendemos. São pessoas que vêm cá para ter os filhos, ficam durante [até às] as primeiras vacinas e regressam. Isto ao nível da saúde infantil» (Serviços)
- «Nós temos mais utentes do que população residente» (Serviços)
- «Os médicos têm um timing (tempo para cada consulta). Se um médico deteta algo numa consulta, para fazer esse acompanhamento tem que marcar outra consulta. O problema é que essa consulta é paga» (Serviços)
- «Há uma deficiente ligação dos médicos aos pacientes. A figura do médico de família é muito importante mas não funciona na ligação entre médico e doente» (Serviços)
- Saúde complicado: língua e muita demora no atendimento dos hospitais (Tapada das Mercês)
- No Centro de Saúde da Tapada não há vagas. Tem de ir ao Algueirão, e mora em frente ao Centro de Saúde (Tapada das Mercês)
- Quando as pessoas têm problemas de saúde sérios e têm de ser encaminhadas para o Hospital, por vezes a espera é muito longa (mais de uma ano), mesmo quando os médicos do Centro de Saúde tentam ajudar. (Tapada das Mercês)
- Centro de Saúde de Queluz – sem abrigo e chuva quando se está à espera [antes da hora de abertura] (Queluz)
- «Problema do médico de família. É uma questão muito séria. E o problema da isenção nas consultas» (Aqualva)
- O Centro de Saúde recusa-se a dar o número de utente porque não tem documentos. Não há direito a comparticipação nos medicamentos e exames médicos. Mesmo com o número da Segurança Social. Tem agendamento para reagrupamento familiar. Fez exposição na Loja do Cidadão (Aqualva)

Preocupações /Necessidades

- «A língua. Há uma senhora da Guiné-Bissau há 6 ou 7 anos cá e não aprende português» (Serviços)
- «Até aos 2 anos, as crianças têm acompanhamento. A partir daí não há médicos suficientes» (Serviços)
- «A educação é muito baixa. Não dominando a língua, torna-se complicado explicar as questões de saúde» (literacia de saúde) (Serviços)
- «Com mais educação as pessoas previnem mais, têm mais acesso às informações e a estilos de vida mais saudáveis» (Serviços)

- Saúde: *«Na triagem dão-te as fitas. Ficas muito tempo à espera. Falam connosco e dão-nos sempre Ben-U-Ron... tudo é U-Ron»* (Tapada das Mercês)
- Saúde *«É preciso pagar tudo e o atendimento é mau. Demora muito tempo»* (Tapada das Mercês)
- Estava à espera de uma operação em Portugal e a demora era muita. Foi à Ucrânia e fez lá a operação (Tapada das Mercês)
- *«Não me inscrevem no Centro de Saúde* (Tapada das Mercês). *O meu marido está inscrito [a senhora tem AR, fez reagrupamento familiar]»*
- O Centro de Saúde de Aqualva recusou a inscrição por não ter documentos (Aqualva)
- *«As pessoas morrem de stress. Eu sei por aquilo que estou a passar. Há pessoas que nos pedem para ir dormir na Mesquita. Há pessoas que são despejadas e vão ter connosco para pedir ajuda. Isso acontece muitas vezes. Agradeço à Olho Vivo, à CMS, pela ajuda e esforço que têm feito para ajudar estas pessoas».* (Aqualva)
- Acesso aos serviços de saúde nos primeiros 90 dias em que se encontram em território nacional – Pagamento elevado das taxas moderadoras¹⁰ (Agrupamento de Escolas Leal da Câmara)

O que poderia ser feito

- *«Criar grupos de apoio e maior acesso a “tradutores físicos”»* (Serviços)
- *«Mais informação em diferentes línguas. A equipa de prevenção da saúde em adultos está a distribuir folhetos em línguas diferentes»* (Serviços)
- *«É extremamente importante a presença de psicólogos em cada unidade do Centro de Saúde. Há 5 a trabalhar diretamente no ACES Sintra»* (Serviços)
- *«Mais formação para o pessoal médico, em várias áreas da imigração e diversidade cultural».* (horário preferencial para as formações – 13h30 às 15h. No entanto, a adesão às formações não é muita, atendendo às dificuldades de agenda e volume de trabalho. Uma formação para o corpo clínico tem que ser lançada com, pelo menos, 4 meses de antecedência, para serem requeridas todas as autorizações necessárias à participação) (Serviços)
- *«No Hospital Fernando da Fonseca, existe uma bolsa interna de tradutores (aproveitando todo o conjunto de profissionais de diferentes áreas que desempenham funções naquela unidade hospitalar). Houve a ideia de criar algo semelhante no Centro de Saúde Sintra mas nunca se conseguiu por falta de recursos»* (Serviços)
- *«Outra ideia era a da pessoa se fazer acompanhar por um tradutor da própria comunidade, mas isso levanta vários problemas. Os tradutores deviam ser sempre oficiais e não familiares ou crianças»* (Serviços)
- As marcações de consulta no Hospital demoram muito. Depois da primeira consulta, os médicos encaminham para outras especialidades. Volta a demorar muito essa outra consulta.

¹⁰ O visto de curta duração ou visto de turismo não prevê a possibilidade do cidadão fixar residência em Portugal. Enquanto turista, o detentor desse visto poderá ter acesso ao SNS se houver protocolos de reciprocidade com o Estado português, que envia depois as despesas para os países de origem. Relativamente aos menores, após a cessação da validade do referido visto e se permanecerem em território nacional, pode ser passada uma certidão pelo ACM, I.P. que permite aceder aos cuidados de saúde em idênticas condições aos menores nacionais.

Deviam escrever uma carta onde explicassem qual é o problema e a sua gravidade, para que as pessoas pudessem ter uma consulta mais rapidamente. (Tapada das Mercês)

- Centro de saúde novo – em 2010 – Pragal – Monte da Caparica: lá havia espaço para as pessoas esperarem até às 9h até a segurança abrir a porta (Queluz).

SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

«No contexto europeu, em média, segundo dados sistematizados pelo EUROSTAT – *Migrant integration indicators*, os estrangeiros residentes apresentam maiores riscos de pobreza, maior privação material, têm mais baixos rendimentos e vivem em piores condições de vida que os nacionais dos países europeus. Estes resultados de maior vulnerabilidade ou de exclusão social dos estrangeiros não induzem, contudo, necessariamente, a maior prevalência no acesso a proteção social destes residentes nos países europeus (...).

(...) à semelhança de outros fenómenos sociais, há em torno da relação entre imigração e inclusão social alguns mitos que se têm vindo a criar. Em alguns países tem sido por vezes defendido que, atendendo ao maior risco de pobreza e de exclusão social dos imigrantes, a imigração tem iminentemente objetivos de maximizar apoios públicos, nomeadamente do sistema de proteção social dos residentes e, assim, desgastar as contas públicas das sociedades de acolhimento. (...)

Essa ilação é rapidamente [desmontada] a partir dos dados nacionais que evidenciam não apenas como o saldo do sistema de proteção social português tem sido muito positivo com os contribuintes estrangeiros – mesmo em anos de crise económica em que aumentaram os beneficiários de proteção social – estabilizando-se em 2016 **o saldo em + 418,5 milhões de euros**; como também mostram o efeito da imigração no atenuar dos efeitos do envelhecimento demográfico português no sistema de segurança social, assumindo-se os trabalhadores estrangeiros importantes para a sustentabilidade do sistema de proteção social de Portugal» (REA, 2017, pp. 163-164)

«Os imigrantes produzem riqueza e quando chega aos direitos são condicionados. Muitas vezes dizem que os imigrantes não fazem por se integrar, mas eu sou prova que os imigrantes têm muitos obstáculos». (workshop Queluz)

«Tal como mostrado para o contexto europeu, em Portugal o risco de pobreza afeta de forma diferenciada os indivíduos de acordo com a sua nacionalidade. Em 2015, enquanto os cidadãos de nacionalidade portuguesa apresentavam uma taxa de risco de pobreza de 18,2%, essa taxa subia para 33,8% no caso dos cidadãos estrangeiros residentes no país. (...) Face ao início da década, a percentagem de cidadãos portugueses em risco de pobreza aumentou ligeiramente (de 17,0% em 2011 para 18,2% em 2015, +1,2 pontos percentuais), sucedendo o mesmo com os cidadãos estrangeiros, cuja taxa subiu de 27,5% em 2011 para 33,8% em 2015, mais 6,3 pontos percentuais».

Ainda assim «(...) os estrangeiros tiveram sempre menor peso relativo de prestação social por contribuições que o verificado para o total da população dos sistema de segurança social português. (...) mesmo excluindo os gastos com as pensões...» (REA 2017, p. 171).

Quadro 35 - **Número de contribuintes e de beneficiários por total de residentes para estrangeiros e total da população em Portugal, em 2015 e 2016 (percentagem)** (extraído REA, p.172)

Rácios	2015	2016
Contribuintes por total de residentes		
Total	35,8	39,2
Estrangeiros	49,4	51,7
Beneficiários por total de residentes		
Total	25,8	25,4
Estrangeiros	30,6	21,1
Beneficiários por total de contribuintes		
Total	72,0	64,8
Estrangeiros	61,9	40,9

Os apoios sociais foram considerados pelas entidades e pelos cidadãos como um dos aspetos que registaram melhoria significativa nos últimos dois anos.

Para essa perceção positiva concorrem os programas da Câmara Municipal de Sintra – Fundo de Emergência Social e Programa de Bolsas Sociais (que visa diminuir as dificuldades no acesso à resposta de creche) - mas também os diversos programas de apoio alimentar disponíveis no concelho, fruto das parcerias estabelecidas entre o ISS, I.P., as organizações da sociedade civil e as juntas de freguesia.

É de sublinhar ainda que esta articulação entre as entidades referidas é o esteio da forma como se procura dar resposta e acompanhar as situações sociais a nível do concelho de Sintra.

O apoio aos cidadãos estrangeiros em situação irregular (carência económica e apoio para a obtenção dos documentos junto do SEF) tem sido igualmente assegurado pelo ISS, I.P. / CDSSL/Setor de Sintra, que em 2016, apoiou 103 cidadãos estrangeiros que se encontravam em situação irregular. Trinta e um imigrantes receberam apoios para a regularização. Durante a vigência do PCIIS, esse apoio foi reforçado através do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Sintra e a Associação Olho Vivo, que tem vindo a ser renovado e que, em 2016, permitiu apoiar 2 125 cidadãos em situação irregular e de emergência social.

De acordo com a informação disponibilizada pela Organização Internacional das Migrações (OIM), em 2016, inscreveram-se 14 imigrantes no Projeto ARvoRE – Apoio ao retorno voluntário e à reintegração - que referiram residir no concelho de Sintra, 85,71% das inscrições provenientes de cidadãos brasileiros.

As juntas de freguesia do concelho de Sintra dispõem de atendimento social e para essas respostas de proximidade confluem muitos dos pedidos de apoio dos cidadãos. Nessa linha, compreende-se que um dos problemas mais complexos e de difícil resolução tenha sido identificado pelas técnicas superiores de serviço social das juntas de freguesia durante as fases de diagnóstico e de construção das medidas: a grande precariedade em que permanecem os

doentes e seus acompanhantes evacuados no âmbito dos acordos no domínio da Saúde, enquadrados nos Acordos Gerais de Cooperação e Amizade celebrados entre a República Portuguesa e os PALOP.

Estes acordos estão implícitos pelo compromisso assumido pelo Estado Português em 1978 e, como se pode ler, por exemplo, no Decreto-Lei n.º 44/92, de 21 de outubro, relativo à Guiné-Bissau, decorrem de obrigações assumidas a nível internacional: «Considerando que a especificidade das relações entre os dois Estados conduzirá a um maior apoio por parte do Estado Português ao desenvolvimento sanitário do Estado da Guiné Bissau, o que impõe a conclusão de uma convenção internacional sobre os assuntos regulados pelo Acordo que em Lisboa foi assinado a 13 de janeiro».

Os acordos identificam responsabilidades para cada uma das partes. No Acordo com a República da Guiné-Bissau estas estão expressas no Artigo 3.º:

«1 – Ficam a cargo da Parte Guineense os encargos relativos a:

- a) Transporte de ida e regresso dos doentes;*
- b) Deslocação do aeroporto de chegada até ao local de destino;*
- c) Alojamento, nos casos de regime de semi-internamento e de regime ambulatorio, quando os doentes não fiquem instalados em estabelecimentos hospitalares ou suas dependências;*
- d) Alojamento, após o tratamento ser dado por concluindo pelas competentes autoridades hospitalares portuguesas;*
- e) Próteses;*
- f) Medicamentos e produtos farmacêuticos prescritos em regime de tratamento ambulatorio;*
- g) Funeral ou repatriamento do corpo, em caso de morte.*

2- Ficam a cargo da Parte Portuguesa, os encargos relativos a:

- a) Assistência médica hospitalar, em regime quer de internamento, quer de semi-internamento, quer ambulatorio;*
- b) Meios complementares de diagnóstico e terapêutica quando os mesmos se efetuarem em estabelecimentos hospitalares ou suas dependências;*
- c) Transporte em ambulância, sempre que a situação clínica do doente o exija, do aeroporto para o estabelecimento de saúde a que o doente se destina.*

3 – Os encargos assumidos pela Parte Portuguesa nos termos do presente Acordo cessarão a partir do momento em que o tratamento for dado por concluído pelas competentes autoridades hospitalares portuguesas». (Decreto-Lei n.º 44/92, de 21 de outubro)

Na verdade, são muito frequentes as situações em que os apoios concedidos pelos estados de origem ficam muito aquém das necessidades dos seus cidadãos. As situações mais difíceis são identificadas com os cidadãos provenientes da Guiné-Bissau.

Desde 2007 até 2012, o Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros e Acompanhantes (PADE) criado pelo ACIDI, I.P. em parceria Segurança Social, criou 6 casas de acolhimento, tendo apoiado mais de 200 doentes. No concelho de Sintra, a Casa Amiga foi criada em 2009, resultado da parceria com o ACIDI, I.P., a CMS (que disponibilizou um fogo) e a Ser Alternativa. Esta resposta cessou com o termo do Programa. A Associação Olho Vivo foi igualmente responsável pela gestão de uma Casa PADE, no vizinho concelho da Amadora.

Sendo uma resposta que visava pôr fim a situações degradantes do ponto de vista social, para as quais a sociedade portuguesa tem já baixos níveis de tolerância, a sua eficácia não se esgotava na solidariedade. O PADE permitia monitorizar as vindas e os regressos dos doentes estrangeiros e separar as situações sinalizadas pelas juntas médicas, e portanto enquadráveis nos Acordos de Cooperação, das situações de iniciativa individual.

Tendo presente que mais de 25% da população guineense de Bissau que vive em Portugal reside no concelho de Sintra e que não será exatável que os pais guineenses, à semelhança de todos os outros, deixem de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar a saúde dos seus filhos, não se percebe como esta questão possa vir a ser ultrapassada.

O Centro de Alojamento de Emergência Social (Parceria ISS, I.P., CMS, Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e Vitae) tem vindo a integrar algumas das situações, mas apenas aquelas em que os doentes possuem autonomia e por períodos de tempo não muito prolongados. O mesmo sucedia anteriormente, entre 2003 e 2005, com o Centro de Acolhimento Temporário São João de Deus (Alto do Rodízio/ Sintra), apesar de essa estrutura ter sido criada precisamente para dar resposta às situações de sem abrigo de indivíduos migrantes. Esta resposta resultou da parceria estabelecida pelo ACIDI, I.P. com a Segurança Social e com o ACIDI, I.P. e o Instituto São João de Deus, JRS, Cáritas, Obra Católica para as Migrações e a Câmara Municipal de Sintra.

Outro tema que deverá constituir uma preocupação a médio prazo prende-se com as baixas reformas a que os cidadãos migrantes terão direito no futuro¹¹ e que foram ditadas pela instabilidade laboral, trabalhos *em part-time*, descontos não entregues pelas entidades patronais à Segurança Social, conforme descrições recolhidas nos *workshops* e incluídas no texto da área *mercado de trabalho e empreendedorismo* e que não vão permitir garantir a autonomia dos idosos migrantes.

¹¹ Agradecemos à nossa colega, Dra. Helena Fernandes (DSAS), o equacionar da questão.

Resultados das sessões de diagnóstico

O que melhorou

- «Igualdade de apoios sociais para população imigrante e não imigrante» (participante no Projeto Viv@Cidade)
- *«Houve melhoria entre a autarquia e as associações. Mas depois, é a resolução dos problemas que demora muito tempo. E isso fica complicado para a pessoa que está a padecer – o tempo de resposta não é suficiente»* (JF)
- *«Os programas de férias da Junta de Freguesia (Aigualva e Mira Sintra) são uma boa coisa, mas devia ser mais tempo. 15 dias são muito pouco, porque as férias são maiores e depois as crianças ficam sem eira nem beira.»* (Aigualva)
- *«Melhorámos muito em termos de parques infantis. Se houvesse outro tipo de ocupação, tempos livres, seria bom»* (Aigualva)
- *«Há mais imigrantes mas, por outro lado, também há mais integração na rede social, na comunidade»* (JF)
- *«Os brasileiros sempre existiram mas eram muito menos visíveis. Eram mais os cabo-verdianos e a população guineense e os angolanos. Os brasileiros aparecem mais com a crise, no sentido de pedir ajuda. Os guineenses são os primeiros e, a seguir, os brasileiros»* (em Aigualva e Mira Sintra) (JF)
- *«De uma forma geral, a população é muito mais diversificada»* (JF)
- *«Romenos e ucranianos são os que recorrem mais aos serviços [Algueirão Mem Martins]»* (JF)
- *Queluz – Belas – Mais africanos. Mais em Queluz do que em Belas (não tanto brasileiros)* (JF)
- *Imigrantes isolados e monoparentais femininos – Queluz, Aigualva e Cacém* (JF)
- *«Os serviços que há nas Juntas dão-lhes autonomia. Se inicialmente, quando foi o “boom” da imigração, vieram famílias sem qualquer rede, agora já não é assim. Já vêm com informação sobre onde podem obter ajuda»* (JF)
- *Têm diminuído os pedidos de atestado de insuficiência económica* (JF)
- *«Agora é muito raro receber pessoas sem documentos»* (JF)
- *Junta de Freguesia de Queluz e Belas e Minimercado Pingo Doce – cabaz de Natal – agradecimento* (Queluz)
- *FES* (Queluz)
- *Outro aspeto positivo: apoio às pessoas idosas e doentes* (Queluz)
- *Antes – situação que vinham tratamento médico, agora está a melhorar [na Aigualva Mira Sintra]. Tivemos um caso grave no Algueirão* (JF)
- *Alteração legislativa que permite o acesso a prestações sociais (RSI), garantindo maior proteção social aos públicos mais vulneráveis.* (JF)
- *Insuficiência de respostas sociais face às necessidades existentes, aumentando a dependência de apoios pontuais e subsídios.* (JF)
- *«No Cacém também há mais brasileiros. Os que nos acorrem também são monoparentais»* (JF)
- *«A nível geral, a maioria diz que melhorou. Têm apoio para o pagamento das creches e colégios e consideram os Projetos Escolhas como uma mais-valia – são a única resposta para lá das creches e dos ATL.»* (associações)
- *«O Banco Alimentar (apoio alimentar) é uma grande ajuda por parte da CMS* (associações)
- *«A ajuda que a CMS está a dar para os lanches – há miúdos que fazem fila para lanchar e pedem comida. A realidade é a de dificuldade na alimentação.»* (associações)
- *«O apoio para as creches conseguiu chegar a muitas famílias que tinham dificuldade em assumir essa despesa.»* (associações)

O que piorou

- «*Tem diminuído a vinda para tratamento médico. Mas há menos apoios das embaixadas, mas há pessoas a virem, sem qualquer apoio, para tratamento*» (JF)
- Aumento significativo de imigrantes em situação irregular que estão no País (e.g. abrigo de protocolos de saúde), por tempo indeterminado e sem quaisquer apoios financeiros por parte das embaixadas ou familiares. (JF)
- «*O volume de trabalho. São mais (imigrantes) e mais capacitados e isso faz com que haja mais procura do atendimento.*» (JF)
- «*Cada vez aparecem mais situações de apoio. Mas o Gabinete de Ação Social começou agora comigo. Em Queluz podíamos atender todos os dias da semana que as pessoas vinham. Em Belas, o território é muito vasto, muito disperso, com populações mais isoladas*» (JF)
- «*A indocumentação. Vou articulando com a Olho Vivo*» (JF)
- «*O apoio alimentar. É raro o atendimento em que não se peça o apoio*» (JF)
- «*Em Queluz, relativamente a Belas, há uma maior rotatividade de pessoas. Não se fixam*» (Em Algueirão – Mem Martins as pessoas tendem a fixar-se). (JF)
- «*Noto algumas (pessoas e famílias) a virem da Amadora, porque é ali mesmo ao lado*» (para viver em Queluz) (JF)
- Muita necessidade de creches – também exigem documentos com o apoio da Segurança Social – pessoas que perdem emprego por causa disso (Queluz)
- Dificil acesso à Creche Popular da Idanha – colocam na creche da Venda Nova e no Bairro 6 de Maio (Queluz)
- CBESQ – lista enorme – dinheiro acaba por contar (Queluz)
- Segurança Social – em Inglaterra é tudo por marcação (Queluz)
- Em Queluz – indocumentados (JF)
- Segurança Social não dá resposta (Tapada Mercês)
- «*As questões da documentação e a perda dos abonos*»

Preocupações/ necessidades

- Precariedade habitacional, financeira, social da pessoa migrante (JF)
- Dificuldade na Junta de Freguesia para ter acesso a apoio para medicamentos. «*Estou pendurado... mesmo a passar dificuldade*». Veio para Portugal para tratamento médico e não tem apoio (Queluz)
- «*Aumento do nível de pobreza entre o cidadão imigrante e o cidadão português*» [maior discrepância] (Queluz)
- Falta de equipamentos sociais (Queluz)
- «*Eu estou doente. Não tenho casa para estar. Vou estando em várias casas de amigos. Não tenho ajuda*» [veio para Portugal para tratamento médico] (Queluz)
- Doentes – junta médica; falta apoio; Escola também – dificuldade com ASE; trabalha sem contrato de trabalho, sem descontos Vive com a irmã. Está a pedir apoio na Casa Seis (Aigualva)
- Acompanhante de doentes – emprego; documento (Aigualva)
- «*Falta de creches. Na Tapada (das Mercês), a falta de creches está a levar ao surgimento de algumas creches ilegais. É preciso alertar essas pessoas para os perigos associados [a essa prática]. É melhor chamá-los e apoiá-los para os integrar; explicar quais são as regras.*» (Associações)
- «*Muitos imigrantes vêm para Portugal sem saber o que vão encontrar, quais são as dificuldades. É nosso dever alertá-los antes de virem, para o que vão encontrar. Muitos estão cá e não conseguem voltar*» (Associações)

O que poderia ser feito

- *«Na Segurança Social, passa muito por sensibilizar e esclarecer para a celeridade na emissão dos números e para as questões dos contratos de trabalho e dos contratos promessa»* (Associações)
- *Reflexão e revisão da legislação de entrada e permanência no País* (JF)
- *«Aqui não há creches nem Jardins de Infância. O que acontece é que vão para Oeiras. Lá conseguem integração. Acabam por ter imensas respostas em Oeiras»* (JF)
- *«Desconstruir a ideia de que para se ser imigrante tem que se ter direito a habitação social. A questão da habitação vem sempre associada – terão no país de acolhimento acesso a habitação social»* (JF)
- Creche municipal seria muito importante e JI – pare terem mais ocupação. As mães saem de casa e pensam que os filhos estão seguros e não (Queluz)
- Também precisam de Banco Alimentar na Freguesia (fechou a Cruz Vermelha) (Queluz)
- Instituições no Bairro, tipo Casa Seis, nas Campinas (Queluz)
- Discriminação positiva – quotas para mulheres e também imigrantes (Queluz)
- Mais apoio ao arrendamento ou habitação social (Queluz)
- *«Uma melhor articulação entre a Segurança Social e o SEF, para que não sejam cortados os abonos durante o processo de renovação»* (Associações)
- *«Quando alguém fica sem água ou luz [por falta de pagamento], ou se atrasa no pagamento da renda, os donativos de sexta-feira são entregues às pessoas para resolverem a sua situação. Mas como é feito de forma a salvaguardar o “sentimento de vergonha” das pessoas que recebem, a Associação não sabe ao certo quantas pessoas já ajudou. Também ajudamos assim quem tem dificuldades na alimentação.»* (Associações)

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

«One of the most commonly held assumptions of modernity is that the bureaucratically regulated state societies of “the West” are more rational – or less “symbolic” – than those of the rest of the world. This division is based on a circular argument, which provides the definitions of rationality and then finds it at home. (p.17)

*The humoral system of classification, in which blood served as the point of departure for a moral code ranking whole peoples (...) It organized, in Douglas (1966) fullest sense, an ideology of purity (...) Such ideas still persist in the conflation of Enlightenment values with the symbolism of blood. (...) Those who advocate living together despite differences are, therefore, challenging the principles of unitary community politics on which the French system has been constructed. **Ius solis** (right based on residence) is thus regarded as less authentic than **Ius sanguinis** (right based on blood)».* (pp. 22 e 23, sublinhado nosso)

Michael Herzfeld, *The social production of indifference. Exploring the roots of western bureaucracy*, 1992

De acordo com os Censos 2011, residiam em Portugal 871 813 portugueses com naturalidade estrangeira, mais do dobro dos estrangeiros residentes em Portugal (394 496) (cit. in PEM). Também em Sintra, ainda segundo a mesma fonte, o número de portugueses nascidos no estrangeiro (64 816) suplantava claramente o número de estrangeiros residentes (34 994, incluindo os indivíduos com dupla nacionalidade, ambas estrangeiras) (cf. Diagnóstico do PCIIS, p.24). Para estes valores concorriam também os indivíduos de origem portuguesa nascidos fora de Portugal continental, isto é, nas ex-colónias.

Em 2016, este balanço apresenta já valores bastante superiores, dando conta da verdadeira dimensão das alterações à Lei da Nacionalidade introduzidas a partir de 2006, cujas repercussões começaram a fazer-se sentir a partir de 2007:

«Entre 2007 e 2016, quase meio milhão de cidadãos pediu a nacionalidade portuguesa (477 mil pedidos em dez anos), em média 48 mil novos processos deram entrada por ano, revertendo-se em 401.669 “novos” cidadãos portugueses, ou seja, em média, por ano, cerca de 40 mil indivíduos tornaram-se cidadãos portugueses» (REA, 2017, p.205). Esta evolução positiva de PT neste domínio foi acompanhada até certo ponto pelos países do Sul da Europa, mas «o caminho inverso foi seguido pelos principais países do Centro Norte da Europa, para os quais a percentagem de aquisições de nacionalidade por total de estrangeiros diminuiu gradualmente nos dez anos analisados [2004 a 2014] (e.g. Áustria de 5,5% no início do século passado para 0,7% em 2014; Dinamarca passa de 5,5% para 1,2%; Bélgica de 4% para 1,5%; França de 4,2% para 2,5%)».

No entanto e apesar dos esforços do Estado português neste domínio, para os jovens nascidos em PT, que nunca conheceram outra realidade, continua a ser difícil lidar com a não coincidência entre as pertenças sociais e a cidadania formal. Por exemplo, como entender, na hora de

apresentar o seu documento de identificação na Escola, por altura dos exames, que este é diferente dos seus colegas? E como podem os pais e os professores explicar? (descrição de situação real recolhida num atendimento CLAIM em que a jovem afirmava preferir desistir de estudar a não apresentar o cartão de cidadão).

Na verdade, a atual Lei da Nacionalidade prevê para as crianças e jovens filhos de migrantes várias possibilidades de acesso à Nacionalidade. Mas para que as crianças e jovens possam aceder à nacionalidade é necessário desenvolver os procedimentos certos e é aí, mais uma vez, que as coisas se complicam: Por falta de informação dos pais, pela dificuldade em reunir a documentação exigida, pelos custos dos pedidos, ...

Participação política

A participação política dos imigrantes constitui também um indicador de integração.

Em 2013, estavam recenseados no concelho de Sintra 1 970 cidadãos estrangeiros, 260 dos quais cidadãos de países da União Europeia (Diagnóstico do PCIIS, p.82). De acordo com os dados apresentados no REA, esse valor baixou em 2015 e em 2016. Na análise destes valores deverá ter-se em atenção a diminuição do número de estrangeiros com residência em Sintra (dados do SEF), bem como o acesso à nacionalidade portuguesa que é superior nas vagas de migrantes mais consolidadas, que permanecem em PT há mais tempo e que constituem, em Sintra, a maior percentagem de cidadãos estrangeiros, os cidadãos cabo-verdianos.

Quadro 36 - Dez municípios com maior número de recenseados estrangeiros

Municípios	Recenseados estrangeiros		% face ao total de recenseados estrangeiros no país		% de estrangeiros residentes face ao total de estrangeiros no país	A-B
	2015	2016	2015 (A)	2016		
Lisboa	2908	2888	10,7	10,7	13,0	-2,3
Amadora	1840	1797	6,8	6,7	4,5	+2,3
Sintra	1836	1780	6,8	6,6	8,1	-1,3
Oeiras	1680	1640	6,2	6,1	2,2	+4,0
Loulé	1433	1432	5,3	5,3	3,0	+2,3
Seixal	1127	1208	4,2	4,5	2,0	+2,2
Albufeira	1186	1150	4,4	4,3	2,4	+2,0
Loures	1021	990	3,8	3,7	4,0	-0,3
Cascais	928	908	3,4	3,4	5,3	-1,9
Tavira	711	757	2,6	2,8	0,8	+1,8

Retirado de: REA 2017, p. 234

De acordo com a fonte citada, no concelho de Sintra a percentagem de cidadãos extracomunitários recenseados situava-se entre 4 e 7%, à semelhança de Vila Franca de Xira e

Loures, Lisboa, Cascais e Mafra, apresentavam valores mais baixos (com entre 0 a 4,0%). Oeiras 19,6%, a seguir Amadora (entre 10 a 15%) apresentavam os valores mais altos no contexto do país.

No concelho de Sintra percentagem de cidadãos da União Europeia recenseados – 7 a 10%, tal como na Amadora. Distingue-se novamente Oeiras com entre 20 a 70% de cidadãos da União Europeia recenseados, seguido de Lisboa, entre 10 a 15%. Cascais, Mafra, Odivelas, Loures apresentavam valores entre 4 a 7% e Vila Franca com 0 a 4%.

Assinale-se que todos os cidadãos comunitários têm os mesmos direitos de voto no país – europeias e locais. Quanto aos países extracomunitários apenas os seguintes países mantêm acordos de reciprocidade com PT: Argentina, Brasil, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela.

Associativismo

«Para mim houve uma melhoria significativa no apoio das juntas de freguesia, do associativismo e da câmara. As pessoas estão mais capacitadas e é importante apropriarem-se dos seus deveres e tomarem conta das suas vidas» (JF)

Durante o período de vigência do PCIIS, três novas associações integraram o CIP Imigrantes. O Colégio das Instituições/ Imigrantes integra o Conselho Local de Ação Social: Associação dos Filhos e Amigos de Farim, Associação 24 de setembro e Ribeira das Jardas Anima. Estas duas últimas são mais focadas na dinamização cultural (Cf. Mapa das respostas para identificação das diversas associações presentes em Sintra).

As associações com intervenção na área da imigração são atualmente parceiras da CMS em diversos programas e projetos cofinanciados por fundos europeus. São igualmente parceiras das juntas de freguesia em diversos projetos de intervenção comunitária, como é o caso dos projetos Escolhas, de apoio aos migrantes, como o CLAIM Itinerante da Associação Olho Vivo, bem como de eventos de promoção da interculturalidade (cf. Área Cultura).

A capacidade de mobilização dos cidadãos por parte das associações de Sintra é bastante elevada, o que comprova a seriedade do trabalho que vêm desenvolvendo. Esta capacidade constituiu mais uma vez o suporte para a construção deste Plano, à semelhança do sucedido com o anterior.

Resultados das sessões de diagnóstico

Melhorou

- *«As mudanças na Lei da Nacionalidade foram positivas, no que se refere ao conhecimento da língua portuguesa bem como à necessidade de obtenção dos registos criminais dos filhos de*

imigrantes nascidos em Portugal. Aos poucos, as pessoas estão a tomar consciência disso. Facilitou a vida de muita gente; esses bloqueios estão esfumados» (Associações)

- *«A Casa Seis dá uma imagem muito importante, porque até da Direção há imigrantes, isto vai eliminar as barreiras. As pessoas têm mais oportunidade de participar na vida da comunidade» (Aigualva)*

- *«Em muitas coisas, (o Concelho de Sintra) está à frente dos concelhos de Lisboa e Amadora. Eu moro na Amadora e trabalho em Sintra e sei notar as diferenças» [Testemunho de outra pessoa na sequência do anterior] (Aigualva)*

Principais Preocupações/ necessidades

- *«Faço descontos. Posso ir a um Centro de Saúde e não sou atendida. Nasci em Portugal e não sou portuguesa por causa da cor? Em Cabo Verde não sou cabo-verdiana. A minha mãe, só depois de 40 anos é que conseguiu ser portuguesa» (Queluz)*

- *Fora das Associações, os imigrantes não participam (Queluz)*

O que poderia ser feito?

- *«A Lei da Nacionalidade, por exemplo, a criança nascida em Portugal...» [A naturalidade – alteração da Lei Nacionalidade] (Queluz)*

- *«Os imigrantes são um problema, também devem fazer parte da solução. Em Portugal ficam no laboratório a elaborar políticas para nós. E nós temos de estar na construção. É importante as coisas tomarem um novo rumo» (Queluz)*

- *«Nós, imigrantes, temos que estar organizados. Nós mesmos também desprezamos a nossa comunidade. As pessoas ficam longe e não sabem como resolver os nossos problemas. Chegam de fora, perdem a cultura e ficam encolhidos. Nós insistimos... temos de participar. Os jovens, que ainda têm 60 ou 70 anos de vida, não manifestam que sofrem de racismo. Estão na escola, participam juntos. Nós, os velhos, temos mais dificuldade. (...) A independência mal dada é que veio mudar tudo. Somos iguais. Só somos diferentes na cor da pele. Temos que esquecer isso e viver como os portugueses. No tempo em que cheguei aqui, fiz tudo... tive que fazer tudo. Já fui português. Deixei de ser e passei a guineense. Agora sou português outra vez» (Aigualva)*

- *Reforço do associativismo e da participação dos imigrantes – a Junta de Freguesia já organizou o Encontro de Culturas. Quem desta sala já participou? (Aigualva)*

- *«Estarmos todos juntos. Juntos somos mais fortes» (Aigualva)*

- *«Primeiro, nós os imigrantes temos de estar organizados. Nós mesmos, às vezes, desvalorizamos esta questão». (Aigualva)*

- *«Os responsáveis das Associações têm muitas dificuldades, mesmo na mobilização das pessoas. Nós próprios, imigrantes, também temos de participar» (Aigualva)*

- *«Queremos ouvir os imigrantes... dar voz aos imigrantes. É importante ouvir as pessoas na 1ª pessoa» (Serviços)*

- *«Todos precisamos de todos. A Articulação entre os serviços e diferentes entidades... todos têm a ganhar» (Serviços)*

- *«O reforço do associativismo e da participação dos imigrantes. Esta Junta de Freguesia já organizou, por três anos, o evento cultural Ao Encontro de Culturas. Desta sala, participaram duas ou três pessoas. Não há muita participação. Mesmo que não participem na organização, venham à festa. Aqui na freguesia há várias Associações. Não podem ser sempre os mesmos a ajudar. O reforço é muito importante... e isso não se decreta» (Aigualva)*

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

O Dia Municipal do Imigrante foi instituído na Reunião de Câmara de 14 de janeiro de 2008¹² e corresponde ao reconhecimento da Câmara Municipal de Sintra face ao contributo dos cidadãos migrantes: *«Há que reconhecer o papel de todos esses homens e essas mulheres que deixaram os seus países de origem e escolheram Portugal como pátria, e o concelho de Sintra como morada, contribuindo e enriquecendo o nosso país, não só com o seu labor, mas com uma perspetiva diversa de ser e de agir».*

À semelhança do que tem sucedido a nível do país, na Câmara Municipal de Sintra tem sido consensual o entendimento das migrações enquanto uma oportunidade para o concelho. Nessa linha, a preocupação em construir um discurso institucional positivo acerca das migrações tem sido uma constante nas intervenções públicas dos sucessivos decisores políticos.

Em maio de 2000, a Câmara Municipal de Sintra celebrou um Protocolo de colaboração com o então ACIME que visava desenvolver um Plano de Ação Conjunto na área da Imigração, bem como monitorizar essa realidade, então recente no concelho.

A Comemoração do Dia Municipal do Imigrante 2009 recebeu, em dezembro de 2010, uma menção honrosa atribuída pela Plataforma Imigração/ Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do concurso *Melhores práticas autárquicas*, designadamente, quanto à partilha de responsabilidades com as associações na organização do evento de comemoração. Essa forma de intervenção voltou, aliás, a ser distinguida no concurso de 2011, com as ações de capacitação com as associações construído em 2010, em parceria com a Fundação Aga Khan, em que as associações foram simultaneamente os formandos e os formadores.

No período de vigência do PCIIS, o Dia Municipal do Migrante foi assinalado em 2015 e em 2016 e constituiu uma oportunidade para levar o tema das migrações aos meios de comunicação institucionais e aos *media* em geral.

A monitorização do Plano nesta área de intervenção foi possível graças à colaboração do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas da CMS que disponibilizou informação sobre as notícias sobre o tema inseridas nos meios de comunicação da CMS.

As duas ações de divulgação do PCIIS – setembro de 2015 (Sintra) e maio de 2016 (Aigualva) foram divulgadas nos jornais locais e o último momento contou com a participação da União das Freguesias de Aigualva Mira Sintra e com uma ampla presença de cidadãos residentes no

¹² Sob proposta do Gabinete de Apoio ao Município da CMS.

território. Esta ação enquadrou-se na iniciativa da mesma autarquia *Encontro de culturas*. Esta iniciativa partilha os objetivos das comemorações do Dia Municipal do Migrante de veicular e vincular a Junta de Freguesia a um discurso positivo sobre as migrações, procurando, assim, promover a coesão do território. Realizou-se em 2016 e em 2017 e é organizada em conjunto com as associações da freguesia das diversas áreas de intervenção e com o grupo de associações que integra o CIP Imigrantes, com o apoio da CMS.

Resultados das sessões de diagnóstico

- *«Encontrar alguma abertura para colocar a comunicação social dentro das nossas causas para apoio dos imigrantes»* (Aqualva)
- *«A comunicação social é discriminatória. Os comentários no Correio da Manhã e na TVI são racistas»* (Queluz)
- *«O racismo nas ruas e na comunicação social»* (Queluz)
- *«Ouvi na televisão que Portugal é o país com melhores políticas imigrantes. Não é verdade. Porque aquilo que estamos a falar já falamos há 20 anos... metade do povo português vive fora de Portugal. Não podemos aceitar como os políticos portugueses tratam os imigrantes: a integração é multissectorial. A visibilidade política das comunidades. Estamos sempre de mão estendida e estamos fartos».* (Queluz)

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

*«Pese embora se verifique alguma subjetividade na forma como se definem **percepções sociais acerca dos fluxos de imigração para diferentes países do mundo e acerca do volume que representa a população imigrante numa dada sociedade**, nota-se que essas imagens se assumem como um importante indicador da percepção pública acerca da imigração. Persistem em torno da imigração alguns mitos e estereótipos que induzem a erros de percepção e a distorções da realidade – desde logo acerca do quanto representa a população imigrante no total de residentes de cada país –, mas que rapidamente se conseguem **desconstruir com factos baseados em sustentação estatística**. Portugal está entre os países onde se verifica um **agravamento da distância entre a percepção do volume da imigração na sociedade e a efetiva realidade**: segundo dados do Inquérito Social Europeu (ESS) em 2002 a distância entre a percepção e a realidade era de cerca de 15 pontos percentuais, passando em 2014 para 17 pontos percentuais» (REA, 2017, p.9, sublinhados das autoras).*

Na verdade, o aumento da distância entre a realidade e as percepções acerca da realidade torna-se ainda mais vincado se atendermos ao facto que o número de pessoas migrantes a residir no país tem vindo a diminuir desde 2010.

Este resultado deverá, pois, suscitar alguma preocupação. É das percepções generalizadas acerca de uma presença excessiva de estrangeiros que primeiro se alimentam os discursos nacionalistas e xenófobos.

Como reporta o REA 2017, o inquérito realizado pela Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA, 2017) procurou, por seu turno, aceder às percepções dos próprios migrantes nos 28 Estados- membros da União Europeia. Baseou-se em entrevistas presenciais realizadas em 2016, com 25 515 pessoas de diferentes grupos de imigrantes e minorias étnicas. Identificou experiências de discriminação, tendo também «sido abordados os crimes de ódio (incluindo assédio e violência) e as questões relacionadas com a identificação de imigrantes e policiamento, bem como o conhecimento dos direitos e das instituições que salvaguardam em matéria de discriminação» (REA, 2017, p. 248).

«Resulta do estudo que, em 2016, as taxas mais altas de discriminação para os inquiridos com origens na África Subsaariana são observadas no Luxemburgo e na Finlândia (FRA:30). Taxas elevadas são também registadas na Áustria (42%) e na Dinamarca (41%), surgindo, por contraste, as taxas mais baixas observadas em Portugal (17%) e no Reino Unido (15%).

No global os principais resultados evidenciam que os grupos que mais sofrem de discriminação em razão da sua etnia ou origem migratória são os naturais do Norte de África (31%), ciganos (26%) e os imigrantes da África Subsaariana (24%)» (REA, p.248).

Um dado comparativo muito importante, a merecer um aprofundamento monográfico relativamente ao concelho de Sintra, prende-se com as diferenças entre as primeiras e segundas

gerações de imigrantes quanto ao sentimento de discriminação: «O estudo identifica ainda que os respondentes da segunda geração de imigrantes sentem-se mais discriminados (20%) que os respondentes da primeira geração de imigrantes (12%) no país onde residem. (...) Por exemplo, a taxa de discriminação para os respondentes da segunda geração de africanos da África Subsaariana em Portugal é mais do dobro do que a dos respondentes da primeira geração (32%vs15%). Os respondentes da segunda geração deste grupo também indicam maiores taxas de discriminação no Reino Unido (21%vs 12%), Luxemburgo (54% vs 48%) e França (33%vs 27%). (REA, p. 248).

As desigualdades de oportunidades de partida, que marcam os percursos de vida dos indivíduos migrantes, tornam-nos também mais expostos à discriminação. Para mais se atendermos a que, no País, a discriminação tem um fundamento de classe social muito forte. No concelho de Sintra são os jovens afrodescendentes que mais revelam sensibilidade ao tema e mais se pronunciam sobre ele. Durante as sessões de diagnóstico, as acusações foram maioritariamente dirigidas a entidades e a meios de comunicação, mas também à sociedade alargada.

Nesse sentido, e apesar das frequentes iniciativas de promoção da diversidade cultural que ocorrem no concelho, é necessário continuar a procurar construir laços mais fortes entre as diversas populações em presença nos diferentes territórios do concelho de Sintra, a veicular um discurso positivo sobre as migrações a partir dos meios institucionais e a capacitar os profissionais para a interlocução em contextos de diversidade. E, noutro sentido, continuar a apostar na informação dos cidadãos migrantes acerca dos direitos e deveres de cidadania, entre os quais o direito/dever de denúncia das situações de discriminação e de racismo.

Em 2017, realizaram-se 3 sessões de divulgação da Comissão para a Igualdade contra a Discriminação Racial e do seu papel na aplicação da legislação nacional sobre essa matéria no concelho de Sintra, uma dirigida às entidades e duas aos cidadãos. Estas últimas realizadas com os participantes no Projeto Viv@cidade E6G (jovens e adultos progenitores). Nesse mesmo ano, a Lei sofreu alterações, visando tornar mais consequentes as infrações e alargando a missão da CICDR.

«A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) é, em Portugal, o órgão especializado no combate à Discriminação Racial. Esta Comissão tem por objeto prevenir e proibir a discriminação racial e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais ou na recusa ou condicionamento do exercício de direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem, nos termos e limites previstos na

Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação» (*in* <http://www.cicdr.pt/>).

No âmbito do Projeto do PMIM, com o cofinanciamento do FAMI está prevista a realização, em 2019, de uma campanha *Pela diversidade, contra o racismo e a discriminação* a construir com base no trabalho de terreno.

Resultados das sessões de diagnóstico

O que melhorou

- Diminuição das situações de racismo e xenofobia (participantes no Projeto Viv@cidade).
- Pacífico; atitude boa das pessoas. (Tapada das Mercês)
- Está em Portugal há 5 Anos. Até agora não reparou nada de mau. Honestamente. (Tapada das Mercês)
- As pessoas são preocupadas e bastante colaborativas [prestáveis] (Tapada das Mercês)
- «*Não vemos diferença entre nós e os portugueses*» (Tapada das Mercês)
- «*Temos total liberdade em Portugal. Não sofremos racismo. Já estive em muitos países mas nunca vi nada igual como em Portugal*» (Tapada das Mercês)

O que piorou

- Violência policial – «*normalmente não é abordada a forma como a polícia entra nos bairros. A polícia viola direitos e espanca jovens nas esquadras para onde os leva. Esta realidade, no entanto, está escondida mas tem piorado*» (Queluz)

Preocupações/ Necessidades

- Enfrentar situações de preconceito racial/ étnico (participantes no Projeto Viv@cidade)
- *Nasci em Portugal e não sou portuguesa por causa da cor? Em Cabo Verde não sou cabo-verdiana* (Queluz)
- «*Estou integrada na sociedade portuguesa e não tenho problemas, mas a minha filha tem 14 anos e sofre discriminação. Pergunta-me “porque tenho essa cor?” Tem dificuldade em integrar a sociedade portuguesa.*» (Queluz)
- Violência policial - «*Os polícias chegam e não querem saber o que se passou. Há um roubo na estação e eles chegam ao Pendão e começam logo a bater. Não querem saber quem é ou quem foi. Não nos respeitam*» (Queluz)
- «*A comunicação social é discriminatória. Os comentários no Correio da Manhã e na TVI são racistas*» (Queluz)
- «*O racismo nas ruas e na comunicação social*»

O que poderia ser feito

- A violência policial nos bairros e sobretudo afrodescendentes – é necessária uma medida específica para trabalhar com a polícia. (Queluz)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito dos protocolos de gemação que o Município de Sintra mantém com outros municípios, cinco correspondem aos cinco países de língua portuguesa (Cf. Diagnóstico do PCIS, 2015: 91).

Nesse contexto, a Câmara Municipal de Sintra realizou, em 2016, o evento *Encontro de Culturas*, na Quinta da Ribafria (Sintra), no âmbito das comemorações do Dia do Município (29 junho). Com a iniciativa pretendeu promover o diálogo intercultural e a integração de pessoas de várias culturas e onde estiveram representadas todas as cidades com as quais o município de Sintra mantém acordos de gemação e cooperação. Entre 29 de junho e 3 de julho decorreram espetáculos musicais e de dança, exposições, *workshops*, conferências, feira das tasquinhas, entre outros, com entrada gratuita.

Durante as sessões de diagnóstico, à semelhança do sucedido em 2015, são os cidadãos que mais críticas fazem ao desempenho das respetivas missões diplomáticas. A falta de apoio aos doentes evacuados foi ainda assinalada pelas JF, conforme exposto no texto sobre a área da Solidariedade e Resposta Social, onde o problema foi abordado com maior profundidade.

Este ano, os cidadãos imigrantes deram também nota de dificuldades a nível das missões diplomáticas portuguesas sediadas nos seus países de origem, designadamente, um cidadão de origem guineense.

Resultados das sessões de diagnóstico

O que melhorou

- «*O Consulado de Angola já manda pedir os registos criminais. Demoram 45 dias, mas é uma boa notícia*» (Associações)

- «*É uma luta de longa data... o meu pai é cabo-verdiano e eu angolana. É tudo mais fácil para os cabo-verdianos. Está mais organizado do que Angola. E em Angola também é mais caro*». (Testemunho na sequência da afirmação anterior, (Associações)

O que piorou

- Aumento significativo de imigrantes em situação irregular que estão no País (e.g. abrigo de protocolos de saúde), por tempo indeterminado e sem quaisquer apoios financeiros por parte das embaixadas ou familiares (JF)

- «*Os portugueses do Consulado da Guiné Bissau, sinceramente, eu não sei como funcionam. Estou cá há 6/7 anos com o meu pai. Tenho casa em meu nome. Mande os papéis para o consulado... tudo o que me pediram. A minha mãe não consegue vir. Agora sei que o visto da minha mãe já foi confirmando. Os contactos com o Consulado de Portugal na Guiné Bissau são muito difíceis. Os contactos não funcionam. Faço tudo o que pedem... eles não dão vistos a quem está legal. Só vendem os vistos. Isso passou-se com uma pessoa que conheço e com a filha dela.*

A minha mãe teve que pagar o agendamento. Ela fez online e esteve 6 meses sem resposta. Foi lá, pagou 150,00€ e foi tudo mais rápido. Eles fazem negócio» (Tapada das Mercês)

- Doentes – as embaixadas não apoiam (São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Angola) (Aqualva)

O que poderia ser feito

- «Chamar à responsabilidade as nossas missões diplomáticas. Muitas vezes estão aqui só a fazer vaidade. O trabalho deles é cuidar de nós. A integração da comunicação social é ótima para despoletar isso. E também para a participação nas festas e atividades» (Aqualva)

RELIGIÃO

«No que diz respeito à “perceção da discriminação na sociedade”, os dados do Eurobarómetro da edição de 2015 mostram que a discriminação com base na origem étnica é considerada comum para 64% dos respondentes em Portugal (semelhante à média da UE28 – 64%, sendo a discriminação com base na religião ou crenças considerada comum para 32% dos inquiridos de Portugal – quando para a média dos inquiridos da UE28 se atinge uma percentagem mais elevada, de 50%. Ainda no que concerne a perceção da discriminação na sociedade, 44% dos respondentes de Portugal considera que a cor da pele ou a origem étnica poderão desfavorecer um candidato a emprego (face a 46% registados para a média europeia). No entanto, apenas 15% dos inquiridos de Portugal considera a expressão de uma crença religiosa algo que poderá desfavorecer um candidato a emprego (muito menos expressivo, por comparação aos 33% da média dos europeus da EU).

O Eurobarómetro analisou simultaneamente as “atitudes pessoais face à discriminação”, concluindo que apenas 9% dos respondentes de Portugal se sentiria desconfortável se no cargo político mais elevado do país estivesse uma pessoa de uma religião diferente da maioria (contra 16% dos europeus da UE 28 (...)) Já no que diz respeito a colegas de trabalho, os inquiridos de Portugal atingem piores resultados do que a média da UE28 no que toca a ter colegas de trabalho judeus, asiáticos e budistas, uma vez que as percentagens dos que afirmam sentir-se desconfortáveis (9%, 8% e 8%, respetivamente) é superior à média da UE 28 (6%, 6% e 7%, respetivamente).

(...) 6% dos respondentes de Portugal afirma que se sentiria desconfortável caso um dos seus colegas de trabalho fosse de “raça negra” (percentagem semelhante para a média da UE 28, sendo que no caso de colegas muçulmanos essa percentagem sobe para 12% nos portugueses e 13% para a média da UE28 , e relativamente a colegas de etnia cigana as percentagens obtidas são de 19% dos respondentes de Portugal a declararem sentir-se desconfortáveis e de 20% para a média da EU 28.» (REA, 2017: p.249).

Os resultados citados são interessantes por confirmarem a perceção quase intuitiva sobre o facto da tolerância à diferença diminuir à medida que vai implicando maior proximidade social. Como as respostas mostram, os cidadãos europeus parecem ter maior tolerância no caso de serem representados por um presidente da república que professe uma religião diferente da majoritária a ter um colega de trabalho nas mesmas condições.

Nos encontros que temos tido com os responsáveis pelas associações de origem imigrante, temos também recolhido as suas impressões acerca da forma com os portugueses se relacionam: Cumprimentam, alguns até se mostram afáveis, mas a passagem para níveis de maior intimidade faz-se muito lentamente. Isto também será válido para as suas atitudes face às pessoas que professam diferentes religiões.

Nesse sentido, não se pode deixar de salientar os esforços de aproximação às comunidades locais que os líderes das associações de inspiração islâmica sediadas em Sintra têm vindo a desenvolver. Desde logo, através da aproximação às entidades públicas – articulação e realização de atividades conjuntas com a Câmara Municipal de Sintra e com as juntas de

freguesia dos respetivos territórios (Tapada das Mercês e cidade de Agualva-Cacém) – mas sobretudo procurando abrir-se à comunidade no seu todo.

Em 2011, mais de 35% das pessoas que estiveram integradas nas atividades desenvolvidas pela Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins tinham nacionalidade portuguesa. Nesse período, o trabalho da Associação foi reconhecido não apenas pelas autoridades locais e nacionais. A Associação foi distinguida no *SOLIDAR Silver Rose Awards 2013*, enquanto vencedora da *European Social Justice Category*. A participação da Associação no concurso deveu-se à indicação da deputada do Parlamento Europeu, Ana Gomes.

Em maio de 2017, o presidente da Associação foi convidado a participar nas *Conferências 14-18*, destinada aos alunos os finalistas do Curso Profissional de Artes do Espetáculo da Escola Secundária de Santa Maria e que estavam a preparar o espetáculo sobre a Primeira Guerra Mundial que viria a constituir o seu estágio final. A iniciativa foi promovida pela MUSGO Produção Cultural, com o apoio da União das Freguesias de Sintra:

«As conferências arrancam já na próxima quarta-feira e prolongam-se até ao dia 7 de Junho. Abertas a toda a comunidade, abordam temas como o Daesh, o Islão, os alegados “gangs” da linha de Sintra ou a participação portuguesa no primeiro conflito mundial. Juntam sociólogos, historiadores, assistentes sociais, investigadores, jornalistas e o presidente de uma associação islâmica sintrense.

Eis o programa completo:

17 de Maio/14:30h

- Raquel Moleiro, *Os Jiadistas Portugueses*
- Mamadou Bah, Presidente da Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins

24 de Maio/15:30h

- Ana Paula Pires, *Portugal e a Primeira Guerra Mundial*
- João Rodil, *Sintra na Primeira Guerra Mundial*

31 de Maio/15:30h

- António Brito Guterres, *Gangs da Linha de Sintra*
- Susana Mesquita, *Jovens, Delinquência e Habitação Social*

7 de Junho/15:30h

- Maria José Oliveira, apresentação em Sintra do livro *"Prisioneiros Portugueses da Primeira Guerra Mundial"*» (Extraído da divulgação da iniciativa via correio eletrónico)

Essa conferência ficou marcada pela grande participação e correção dos alunos presentes ao colocar as questões e por uma abordagem pedagógica por parte dos oradores, tentando sempre recriar as respostas nos limites do que sabiam ser *culturalmente possível* para os alunos.

No concelho de Sintra, reside já um número expressivo de pessoas que professam outras religiões que não a majoritária. Se bem que no número das pessoas que se dizem católicas se devam contar também as que se afirmam “católicas não praticantes”, isto é, aquelas que assumem o substrato cultural e civilizacional mas não a prática religiosa.

Conforme citado no Diagnóstico do PCIIS (p. 93):

«De acordo com os resultados dos Censos 2011, é a seguinte proporção entre as diferentes religiões no concelho de Sintra:

Quadro 38 – **Religiões mais representadas no concelho de Sintra, 2011**

Religião	Número	%
Católica	218.265	57,8
Outra Cristã	9.953	2,6
Protestante	5.474	1,4
Ortodoxa	3357	0,9
Muçulmana	2889	0,8
Outra não cristã	1527	0,4
Judaica	97	0,0
Sem religião	34.181	9,0
Não Responde	35.459	9,4
Pop. com menos de 15 anos	66.633	17,6
TOTAL	377.835	100,0

Fonte: INE – Censos 2011. Cit. IMAD».

JUSTIÇA

«(...) a análise da relação entre estrangeiros e sistema de justiça implica o reconhecimento da necessidade de relativizar os valores obtidos através das percentagens de reclusão e das taxas de condenação, uma vez que uma leitura direta e imediata dos números parece associar os estrangeiros à elevada propensão para a criminalidade. Para desconstruir este pressuposto erróneo (...) importa realçar que a mobilização de variáveis de natureza criminal e penal evidencia que a evolução do número de estrangeiros nas prisões portuguesas não está inteiramente correlacionada com a evolução dos fluxos migratórios acolhidos em Portugal. Muitos dos reclusos estrangeiros são “indivíduos em trânsito”, isto é, são estrangeiros mas não são imigrantes, não tendo residência nem atividade profissional em Portugal». (REA, 2017, p. 239)

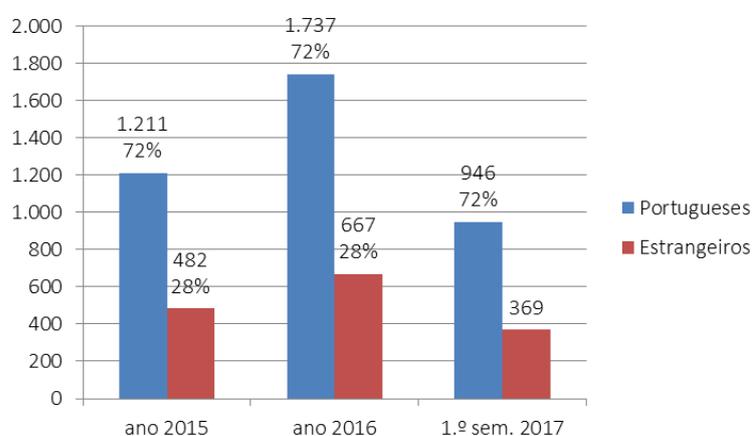
Por outro lado, o peso dos reclusos estrangeiros no sistema prisional português deve ser comparado com o de outros países europeus: «Em 2015, segundo as estatísticas penais publicadas pelo Conselho da Europa, Portugal apresentava 17,5% de estrangeiros no sistema prisional, enquanto países como o Luxemburgo, a Grécia e a Áustria tinham mais de 50% de estrangeiros nas respetivas populações prisionais (73,6%, 54,5% e 53,3%, respetivamente), a Bélgica tinha 40,1%, o Chipre 38,2% e a Itália e a Alemanha apresentavam valores a rondar os 30% (33% e 31,3% respetivamente). Em 2015, também a Espanha, Dinamarca, Suécia e Holanda registavam valores superiores a Portugal (REA, 2017, p.240).

Na análise da situação em Portugal importa também realçar que os cidadãos estrangeiros estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva: Em 2015, no seio da população estrangeira 26,7% correspondia a essa situação e 73,3% a indivíduos condenados (para a população prisional portuguesa os valores eram de 14,0% e 86,0% respetivamente). Em 2016, os indivíduos sujeitos à medida de prisão preventiva desceram um pouco nos dois grupos com 25,8% e 13,3% respetivamente. Os indivíduos condenados representam 86,7% dos portugueses e 74,2% dos estrangeiros. (REA, 2017, pp. 240, 241)

Ainda segundo a mesma fonte, que recorre a dados da Direção Geral dos Serviços Prisionais, em 2015, o número total de reclusos estrangeiros no sistema prisional português foi de 2 495 indivíduos e, em 2016, de 2 295 indivíduos (p.242).

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais/ Lisboa Penal 3¹³, o número de processos relativos a cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Sintra aumentou entre 2015 e 2016, tendo passado de 482 para 667 processos. Até ao fim do primeiro semestre de 2017, estavam registados 369 processos de estrangeiros. O número de processos não corresponde exatamente ao número de indivíduos, pois um indivíduo pode ser sujeito de mais do que um processo. Os processos de cidadãos estrangeiros representavam 28% do total de processos para os dois primeiros anos em análise:

Lisboa Penal 3
Quadro 39 - N.º Pessoas com processos entrados nos anos 2015 e 2016 e primeiro semestre 2017, por nacionalidade



Fonte: DGRSP – Lisboa Penal 3 (setembro 2017)

Através do *Gabinete de Apoio à Cidadania*, a Associação Olho Vivo apoiou 39 indivíduos ex-reclusos estrangeiros e, em 2016, 36 indivíduos.

Em 2015, através do Projeto *Incluir Mais – Gabinete de Apoio à Reinserção de Ex-Reclusos NPT*-cofinanciado pelo FEINPT, a Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra apoiou 55 indivíduos. Em 2017, integrado na candidatura que o Município de Sintra apresentou ao FAMI para cofinanciamento das medidas de nível 2 do PCIS, o *Gabinete de apoio à Reintegração de NPT com problemas com a Justiça* apoiou 49 indivíduos, com predominância vincada para os jovens do sexo masculino.

A passagem pelo sistema prisional coloca aos cidadãos estrangeiros dificuldades acrescidas a nível dos processos de renovação da autorização de residência.

¹³ Agradecemos à Equipa Lisboa Penal 3 da DGRSP a disponibilização da informação. Esta diz respeito «(...) apenas e só a indivíduos que cumprem Penas/medidas de execução na Comunidade, ou seja em **liberdade**, sendo que a maioria nem cumpriu pena de prisão efectiva».

Jovens

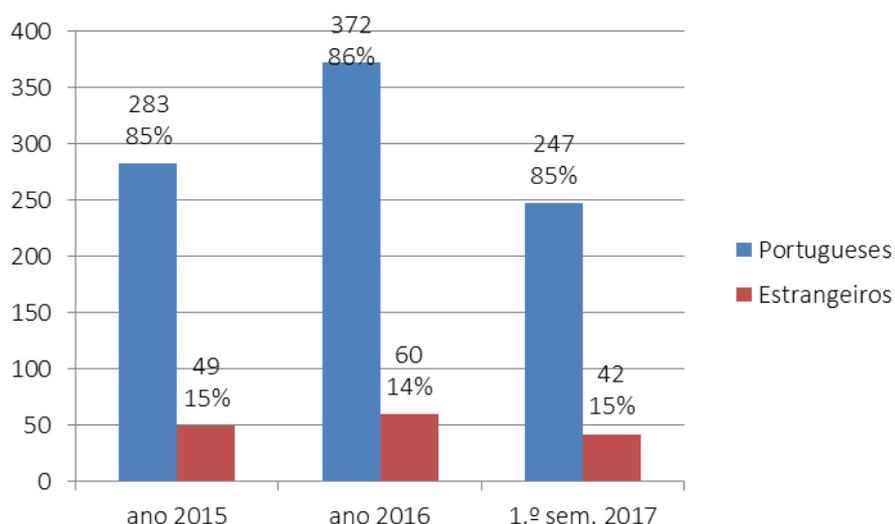
A integração dos jovens descendentes de migrantes NPT é objeto de preocupação para as entidades que intervêm no concelho, sobretudo para aquelas mais focadas na coesão social dos territórios, como é o caso das juntas de freguesia e da Câmara Municipal de Sintra. Compreende-se, por isso, a aposta e o envolvimento de um grande número de entidades nos Projetos Escolhas em curso no concelho, e em que as autarquias estão sempre presentes.

São os jovens descendentes de migrantes que, muitas vezes apanhados na não coincidência entre as pertenças sociais e as cidadanias formais, revelam maior dificuldade em manter-se nos percursos escolares regulares e que maior visibilidade detêm entre os *NEET* [*Nor in Education, Employment or Training*] no concelho. Esta situação é potenciadora de percursos menos favoráveis ao desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos e tem impactos nos percursos de desvio.

De acordo com os dados disponibilizados pela DGRSP/ Lisboa Tutelar Educativo 2¹⁴, a percentagem de jovens estrangeiros com processo é também superior ao peso relativo da população estrangeira no concelho, embora em valores bastante mais baixos face às encontradas para a população adulta. Também a nível dos jovens a situação parece agravar-se de 2015 para 2016, com o aumento do número de processos a nível geral, sendo a tendência geral também acompanhada pelo número de processos relativos a jovens estrangeiros.

Lisboa Tutelar Educativo 2

Quadro 40 - N.º Jovens com processos entrados nos anos 2015 e 2016 e primeiro semestre 2017, por nacionalidade



SIRS, 10 outubro 2017

Fonte: DGRSP – Lisboa Tutelar Educativo 2 (outubro 2017)

¹⁴ Agradecemos à Equipa Lisboa Tutelar Educativo 2 da DGRSP a disponibilização da informação.

Resultados das sessões de diagnóstico

- «*Mas há outros problemas que continuam. A não integração a nível dos jovens – constituição de grupos, etc. Os grupos... não são gangs. Marginalidade própria da circulação na linha do comboio*» (JF)
- «*É uma pena esses miúdos que assaltam, ninguém lhes dá a mão, não têm raízes,...*» (Serviços)
- «*Muita compaixão dos jovens que andam por aí e, se calhar, a culpa não é deles, mas é da sociedade em geral. Se todos juntos trabalhássemos e uníssemos esforços... os imigrantes não são um problema [só] da CMS, [só] da Segurança Social, [só] do Centro de Emprego ou [só] da Saúde...* » (Serviços)
- «*Os jovens na linha de Sintra estão a abandonar a escola muito cedo e a fazer as porcarias que não devem. Devia haver mais ajudas para esses miúdos. Às vezes não têm uma mãe ou um pai para lhes estender a mão. Deviam arranjar programas*» (Queluz).
- Justiça – decisões tomadas sem ouvir as pessoas (Queluz)

Documentos citados

Catarina Reis Oliveira (Coord.) e Natália Gomes – *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2017*. Observatório das Migrações. Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).

Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação e o Racismo: <http://www.cicdr.pt/>
Diagnóstico do Plano Concelhio para a integração dos migrantes em Sintra (2015-2017).

Michael Herzfeld, *The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of western bureaucracy*, [1992] 1993, The University of Chicago Press.

Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020).

Plataforma de registo atendimentos CLAIM – ACM, I.P.

Programa Nacional Portugal – FAMI.

Relatórios de Execução do Plano Concelhio para a integração dos migrantes em Sintra (2015-2017): 2015 e 2016.

Mapa de respostas do Concelho de Sintra

Nota: Não é objetivo deste documento identificar *todas* as respostas existentes no concelho de Sintra.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Posto Desconcentrado de Atendimento da Loja do Cidadão de Aqualva- Cacém

O Posto do SEF da LCAC entrou em funcionamento a 13 de abril de 2016. A criação de um Serviço no concelho constituía a medida 4 do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra 2015-2017. Não constituindo uma *resposta*, uma vez que o SEF não é um serviço de informação mas sim uma força de segurança com responsabilidades muito específicas, a sua presença no concelho facilita muito a vida dos cidadãos imigrantes que deixam de ser obrigados a deslocar-se a Cascais ou às Portas de Benfica para tratarem da renovação das autorizações de residência.

Acolhimento e integração

Identificação	Entidade que gere	Ano de criação	Dias & horário de funcionamento
CLAIM de Sintra	Câmara Municipal de Sintra	2007	Segunda a sexta- feira 9h00/13h00 14h00/16h00
Extensão da Loja do Cidadão de Aqualva- Cacém	Sintra	2016	Segunda a sexta-feira 9h00/17h00
CLAIM de Queluz	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	2003	Terça a sexta-feira 10h00/13h00 e 14h00/18h00 Sábado 14h00/19h00
CLAIM Itinerante	Olho Vivo		UF Cacém São Marcos; UF Aqualva – Mira Sintra; JF Casal de Cambra; UF Massamá e Monte Abraão
Apoio aos imigrantes	ACAS – Associação Luso cabo-verdiana de Sintra	2003	Segunda a quarta-feira das 9h00/13h00 e das 14h00/18h00

<i>Identificação</i>	<i>Entidade que gere</i>	<i>Ano de criação</i>	<i>Dias & horário de funcionamento</i>
Atendimento e encaminhamento	Estrela da Lusofonia – Associação Recreativa e Cultural	2010	Segunda, quarta e sexta-feira, 15h00/20h00 (marcação prévia)
Atendimento e encaminhamento	Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário	2000	Segunda-feira 10h00/12h00 e 14h00/18h00 Terça-feira 10h00/12h00 e 14h00/16h00 (marcação prévia)
Atendimento e encaminhamento	Casa da Guiné – Associação de Solidariedade Social	2002	Segunda e quarta-feira 18h00/20h00 Sábado 10h00/12h00 (marcação prévia)
Balcão da Casa do Cidadão de Cabo Verde	ACAS – Associação Luso cabo-verdiana de Sintra	2015	Segunda a sexta-feira 10h00às 17h00 (c/pausa almoço)

Acolhimento e integração

<i>Nome da resposta</i>	<i>Em que consiste?</i>
CLAIM de Sintra/CMS	Prestar informação no âmbito dos enquadramentos legais da imigração e da nacionalidade aos cidadãos imigrantes; prestar informação da mesma índole às instituições; facilitar o acesso ao exercício dos direitos em articulação com os serviços e com outras associações e instituições que apoiam os cidadãos imigrantes.
CLAIM Olho Vivo	«Proporcionar respostas locais articuladas a nível das necessidades de acolhimento e integração das comunidades imigrantes residentes em Sintra» http://www.olho-vivo.org/claii.html
Balcão da Casa do Cidadão de Cabo Verde	Obtenção de documentos emitidos pela Administração Central de Cabo Verde para os cidadãos cabo-verdianos: Certidão do registo criminal, certidão de óbito; certidão de perfilhação; certidão de casamento; certidão de nascimento; registo do cidadão no Portal – www.portondinosilha.cv .

Urbanismo e Habitação

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Divisão de Habitação e Serviços Comunitários	Câmara Municipal de Sintra

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) / Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas/ PAICD, cofinanciado pelo FEDER

Mercado de trabalho e empreendedorismo

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra	Instituto do Emprego e Formação Profissional
Autoridade para as Condições do Trabalho	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Câmara Municipal de Sintra: <ul style="list-style-type: none"> ▪ GIP Sintra (DSI/ Portela Sintra) ▪ GIP Cacém (Loja do Cidadão de Aqualva-Cacém)
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	União das Freguesias de Aqualva – Mira Sintra
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	União das Freguesias de Cacém – São Marcos
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	União das Freguesias de Massamá – Monte Abraão
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pêro Pinheiro
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Junta de Freguesia de Casal de Cambra
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Associação Quinta Essência
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Centro Social Paroquial de Algueirão-Mem Martins e Mercês: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Algueirão (Sede) ▪ Tapada das Mercês (Espaço COM.Unidade)
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Junta de Freguesia de Rio de Mouro
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Centro Social e Paroquial S. João das Lampas
Rede de Empregabilidade de Sintra	Fundação Aga Khan/ Programa K' Cidade (parceria entre sector público, privado lucrativo e sem fins lucrativos)
Fábrica do Empreendedor de Aqualva – Cacém	Câmara Municipal de Sintra e SEACOOOP – Agência de Empreendedores Sociais
Associação Empresarial Região Lisboa – AERLIS	----
Associação Empresarial de Sintra – AE Sintra	----

<i>Identificação da Resposta</i>	<i>Em que consiste</i>
Gabinete de Inserção Profissional	«Os GIP são promovidos por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos credenciadas para apoiar os desempregados no seu percurso de inserção no mercado de trabalho».
Rede de Empregabilidade de Sintra	Pretende ser uma estrutura de referência para a comunidade, no incremento das respostas à população desempregada, no desenvolvimento do seu perfil de empregabilidade e na melhoria das suas competências empreendedoras, tendo em vista a promoção do dinamismo socioeconómico local. A intervenção assenta no acompanhamento de proximidade, que permite atuar na resolução de conflitos e na minimização da frustração, no job matching e no treino de competências.
Fábrica do Empreendedor de Aqualva – Cacém	<i>Espaço de apoio nas áreas do emprego, formação/ qualificação, criação de negócios, promoção de competências empreendedoras, dinamização de projetos de intervenção comunitária e animação territorial.</i>

Educação e Língua

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Agrupamento de Escolas Igualva e Mira Sintra	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Algueirão – Mestre Domingos Saraiva	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Alto dos Moinhos	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas António Sérgio	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas D. Carlos I	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas D. João II	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas D. Maria II	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Escultor Francisco dos Santos	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Lápias	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Leal da Câmara	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Massamá	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Mem Martins	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Miguel Torga	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Monte da Lua	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Queluz / Belas	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Leal da Câmara	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Ruy Belo	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Escola Secundária Ferreira Dias	Direção do Agrupamento / CMS / MEC
Português para Falantes de Outras Línguas (adultos)	IEFP; Agrupamentos de Escolas de Sintra
Português como Língua Não Materna (crianças e jovens)	Agrupamentos de Escolas de Sintra

Projetos Escolhas 6.ª Geração	
Projeto O espaço, desafios e oportunidades E6G/ Tapada das Mercês	Junta de Freguesia de Algueirão Mem Martins Associação CIAPA – Centro Aeroespacial
Projeto KS Escolhas E6G/ Casal de S. José	Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra
Projeto Agir Mais E6G/ Serra das Minas	Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra
Projeto Orienta-te E6G/ Rinchoa - Fitares	JF de Rio de Mouro Associação Juvenil A Ponte
Projeto Desafios E6G/ Mira Sintra	Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário
Projeto Viv@Cidade E6G/ Agualva e Cacém	União das freguesias de Agualva-Mira Sintra Associação Olho Vivo
Projeto Raízes E6G/ Monte Abraão	União das Freguesias de Massamá Monte Abraão APDJ – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil
Projeto Meg@tivo E6G/ Pêgo Longo - Pendão	Olho Vivo – – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos
Projeto Inovar 3E E6G/ Casal de Cambra	Junta de Freguesia de Casal de Cambra e Associação CIAPA – Centro Aeroespacial

<i>Nome da resposta</i>	<i>Em que consiste?</i>
Projetos Escolhas	<p>Projetos financiados no âmbito do Programa Escolhas – Despacho normativo n.º 19 – A/ 2015, de 12 outubro.</p> <p>Programa de âmbito nacional (e internacional nesta Geração) que <i>visa promover a inclusão social das crianças e jovens provenientes dos contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.</i> O Programa estrutura-se em 5 áreas estratégicas de intervenção: a) Educação e formação; b) Empregabilidade e emprego; c) Participação, direitos e deveres cívicos e comunitários; d) Inclusão digital; e) Capacitação e empreendedorismo.</p>
Português para Falantes de Outras Línguas	<p>Formação em língua portuguesa dirigida a cidadãos imigrantes e seus descendentes (Art.º 6.º Despacho n.º 18478/2008, de 10 de julho). Os agrupamentos de escolas e os centros de formação do IEFP podem candidatar-se à execução de ações de formação. No entanto, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio a Região de Lisboa deixou de poder beneficiar de cofinanciamento para este objetivo.</p>
Português como Língua Não Materna	<p><i>A oferta da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) no currículo dos ensinos básico e secundário encontra-se prevista nos artigos 10.º e 18.º, respetivamente, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho. A escola, no âmbito da sua autonomia e do seu projeto educativo, poderá conceber outras medidas específicas de desenvolvimento do PLNM, designadamente programas de tutoria ou de mentoria. Fonte: Site DGE</i></p>

Capacitação e Formação

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra	Instituto do Emprego e Formação Profissional
Rede de Empregabilidade de Sintra	Fundação Aga Khan – Programa K’ Cidade (<i>parceria entre sector público, privado lucrativo e sem fins lucrativos – Cf. PMIM</i>)
Fábrica do Empreendedor de Agualva – Cacém	Câmara Municipal de Sintra e SEACOOOP – Agência de Empreendedores Sociais
Entidade formadora certificada	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos

Cultura

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Biblioteca Municipal de Sintra (Casa Mantero) Pólo Agualva Cacém Pólo Queluz Pólo da Tapada das Mercês	Câmara Municipal de Sintra (Departamento de Turismo e Cultura)
Auditórios Centro Cultural Olga de Cadaval Auditório Casa da Cultura Lívio de Morais Auditório Municipal António Silva	
Museus Municipais: Casa Museu Leal da Câmara MU.SA – Museu das Artes de Sintra Museu Anjos Teixeira Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas Museu Ferreira de Castro Museu de História Natural	
Espaços culturais Quinta da Riba Fria Quinta Nova da Assunção	

O IMACS (Inscrição Municipal de Associação Cultural de Sintra) conta com 82 associações com atividade em vários domínios da cultura e das artes.

Desporto

Pequenas Rotas de Sintra e Grande Rota 11 “Caminho do Atlântico”

Os percursos pedestres são um excelente modo de conhecer o património natural e cultural do município.

Usufrua das Pequenas Rotas de Sintra e da Grande Rota “Caminho do Atlântico”, percursos que são feitos sem acompanhamento, mediante marcas no terreno, painéis informativos e ficheiros de georeferenciação, disponíveis para *download* no site (<http://www.activesintra.com/>).

Desporto (informação disponibilizada pela Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Sintra)

Percursos Pedonais Urbanos

A Câmara Municipal de Sintra, com o objetivo de promover a mobilidade física nos aglomerados urbanos, implantou três Percursos Pedonais Urbanos, designadamente, Circuito de Rio de Mouro, Circuito de Massamá e Circuito do Cacém (disponíveis para download no site (<http://www.activesintra.com/>)).

Movimento Associativo

No município de Sintra, encontram-se presentemente inscritas na Divisão de Desporto 109 associações (associações desportivas e clubes/grupos motards), as quais proporcionam a prática de diversas atividades a largos milhares de jovens/adultos.

A Câmara Municipal de Sintra, com o objetivo de apoiar o movimento associativo, criar melhores condições de prática desportiva, aumentar o número de praticantes e contribuir para o desenvolvimento de diversas modalidades presta apoio nas seguintes áreas: Apoio à Beneficiação e Manutenção de Instalações, Apoio à Atividade Regular, Apoio através da cedência gratuita das Instalações Desportivas Municipais e Apoio na inscrição de atletas nas diversas Associações/Federações de modalidade (inclui seguro desportivo e fornecimento ou revalidações de cartões).

Instalações Desportivas Municipais

As instalações desportivas municipais proporcionam, aos utentes inscritos, a prática regular de diversas atividades desportivas, para além de proporcionarem condições de treino e de

competição ao movimento associativo, bem como às escolas no âmbito das atividades do Desporto Escolar¹⁵.

<i>Instalações</i>	<i>Valências</i>
Pavilhão Municipal de Casal de Cambra	Pavilhão e Sala de exercício
Pavilhão Municipal da Serra das Minas	Pavilhão
Complexo Desportivo Municipal João Carlos Cifuentes	Pavilhão e Piscina
Complexo Desportivo Municipal de Fitares	Piscina e Sala de exercício
Piscina Municipal de Mira Sintra	Piscina
Piscina Municipal de Ouressa	Piscina
Complexo Desportivo Municipal de Sintra	Ténis

¹⁵ Agradecemos à Divisão de Desporto da CMS a redação dos textos sobre esta área.

Saúde

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

USF – Unidade de Saúde Familiar

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
UCSP Monte Abraão	ACES Sintra
UCSP Belas	
UCSP Lusíadas (Queluz)	
UCSP Casal de Cambra	
USF Mãe D'Água (Massamá)	
USF Mactamã (Massamá)	
UCSP Olival (Cacém)	
USF Flor de Lotus/Cacém Olival	
USF S. Marcos	
UCSP Aqualva	
USF Mira Sintra	
USF Alpha Mouro (Rio de Mouro)	
USF Albasaúde (Albarraque)	
UCSP Rio de Mouro	
UCSP Algueirão	
UCSP Tapada das Mercês	
USF Natividade (Ouessá)	
USF Cyntia (Sintra)	
UCSP Sintra	
USF Colares	
USF Monte da Lua (Várzea de Sintra)	
UCSP Terrugem/S. João das Lampas	
USF Lapiás (Pêro Pinheiro)	
UCSP Almargem do Bispo + Negrais + Sabugo + Dona Maria	

Projeto de Apoio ao Comércio e Serviços – Promoção da Venda Responsável de Álcool e Tabaco¹⁶

Parceria CMS; Divisão de Comportamentos Aditivos e Dependências da ARSLVT; PSP e GNR. Sensibilizar os comerciantes (na área da restauração, bares, cafés, mercearias, supermercados, etc) cujos estabelecimentos se situam nas proximidades das escolas (Freguesias de Rio de Mouro; Algueirão Mem Martins; UF Sintra e UF Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar), com distribuição de material pedagógico de apoio, relativamente à Venda responsável de Álcool e Tabaco. O Projeto prevê, também ações de formação para comerciantes sobre a temática, a realizar na sede da Associação Empresarial de Sintra.

Projeto de Intervenção em Crianças e Famílias em Risco – Consulta Externa de Pedopsiquiatria/Psicologia da Infância e (Protocolo com a Casa de Saúde do Telhal)

Resposta do setor social da saúde, financiada pelo Município, com objetivo de promover o acesso à Saúde Mental Infantil e Juvenil, para de crianças e jovens pertencentes a famílias vulneráveis do ponto de vista económico e social, designadamente nas áreas da Pedopsiquiatria. As crianças e jovens são encaminhados pela Comunidade Educativa, Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social, Equipas Tutelar Educativa, CPCJs; Juntas de Freguesia e demais organizações com programas de intervenção comunitária.

Projeto Integrado na Área da Saúde Mental da Infância e Famílias em Risco – Acesso à Consulta Externa de Psiquiatria/Psicologia e à Unidade Sócio – Ocupacional “Espaço Self” (Protocolo com Casa de Saúde da Idanha)

Resposta do setor social da saúde, financiada pelo Município, com objetivo de promover o acesso à Saúde Mental Infantil e Juvenil, para de crianças e jovens pertencentes a famílias vulneráveis do ponto de vista económico e social, designadamente nas áreas da Pedopsiquiatria, Psicologia e Unidade Sociocupacional. As crianças e jovens são encaminhados pela Comunidade Educativa, Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social, Equipas Tutelar Educativa, CPCJs; Juntas de Freguesia e demais organizações com programas de intervenção comunitária.

Projeto Rastrear para Prevenir – Diagnóstico Precoce de VIH/SIDA e outras IST

Programa de Rastreios para prevenção e deteção precoce do VIH/SIDA, Hepatites e Sífilis a grupos específicos (imigrantes, utilizadores de drogas intravenosas, pessoas sem-abrigo,

¹⁶ Agradecemos à nossa colega, Dra. Fátima Rodrigues (DSAS), a redação dos textos sobre os programas/projetos na área da Saúde.

trabalhadores do sexo e seus clientes e homens que fazem sexo com homens), através da realização de testes rápidos de forma anónima, confidencial e gratuita, com pré e pós aconselhamento bem como encaminhamento, com autorização da pessoa, para as unidades de saúde, nas situações de testes positivos. Este Projeto desenvolve-se em parceria com a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, desenvolvimento Social e de Saúde.

Promoção e Educação para a Saúde Mental na Adolescência e Juventude – Sessões Psicoeducativas nas Escolas

O objetivo deste projeto é ajudar adolescentes e jovens na identificação precoce de sinais de psicopatologia, designadamente perturbações de ansiedade e depressão, bem como orientar para respostas diferenciadas em Saúde Mental. As Sessões Psicoeducativas nas Escolas constituem, assim, uma importante resposta no sentido da Promoção da Literacia em Saúde bem como a prevenção do agravamento de quadros patológicos mais complicados. As sessões realizadas nas escolas têm a duração máxima de três horas, até 40 participantes, e destina-se a alunos, pais, professores e pessoal não docente.

Este projeto desenvolve-se em parceria com a ADEB – Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares.

Plano Municipal para a Cidadania e Promoção da Dignidade Humana 2015-2017

Existem 8 instituições/associações com intervenção na área da Saúde no concelho de Sintra

Solidariedade e Resposta Social

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável</i>
Serviço Local de Sintra	Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa/ ISS, I.P.
Fundo de Emergência Social	Departamento de Solidariedade e Inovação Social/ Câmara Municipal de Sintra
Banco de Recursos de Apoio às famílias de Sintra	Departamento de Solidariedade e Inovação Social/ Câmara Municipal de Sintra
Programa de Apoio Alimentar	Departamento de Solidariedade e Inovação Social/ Câmara Municipal de Sintra (e parceiros)
Atendimento social	Juntas de freguesia do concelho: Agualva e Mira Sintra, Algueirão Mem Martins, Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, Cacém São Marcos, Casal de Cambra, Massamá Monte Abraão, Rio de Mouro e S. João das Lampas Terrugem, União das freguesias de Sintra
Cantina social ¹⁷	Centro Social Paroquial São João das Lampas (UF São João Lampas e Terrugem)
Cantina social	VITAE-Associação Solidariedade Desenvolvimento Internacional (Queluz-Belas)
Cantina social	Centro Social Sagrada Família (UF Queluz Belas)
Cantina social	CERCITOP (Algueirão Mem Martins; Almargem do Bispo e Casal de Cambra, Agualva e Mira Sintra)
Cantina social	Centro Comunitário da Terrugem (UF São João Lampas e Terrugem)
Cantina social	Centro Social de Pêro Pinheiro (UF Almargem Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar)
Cantina social	SOLAMI/ Centro Comunitário de Casal de Cambra
Cantina social	Centro Social Paroquial de Colares
Cantina social	Centro Comunitário da Paróquia de Algueirão Mem Martins
Cantina social	Santa Casa da Misericórdia de Sintra (UF Sintra)
Cantina social	Fundação António Silva Leal I (UF Sintra)
Cantina social	Centro Comunitário da Paróquia de Rio de Mouro

¹⁷ Agradecemos ao ISS, I.P./CLD/Setor de Sintra, a disponibilização da informação sobre a resposta de cantina social.

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável</i>
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), financiado pelo Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Carenciadas	Câmara Municipal de Sintra – entidade coordenadora Entidades mediadoras: União das freguesias de Agualva Mira Sintra Junta de Freguesia de Algueirão Mem Martins União das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar União das freguesias de Cacém São Marcos Junta de Freguesia de Casal de Cambra União das freguesias de Massamá Monte Abraão Junta de Freguesia de Rio de Mouro União das Freguesias de Sintra Centro Social Paroquial de Colares Centro Social Paroquial de São João das Lampas
Apoio alimentar	Estrela da Lusofonia – Associação Recreativa e Cultural
Apoio alimentar	Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário Protocolo com Pingo Doce e em parceria com Grupo socio caritativo da Paróquia de São Francisco de Assis
Apoio alimentar	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos em parceria com JF Queluz – Belas
Apoio alimentar	Ser Alternativa – Associação de Apoio Social
Apoio alimentar	CSPAMM
Centro de Acolhimento de Emergência	Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa/ ISS, IP, VITAE. Protocolo com CMS
Programa ArVoRe (Retorno voluntário)	Organização Internacional das Migrações (OIM) Inscrição nos CLAI da Associação Olho Vivo e no CLAI da CMS (Portela de Sintra e da LCAC)
Loja social	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos

Instituições e associações com intervenção no concelho de Sintra

- Apoio a Idosos: 74
- Apoio Infância: 34 (+ 6 Centros de acolhimento e lares)
- Apoio à pessoa com deficiência: 10

Cidadania, participação cívica e igualdade de género

1. Associações e instituições que trabalham com cidadãos imigrantes e com as problemáticas imigração (e associações que integram o CIP Imigrantes do Conselho Local de Ação Social)

<i>Identificação</i>	<i>Principais áreas de atuação ou tipo de atividades desenvolvidas</i>
Associação Estrela da Lusofonia (imigrantes /reconhecida pelo ACM, I.P)	Atendimento e encaminhamento de cidadãos imigrantes para as respostas adequadas; apoio alimentar (recolha grandes superfícies); atividades de dinamização desportiva. Integra o CIP Imigrantes.
Associação Balodiren (imigrantes/ reconhecida pelo ACM, I.P.)	Ações de sensibilização sobre os temas da violência doméstica e contra a MGF. Integra o CIP Imigrantes.
Associação CIAPA – Centro Aeroespacial	Projetos e atividades na área da Educação, formação vocacional e profissional, ciência, tecnologia, empreendedorismo, empregabilidade, cultura, ação social, comunitária ambiente e desporto.
Associação dos Filhos e Amigos de Farim Cumusse (em processo de Reconhecimento por parte do ACM, I.P.)	Promoção das capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades imigrantes e seus descendentes, visando a melhoria das condições de vida, de modo a permitir a sua plena integração e inserção nas sociedades de acolhimento; Apoio e capacitação das mulheres na defesa e concretização dos seus direitos; Sensibilização e combate ao fenómeno da mutilação genital feminina (MGF), casamentos forçados e outras práticas nefastas tanto nos países de acolhimento como nos países de origem. Integra o CIP Imigrantes.
Associação Islâmica de Sintra (entidade religiosa)	Mesquita; encaminhamento de cidadãos imigrantes para as respostas adequadas. Dentro da comunidade dos crentes o apoio social integra a prática religiosa. Integra o CIP Imigrantes.
Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra (imigrantes e IPSS/ reconhecida pelo ACM, I.P.)	Intervenção comunitária. Intervenção com crianças e jovens. Projetos Escolhas (2 – Serra das Minas e Casal de São José). Atendimento e encaminhamento de cidadãos imigrantes a nível da regularização e outras questões,

<i>Identificação</i>	<i>Principais áreas de atuação ou tipo de atividades desenvolvidas</i>
	incluindo situações sociais. Projetos a nível das questões da saúde (dependências) no âmbito de candidatura à Ação 1 do FEINPT (inclui o gabinete de apoio ao imigrante). Projetos de dinamização cultural. GIP. Integra o CIP Imigrantes.
Associação dos Naturais e Amigos de Angola em Portugal – ANAAP (imigrantes/ não reconhecida pelo ACM, I.P.	A Associação constituiu-se muito recentemente. Integra o CIP Imigrantes.
Casa da Guiné (imigrantes e IPSS/ reconhecida pelo ACM, I.P.)	Atendimento a nível das questões jurídicas (regularização e outros assuntos); apoio social (aquisição de medicamentos, transporte para hospitais); apoio alimentar. Integra o CIP Imigrantes.
Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário (IPSS)	Intervenção comunitária. Intervenção com crianças e jovens. Projeto Escolhas (Mira Sintra). Atendimento social integrado. Apoio nos processos de regularização. Apoio alimentar (FEAC e recolha grandes superfícies). Atividades culturais. Integra o CIP Imigrantes. Associação eleita para representar o Colégio no Plenário
A Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins (imigrantes e IPSS/ reconhecida pelo ACM, I.P.) – Associação	Em anos anteriores, a ACITMMM desenvolveu um projeto de intervenção comunitária com várias linhas de ação, entre outras: apoio escolar, formação (entidade executora deste eixo em parceria com o Programa K’Cidade no âmbito do CLDS da Tapada das Mercês), alfabetização, programas de ocupação dos tempos livres nas pausas letivas, parceria com o SEF, GIP, participação em iniciativas coletivas de promoção do território, participação em projetos internacionais. Neste momento, o apoio alimentar continua ativo. Integra o CIP Imigrantes
Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos (ONG/ ONGA)	Gabinete de apoio à cidadania – GAC (cidadãos nacionais e estrangeiros). Em 2014 apoiou 1532 pessoas; CLAI; GIP; Projeto no âmbito da Ação 1 do FEINPT; Projeto Escolhas (Pendão/ Pêgo Longo); Ações de formação vv áreas (entidade formadora certificada); Apoio alimentar. Integra o Conselho das Migrações e a CICDR.

<i>Identificação</i>	<i>Principais áreas de atuação ou tipo de atividades desenvolvidas</i>
	Integra o CIP Imigrantes
Fundação Aga khan – Programa K’ Cidade	Desenvolvimento social. CLDS <i>Geração Pendão</i> e intervenção na Tapada das Mercês. Integra o CIP Imigrantes
Centro Comunitário da Paróquia de Algueirão Mem Martins Mercês (IPSS)	Apoio social. Equipa de RSI Casal de S. José Centro de dia para Idosos. GIP Integra o CIP Imigrantes
Ser Alternativa – Associação de Apoio Social (IPSS)	Apoio social. SAD. Equipa de RSI Tapada das Mercês. Grupo de apoio a pessoas com deficiência. Apoio alimentar. Integra o CIP Imigrantes
24 setembro	Atividades culturais e desportivas
SOLAMI	Centro Comunitário de Casal de Cambra. Equipa de RSI Casal de Cambra
Centro Social da Sagrada Família	Centro Comunitário Pêgo Longo. Equipas RSI Pendão e Idanha/Belas
RJ Anima (Ribeira das Jardas Anima)	Atividades culturais de promoção da interculturalidade e de interação da comunidade local (Aqualva- Cacém): Festivais de contadores de histórias, teatro, percursos património histórico-cultural da localidade, entre outros projetos

Media e sensibilização da opinião pública

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Gabinete de comunicação, relações públicas e protocolo	Câmara Municipal de Sintra

Racismo e discriminação

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)	A Associação Olho Vivo integra a CICDR O presidente da Direção da ACAS integra a CICDR

Relações internacionais

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável / gestora</i>
Gabinete de Relações Internacionais e Assuntos Europeus	Câmara Municipal de Sintra

Religião

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável</i>
Mesquita da Tapada das Mercês	A Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins – Associação
Mesquita do Cacém	Associação Islâmica de Sintra
Festa em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem	Comissão de Festas (comunidade cabo-verdiana da Serra das Minas e ACAS)
Festa em honra de Santa Teresinha do Menino Jesus	Comissão de Festas (comunidade cabo-verdiana de Agualva)

Justiça

<i>Identificação</i>	<i>Entidade responsável</i>
Direção geral de Reinserção e Serviços Prisionais: – Equipa de Lisboa Penal 3 – Equipa Tutelar Educativo 2	Ministério da Justiça